



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Além de paredes: Promover a equidade e a participação plena na vida urbana no PER Ameixoeira

Renata Filipa Furtado Pereira

Mestrado Integrado em Arquitetura

Orientadora:

Doutora Alexandra Cláudia Rebelo Paio, Professora Associada,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:

Arquiteta Beatriz Vieira de Oliveira, Assistente de Investigação,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

outubro, 2024



TECNOLOGIAS
E ARQUITETURA

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Além de paredes: Promover a equidade e a participação plena na vida urbana no PER Ameixoeira

Renata Filipa Furtado Pereira

Mestrado Integrado em Arquitetura

Orientadora:

Doutora Alexandra Cláudia Rebelo Paio, Professora Associada,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:

Arquiteta Beatriz Vieira de Oliveira, Assistente de Investigação,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

outubro, 2024

iscte INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Lab

TUR ARQ - EI
2023/2024

Laboratório de Ensaio de Metodologias de

Intervenção na Cidade Existente

Além de paredes: Promover a equidade e a participação plena na vida
urbana no PER Ameixoeira

Renata Filipa Furtado Pereira

outubro de 2024

**Além de paredes: Promover a equidade e a participação plena
na vida urbana no PER Ameixoeira**

"Chamamos esse conceito de "espaçamento social". Trata-se de traduzir a paisagem urbana do bairro em um edifício vertical (...), onde os moradores podem passear e encontrar os seus vizinhos de uma forma espontânea, natural e não forçado."

MVRDV, HUB, & Bridges Fund Management. (2022). *Co-living Design Study*. S. van Manen, K. Brown, & D. Phillips (Eds.). MVRDVHUBBridges Fund Management. (pág.53)

Agradecimentos

À minha orientadora, Dr^a Professora Alexandra Paio, por sua orientação constante, empatia e paciência, que tornaram possível a realização deste trabalho, e à minha coorientadora, arquiteta Beatriz Oliveira, pelo apoio valioso.

Aos meus pais, irmãs e ao meu companheiro, por estarem sempre ao meu lado durante todo o percurso acadêmico e por todos os sacrifícios que fizeram em meu nome.

Aos meus colegas de curso, que compartilharam comigo esta jornada de aprendizagem e crescimento.

Ao professor Pedro Mendes, cuja compaixão e humanidade conquistaram um lugar especial no meu coração. Sou grata pelo seu incentivo constante, que me ajudou a persistir e a redescobrir minha paixão pela arquitetura.

À Dr^a Andreia Morais, que sempre, com carinho e atenção, me incentivou a prosseguir no meu percurso.

Aos trabalhadores do Centro de Desenvolvimento Comunitário da Ameixoeira, especialmente ao Ricardo, Artur, professor Roque Amaro e Sek, bem como às funcionárias da APAR, cujo trabalho contínuo e colaboração foram essenciais para o desenvolvimento deste projeto.

Aos moradores da Avenida Glicínia Quartin, pela generosidade e pela partilha de suas vivências no bairro, com quem criei laços pessoais significativos ao longo deste percurso.

À comunidade cigana, que me recebeu de braços abertos em suas casas e permitiu que eu realizasse meu trabalho com proximidade e respeito.

Resumo

O Projeto Final de Arquitetura (PFA) insere-se no LabTUR 2.0 - Laboratório de Ensaio de Metodologias de Intervenção na Cidade Existente, com o objetivo central de articular o conceito de cidade inclusiva com os princípios da regeneração urbana e da arquitetura participativa nas Galinheiras e Ameixoeira. Para alcançar este objetivo, é necessário promover a equidade, eliminando as barreiras estruturais nos edifícios de habitação já existentes.

O Programa Especial de Realojamento (PER) da Ameixoeira, em Lisboa, celebra 30 anos e, embora tenha surgido como uma política de habitação, enfrenta hoje um conjunto de desafios sociais. A proposta de intervenção no PER da Ameixoeira representa uma oportunidade para fortalecer a coesão social e incentivar a participação ativa dos residentes numa vida urbana sustentável, onde a equidade e o bem-estar social são pilares fundamentais.

A metodologia adotada, baseada na revisão de literatura, foi desenvolvida em conjunto com organizações locais e associações de moradores, visando garantir que todos os habitantes, independentemente da sua origem ou condição social, tenham acesso a soluções habitacionais mais inclusivas.

O trabalho analisa a inadequação das habitações e propõe princípios de intervenção projetual para transformá-las em espaços acessíveis e inclusivos. O foco centra-se na requalificação do PER, com um design inclusivo que responda tanto às necessidades atuais como às futuras dos moradores. O projeto promove uma transição fluida entre os espaços internos e externos, ampliando as habitações com a criação de corredores sociáveis. Os princípios estudados têm como objetivo responder às exigências de uma sociedade inclusiva e contribuir para o desenvolvimento de cidades mais integradoras, que respeitem a diversidade e se adaptem a necessidades em constante evolução. Esses são passos essenciais para transformar o bairro num exemplo de integração e de vida urbana plena.

O projeto arquitetónico proposto contribui para uma visão mais abrangente de um projeto inclusivo, promovendo um mundo mais solidário, especialmente em contextos de habitação social.

Palavras-chave: Design Inclusivo; Design Universal; Exclusão Social e Segregação Espacial

Abstract

The Final Architecture Project (PFA) is part of LabTUR 2.0 - Laboratory for Testing Intervention Methodologies in the Existing City, with the primary objective of linking the concept of an inclusive city with the principles of urban regeneration and participatory architecture in Galinheiras and Ameixoeira. To achieve this goal, it is necessary to promote equity by removing structural barriers in existing residential buildings.

The Special Rehousing Program (PER) in Ameixoeira, Lisbon, celebrates its 30th anniversary and, although it was initially developed as a housing policy, it now faces a set of social challenges. The intervention proposal for the PER in Ameixoeira represents an opportunity to strengthen social cohesion and encourage active resident participation in sustainable urban life, where equity and social well-being are fundamental pillars.

The adopted methodology, based on a literature review, was developed in collaboration with local organizations and residents' associations to ensure that all inhabitants, regardless of their background or social condition, have access to more inclusive housing solutions.

This work analyzes the inadequacies of the existing housing and proposes design intervention principles to transform them into accessible and inclusive spaces. The focus is on requalifying the PER, with an inclusive design that meets both the current and future needs of residents. This project promotes a smooth transition between indoor and outdoor spaces, expanding housing units with the creation of social corridors. These principles aim to meet the demands of an inclusive society and contribute to the development of more integrative cities that respect diversity and adapt to evolving needs. These are essential steps in transforming the neighborhood into an example of integration and fulfilling urban life.

The proposed architectural project contributes to a broader vision of an inclusive project, promoting a more supportive world, especially in the context of social housing.

Keywords: Inclusive Design; Universal Design; Social Exclusion and Spatial Segregation

Índice de Figuras

Figura 1. Objetivos de Design Sustentáveis implementados no projeto. Fonte: https://ods.pt	3
Figura 2. New European Bauhaus - From concept to action. Fonte: https://new-european-bauhaus.europa.eu/index_en	3
Figura 3. Esquema dos benefícios da cidade inclusiva (Jenny Roe & Layla McCAY (2022). Redesenhado pela autora.	8
Figura 4. Esquema de características de uma cidade inclusiva (Jenny Roe & Layla McCAY (2022). Redesenhado pela autora.	10
Figura 5. O Modular, Le Corbusier. Fonte: https://blog.thal.art/modular-le-corbusier-avel-of-the-world/ (consultado em 03/10/2024)	13
Figura 6. Universal Design Pyramid. Fonte: http://designpupil.blogspot.com/2014/10/safety-and-ud-on-halloween.html (consultado em 03/10/2024)	14
Figura 7. Os 7 Princípios do Design Universal. Desenhado pela autora.	15
Figura 8. Homem Vitruviano, Leonardo da Vinci Fonte: <i>Leben und Werk</i> . Stuttgart, Zurich: Belser Verlag, 1989, p. 171.	15
Figura 9. Os 4 argumentos do Design Inclusivo. Desenhado pela autora.	17
Figura 10. Os cinco princípios do Design Inclusivo. Desenhado pela autora.	18
Figura 11. Igualdade vs Equidade. Fonte: Oliveira, M. de B. (2020). <i>Espaço diverso: Arquitetura para pessoas</i> (Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho). Escola de Arquitetura, Universidade do Minho.	18
Figura 12. Esquema representativo de corredores e acessibilidades em habitações e espaços públicos.	22
Figura 13. Esquema representativo de corredores e acessibilidades. Desenhado pela autora.	22
Figura 14. Fotografia do edifício Robin Hood Gardens, Londres, 1972. Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/01-37260/classicos-da-arquitetura-robin-hood-gardens-alison-e-peter-smithson . (consultado em 03/09/2024)	23
Figura 15. Fotografia das “ruas verticais” do edifício Robin Hood Gardens, Londres, 1972. Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/01-37260/classicos-da-arquitetura-robin-hood-gardens-alison-e-peter-smithson . (consultado em 03/09/2024)	24
Figura 16. Corte com fotomontagem do edifício Robin Hood Gardens, Londres. Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/01-37260/classicos-da-arquitetura-robin-hood-gardens-alison-e-peter-smithson . (consultado em 03/09/2024)	24
Figura 17. Corte com fotomontagem do edifício Robin Hood Gardens, Londres. Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/01-37260/classicos-da-arquitetura-robin-hood-gardens-alison-e-peter-smithson . (consultado em 03/09/2024)	25
Figura 18. Esquema “Tipologia de dentro para fora”, MVRDV, 2024. (redesenhado pela autora).	26
Figura 19. Esquema de corredor social, MVRDV, 2024. (redesenhado pela autora).	27
Figura 20. Exemplos de utilização do corredor propostos por MVRDV, 2024. (redesenhado pela autora).	27
Figura 21. Esquema da comunidade de MVRDV, 2024. Redesenhado pela autora.	28
Figura 22. Apropriação do espaço público pelas crianças. PER Ameixoeira. Fotografia da autora.	30
Figura 23. Apropriação do espaço público, PER Ameixoeira. Fotografia da autora	31
Figura 24. Fotografias da apropriação do espaço público por parte dos habitantes da Avenida Glicínia Quartín. PER Ameixoeira. Fotografias da autora.	32
Figura 25. e Figura 26. Processo participativo. Fotografias da autora.	37
Figura 27. Elementos usados no Processo Participativo. Fotografias da autora.	38
Figura 28. e Figura 29. Participação no Processo Participativo. Fotografias da autora.	39
Figura 30. Trabalho desenvolvido ao longo da semana no BIP From Place To City: Constructing Collectively The Habitat. Fotografias da autora.	40
Figura 31 e Figura 32. Apresentação do Manifesto. Fotografias da autora.	41
Figura 33. Manifesto apresentado pelo grupo EquiHabitat: <i>Nuturing Diversity in Sustainable Living – Create Community Cohesion by Building both Spatial and Social Connections</i> .	42
Figura 34. Grupo EquiHabitat: <i>Nuturing Diversity in Sustainable Living – Create Community Cohesion by Building both Spatial and Social Connections</i> . Fotografia de Alexandra Paio.	42
Figura 35. Lacaton & Vassal, <i>Transformation of 530 logements</i> , Bordeaux, França, 2017. Fonte: https://www.lacatonvassal.com/index.php?idp=80 (consultado em 15/09/2024)	43
Figura 36. Lacaton & Vassal, esquema dos “add-nos”. Fonte: https://www.lacatonvassal.com/index.php?idp=80 (consultado em 15/09/2024)	44

Figura 37. Lacaton e Vassal, esquema de vãos. Fonte: https://www.lacatonvassal.com/index.php?idp=80 (consultado em 15/09/2024)	45
Figura 38. Lacaton & Vassal, interior dos "add-nos". Fonte: https://www.lacatonvassal.com/index.php?idp=80 (consultado em 15/09/2024)	46
Figura 39. Lacaton & Vassal, interior dos "add-nos". Fonte: https://www.lacatonvassal.com/index.php?idp=80 (consultado em 15/09/2024).	46
Figura 40. Vibrant Heart, MVRDV, 2024. Fonte: https://www.mvrdv.com/projects/1013/co-living-design-study (consultado em 01/10/2024)	48
Figura 41. Axonometria de "Inside out" de MVRDV. Fonte: https://www.mvrdv.com/projects/1013/co-living-design-study (consultado em 01/10/2024)	49
Figura 42. Loja IKEA, Viena. Fonte: https://www.querkraft.at/projekte/ikea-city-center (consultado em 10/10/2024)	50
Figura 43. Piso térreo e Figura 44. Varanda acessível. Fonte: https://www.querkraft.at/projekte/ikea-city-center (consultado em 10/10/2024)	51
Figura 45. Corte transversal. Fonte: https://www.querkraft.at/projekte/ikea-city-center (consultado em 10/10/2024)	51
Figura 46. Fotografia do edifício Coming Out, Maison Edouard François. Fonte: https://www.edouardfrancois.com/projects/coming-out (consultado 12/10/2024)	53
Figura 47. Fotografia das "passerelles privadas" e a sua relação com as árvores. Fonte: https://www.edouardfrancois.com/projects/coming-out (consultado 12/10/2024)	54
Figura 48. Pátio em "U". Fonte: https://www.edouardfrancois.com/projects/coming-out (consultado 12/10/2024)	55
Figura 49. Planta esquemática da área delimitada pela ARU – Santa Clara. Fonte: Operação de reabilitação urbana sistemática de Santa Clara programa estratégico de reabilitação urbana. Vol. I	58
Figura 50. Mapas históricos da Ameixoeira à escala 1:25000. Redesenhado pela autora.	59
Figura 51. Delimitação da área de estudo da turma, à escala 1:10000. Redesenhado pela autora.	60
Figura 52. Gráfico de Faixa etária nas Galinheiras. e Figura 53. Gráfico de Condição de trabalho. Redesenhado pela autora.	61
Figura 54. Gráfico de Nível de ensino mais elevado completo. Redesenhado pela autora.	61
Figura 55. Gráfico de Faixa etária da Torrinha e Figura 56. Gráfico de Condição de trabalho. Redesenhado pela autora.	62
Figura 57. Gráfico de Nível de ensino mais elevado completo. Redesenhado pela autora.	62
Figura 58. Gráfico de Faixa etária da Mourisca. E Figura 59. Gráfico Condições de trabalho. Redesenhado pela autora.	62
Figura 60. Gráfico de Nível de ensino mais elevado completo. Redesenhado pela autora.	63
Figura 61. Gráfico de Faixa etária do Grafanil. e Figura 62. Gráfico Condições de trabalho. Redesenhado pela autora.	63
Figura 63. Gráfico de Nível de ensino mais elevado completo. Redesenhado pela autora.	63
Figura 64. Gráfico de Faixa etária do PER. e Figura 65. Gráfico Condições de trabalho.	64
Figura 66. Gráfico de Nível de ensino mais elevado completo. Redesenhado pela autora.	64
Figura 67. Planta de 1988 - Xonas demolidas e localização dos novos bairros. Fonte: Antunes, 2011	66
Figura 68. Fotografia do Bairro PER Ameixoeira, com contraste dos PER de cariz social e os PER de venda livre. Fotografia da autora.	66
Figura 69. As Operações Saal (2007). Fonte: https://m.imdb.com/title/tt3562936/mediaviewer/rm1328164352/ (consultado em 12/10/2024)	67
Figura 70. Avenida Glicínia Quartin, Bairro PER Ameixoeira. Fotografia da autora.	68
Figura 71. Avenida Glicínia Quartin, Bairro PER Ameixoeira. Fotografia da Alexandra Paio	69
Figura 72. Apresentação do levantamento no Grupo Comunitário da Ameixoeira. Fotografia da Alexandra Paio	69
Figura 73. Apresentação do levantamento no Grupo Comunitário da Ameixoeira. Fotografia da Alexandra Paio	70
Figura 74. Apresentação do levantamento no Grupo Comunitário da Ameixoeira. Fotografia da Alexandra Paio	70
Figura 75. Gráfico de facha etária residente na Avenida Glicínia Quartin. Desenhado pela autora.	71
Figura 76. PER Ameixoeira Lote 5, Avenida Glicínia Quartin Sala de jantar e sala de estar. Fotografia da autora.	72

Figura 77. PER Ameixoeira Lote 5, Avenida Glicínia Quartin. Quarto de dormir (de maior área) de um morador do Lote 5. Fotografia da autora.	72
Figura 78. PER Ameixoeira Lote 5, Avenida Glicínia Quartin. Fotografias da instalação sanitária alterada pelos moradores, onde antes havia uma banheira, meteram um duche. A cozinha manteve-se intacta, sem espaço para realizar uma refeição devido à sua área pequena. Fotografia da autora.	73
Figura 79. Quarto de habitação ocupada ilegalmente. Antiga loja do piso térreo dos PER. Fotografia da autora.	74
Figura 80. Cozinha de habitação ocupada ilegalmente. Antiga loja do piso térreo dos PER. Fotografia da autora.	74
Figura 81. Fotografias de cozinha e de instalações sanitárias de habitações ocupadas ilegalmente. Antigas lojas do piso térreo dos PER. Fotografia da autora.	75
Figura 82. Autocaravana colocada no acesso a uma das garagens que encontram-se fechadas. Fotografia da autora.	76
Figura 83. PER Ameixoeira Lote 5, Avenida Glicínia Quartin. Cozinha de uma habitação adaptada pela GEBALIS para um morador com dificuldades motoras. Fotografia da autora.	76
Figura 84. PER Ameixoeira Lote 5, Avenida Glicínia Quartin. Quarto improvisado de uma habitação adaptada pela GEBALIS para um morador com dificuldades motoras. Fotografia da autora.	77
Figura 85. PER Ameixoeira Lote 5, Avenida Glicínia Quartin. Quarto de uma habitação adaptada pela GEBALIS para um morador com dificuldades motoras. Fotografia da autora.	77
Figura 86. Plantas dos PER existente. Elaboração da autora.	80
Figura 87. Cortes AA' e BB' e Alçados do existente. Elaboração da autora.	81
Figura 88. Esquema de tipologias	82
Figura 89. Estudo sobre as acessibilidades nas habitações dos PER. Elaboração da autora.	83
Figura 90. Esquema demonstrativo dos móveis recomendados (medidas em milímetros). Fonte: https://ieomsociety.org/ieom2012/pdfs/418.pdf (consultado 10/10/2024)	85
Figura 91. Axonometria da cozinha existente. e Figura 92. Axonometria da cozinha proposta. Desenhos elaborados pela autora.	85
Figura 93. Ilustração de casa de banho acessível ideal. Fonte: https://universalacessibilidade.com.br/blog/banheiro-acessivel-planta-baixa/ (consultado 11/10/2024)	86
Figura 94. Axonometria de I.S. existente. e Figura 95. Axonometria de I.S. proposta.	87
Figura 96. Esquema de pilares sob a planta original.	87
Figura 97. Alguns esquemas de processo da criação dos "add-ons".	88
Figura 98. Esquema de organização do corredor social	89
Figura 99. Propostas de atividades para os corredores.	90
Figura 100. Tipologia de dentro para fora, More than a home, MVRDV (2024), adaptado aos modos de vida da etnia cigana residente na Av. Glicínia Quartin	91
Figura 101. Proposta de Corredores Sociáveis.	92
Figura 102. Esquema dos três pilares da Sustentabilidade. Fonte: https://www.teraambiental.com.br/blog-da-tera-ambiental/entenda-os-tres-pilares-da-sustentabilidade	93
Figura 103. Planta de cobertura.	93
Figura 104. Planta do piso -1 e 0.	94
Figura 105. Cortes e Alçados propostos.	95
Figura 106. Corte CC'	96
Figura 107. Indicação de Pormenor Construtivo.	97
Figura 108. Pormenor 1. Escala 1.50.	98
Figura 109. Pormenor 2.	98
Figura 110. Axonometria da proposta.	99
Figura 111. Desenhos técnicos de Amarelos e Vermelhos.	120
Figura 112. Desenhos técnicos finais.	121
Figura 113. Pormenor construtivo.	122
Figura 114. Perspetiva da proposta.	123

Índice De Abreviaturas

LabTur – Laboratório de Ensino de Metodologias de Intervenção na Cidade Existente

PER – Programa especial de Realojamento

CML – Câmara Municipal de Lisboa

PFA – Projeto Final de Arquitetura

CABE – Commission for Architecture and the Built Environment

A PAR – Associação A PAR - Aprender em Parceria

BIP – Blended Intensive Programme

OMS – Organização Mundial de Saúde

Índice

Agradecimentos	vii
Resumo	ix
Abstract	x
Índice de Figuras	xi
Índice De Abreviaturas	xv
Índice	xvii
Introdução	1
Enquadramento E Pertinência Do Tema	4
Objetivo	5
Metodologia	5
Estrutura.....	6
Capítulo I Cidade Inclusiva	7
1.Cidade Inclusiva: Uma Cidade Para As Pessoas	8
1.1. Design Inclusivo E Universal – Desenho Para Todos	12
1.1.1. Habitação.....	19
1.1.2. Sentir: Os Cinco Sentidos	20
1.2. Corredor Social	22
1.3. Modos De Vida Da Etnia Cigana	29
Capítulo II Ensaio Metodológico	33
2.1. Entrevista com a arquiteta Manuela Oliveira	35
2.2. Processo Participativo: Meios De Compreensão Do Modo De Habitar Dos PER	36
2.3. From Place To City: Constructing Collectively the Habitat	40
2.4. Casos de Estudo	43
2.4.1. Lacaton & Vassal	43
2.4.2. MVRDV	48
2.4.3. Querkraft architects.....	50
2.4.4. Maison Edouard François	53
Capítulo III Projeto	57
3.1. Um Olhar Sobre Galinheiras e Ameixoeira	58
3.1.1. PER - Plano de Realojamento Especial.....	65
3.1.2. Programa Especial De Realojamento Na Ameixoeira – Características Socioeconómicas	68
3.2. Além de Paredes	79
Considerações Finais	101
Referências Bibliográficas	103
Anexos	109
Anexo A Entrevista com Arquiteta Manuela Oliveira	110
Anexo B Consentimentos Informativos	114

Anexo C Elementos de trabalho Individual	119
Anexo D Guia de boas práticas de Corredor Social na habitação	124

Introdução

“Os processos de exclusão social que geram-se são, (...), fenómenos “estruturais” porque são uma realidade inerente a todas as sociedades, ou seja, resultado do sistema económico e social que vigora. Multidimensional, pois as variáveis que intervêm são múltiplas e combinam-se de formas diversas e com diferentes intensidades, de pessoa para pessoa e, de contexto para contexto”.

Marques, C. A., & Rasteiro, D. M. S. (2018). *Aprender a planear a cidade inclusiva / Learning how to plan the inclusive city / Aprender a planear la ciudad inclusiva*. Cadernos Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, V. 18, N.1, pág. 114.

O presente trabalho surge no âmbito do Projeto Final de Arquitetura (PFA), inserido no LabTUR 2.0 - Laboratório de Ensaio de Metodologias de Intervenção na Cidade Existente e pretende abordar questões como a habitação social, os modos de vida e uso do espaço no território fragmentado da cidade de Lisboa: Galinheiras e Ameixoeira.

O objetivo central é uma reflexão crítica sobre a persistente inadequação na configuração das habitações acessíveis e inclusivas para todos, considerando as desigualdades estruturais habitacionais, bem como as desigualdades económicas e culturais presentes na cidade.

Neste contexto, o conceito de regeneração urbana remete para a cidade concebida como um processo multidimensional que envolve a comunicação contínua com a população, integrando o conceito de tecnopolíticas. A regeneração urbana abrange setores diversos — público, privado, comunitário e voluntário — que, ao trabalharem em sinergia, promovem a melhoria da qualidade de vida para todos. Deste modo, para alcançar estas medidas reais e duradouras nas cidades, deve-se utilizar da melhor forma todos os recursos disponíveis, sejam esses humanos e financeiros (Roberts & Sykes, 2000).

A conjugação de tecnologias e políticas públicas assumo o conceito de tecnopolíticas. Compreende-se por tecnopolíticas como “ação, comunicação e gestão de políticas feitas por meio de ferramentas tecnológicas. É um campo de pensamento importante para teorizar sobre a autonomia cidadã frente às tecnologias de controle que marcam o presente. A sua operacionalização imagina apropriações para as tecnologias da informação e comunicação (TIC) que visam o interesse político.” (Technopolitics, s.d).

Assim, recorrer às políticas públicas associadas à regeneração urbana permite reconhecer os valores da vida quotidiana das cidades como uma resposta para as oportunidades e desafios impostos pela degradação do espaço, tendo como consequência melhorar as condições físicas, sociais, ambientais e económicas, garantindo uma intervenção adequada a cada lugar e às suas especificidades.

O projeto procura estar em conformidade com as diretrizes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Figura 1), a Nova Agenda Urbana (ONU, 2016) e a New European Bauhaus (UE, 2021) (Figura 2). A Nova Agenda Urbana estabelece um marco global para o desenvolvimento sustentável das cidades, priorizando a inclusão social, a sustentabilidade ambiental e o planeamento urbano eficiente. Já a iniciativa New European Bauhaus visa promover a integração entre sustentabilidade, estética e inclusão social no contexto urbano e nas edificações (European Commission, 2021).



Figura 1. Objetivos de Design Sustentáveis implementados no projeto. Fonte: <https://ods.pt>

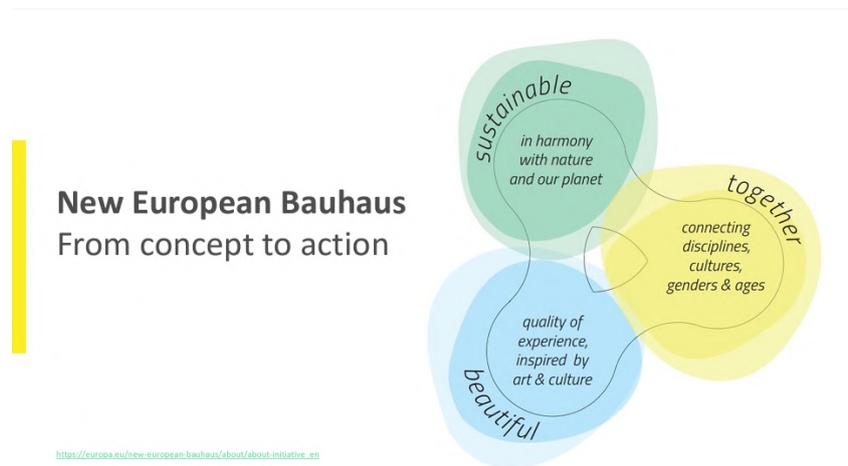


Figura 2. New European Bauhaus - From concept to action. Fonte: https://new-european-bauhaus.europa.eu/index_en

Para isso, é fundamental que os arquitetos tenham um conhecimento detalhado sobre o território e que haja o envolvimento da população no processo de desenho e construção, a fim de responder aos desafios urbanos impostos. Assim, é possível alcançar os objetivos e estratégias de longo prazo para um projeto de regeneração urbana bem-sucedido.

Stavrídes (2016) argumenta que os espaços urbanos comuns são compartilhados por todos e podem ser reconfigurados de forma coletiva. A participação ativa dos cidadãos permite a transformação democrática desses espaços, onde os hábitos podem ser reinventados e o espaço moldado pelas interações sociais, promovendo uma nova dinâmica de uso e significado.

O autor sugere que o espaço urbano é um lugar de potencial compartilhado, onde todos podem participar ativamente de sua transformação. A essência desse pensamento reside na ideia de que o espaço não é um dado imutável, mas que pode ser moldado e modificado pelas interações sociais e ações colaborativas. Ao permitir a participação ativa dos cidadãos, o espaço comum torna-se uma plataforma de troca e construção coletiva, onde as práticas diárias e os hábitos podem ser reinventados para refletir as necessidades e desejos da comunidade.

Isso sugere uma democratização do espaço público, onde a reconfiguração não vem de cima para baixo, mas emerge das práticas cotidianas e da participação ativa de seus usuários. Ao tomar parte dessa transformação, os cidadãos exercem sua agência e têm a oportunidade de desafiar normas e criar significados e usos para o espaço urbano.

Enquadramento E Pertinência Do Tema

O LabTUR 2.0 está dividido em três temas: Habitação, Espaço Público e Paisagem e Urbanismo. Dentro destes temas, surgem categorias de estudo como a cidade inclusiva, adaptativa, ecológica, do brincar e cognitiva. O foco deste trabalho é a cidade inclusiva, com ênfase na habitação social e nos espaços comuns que estas compartilham no território das Galinheiras e Ameixoeira.

As habitações sociais são atribuídas com base em critérios técnicos que falham frequentemente em considerar os modos de vida e as aspirações dos futuros moradores. O modelo padrão não atende às necessidades de todos os candidatos, resultando na deterioração dos modos de viver e na qualidade de vida das pessoas. A área escolhida para a intervenção é o Programa Especial de Realojamento (PER) na Ameixoeira, conhecido pela sua estrutura de habitação multifamiliar de caráter social.

O núcleo essencial desta proposta centra-se na requalificação da habitação ao adotar um design inclusivo (Falcato & Bispo, 2006) que considere as condições atuais e futuras dos habitantes, estendendo-se para o exterior. Esta abordagem prioriza a acessibilidade e visa contribuir para a sustentabilidade, tornando a habitação acessível a todos (INR I.P, 2009).

A habitação deve ser entendida não apenas como um refúgio, mas também como um meio de integração com o ambiente circundante. É fundamental que seja adaptada para atender às necessidades de grupos socioculturais com exigências especiais, garantindo o direito ao usufruto do espaço público. A adaptação abrange uma integração física, paisagística e social, levando em conta a relação de escala e a humanização do habitar. Promover um ambiente arquitetonicamente integrado e a caracterização de uma paisagem urbana qualificada e detalhada são elementos essenciais neste processo. No local de estudo, observa-se uma percentagem elevada de famílias ciganas, o que torna imprescindível compreender seus modos de vida e a forma como utilizam o espaço. As famílias, frequentemente compostas por várias gerações, valorizam a convivência familiar e social, o que requer espaços amplos e adaptáveis. A flexibilidade e a mobilidade, características históricas do modo de vida cigano, também exigem que

o design do espaço seja versátil, permitindo modificações e adaptabilidade conforme as necessidades diárias.

Objetivo

O objetivo é promover uma reflexão sobre os princípios essenciais que orientam uma intervenção eficaz na esfera habitacional e propor novas soluções para um design acessível e inclusivo a todos (INR I.P, 2009) com o intuito de fomentar o sentido de pertença e de comunidade através do uso do espaço social comum. Pretende-se, assim, refutar a ideia de que uma casa é apenas quatro paredes, mostrando que pode ser ampliada para o exterior e para a comunidade.

Metodologia

A metodologia do LabTUR 2.0 é estruturada em quatro fases principais, cada uma contribuindo para o desenvolvimento de propostas e soluções práticas para a intervenção, sempre considerando o contexto da cidade existente. Na primeira fase, a fase empírica, foi realizada uma coleta de informações essenciais para a caracterização prospectiva da área em estudo, Ameixoeira/Galinheiras. A turma realizou uma visita ao local, e coletou dados etnográficos, incluindo informações socioeconômicas, morfológicas e ecológicas, resultando na definição de uma estratégia de intervenção preliminar. Individualmente, cada participante leu um artigo público e um livro, além de realizar uma entrevista exploratória, desenvolvendo uma proposta teórica preliminar, enriquecendo o conhecimento sobre as temáticas abordadas.

Na segunda fase, descritiva, é elaborada uma revisão aprofundada da caracterização inicial da área e da estratégia de intervenção preliminar, abordando o Programa Base de Intervenção, que delinea diretrizes e ações principais para a proposta. A pesquisa individual incluiu uma revisão crítica da literatura relacionada ao tema central do projeto, a criação de uma linha do tempo para organizar o desenvolvimento histórico e conceitual, e a definição de uma metodologia clara que orientasse a pesquisa, incorporando casos de estudo relevantes como referências práticas.

A terceira fase, explicativa, consistiu no Estudo Prévio, que avaliou e integrou os trabalhos individuais com base na estratégia de intervenção e no programa base definidos nas fases anteriores, garantindo que as contribuições individuais estivessem

alinhadas com os objetivos gerais do projeto, ajustando-as conforme necessário para assegurar uma intervenção coesa e bem estruturada.

Na fase de projeto, cada aluno continuou a desenvolver seu projeto arquitetónico e os espaços fundamentais para concretizar a proposta, garantindo uma sistematização construtiva. Ao longo de todas essas fases, momentos de avaliação com júris convidados foram realizados, enriquecendo o processo de aprendizagem e desenvolvimento.

Estrutura

A estrutura do presente trabalho é dividida em três capítulos:

O capítulo 1 corresponde ao enquadramento de conceitos que suportam o projeto - conceito de Cidade Inclusiva, Design Inclusivo/Universal, o conceito de corredor social que ajudam a atingir a regeneração urbana da área e um estudo sobre os modos de vida da etnia cigana.

O capítulo 2 corresponde ao capítulo do ensaio metodológico onde são abordados: (1) a entrevista realizada à arquiteta Manuela Oliveira; (2) o processo participativo, realizado na A PAR com as crianças do bairro; (3) o ERASMUS+ BIP- From Place to City: Constructing Collectively the Habitat, que permitiu trabalhar sobre o bairro em estudo, com a participação de moradores e com os representantes do Centro Comunitário; e (4) os casos de estudo, que servem de base de desenvolvimento do projeto final de arquitetura (PFA).

No capítulo 3 surge a análise do local em estudo, Galinheiras e Ameixoeira em Lisboa, ao apresentar a sua caracterização e os problemas associados. Neste, encontra-se a análise do local feita em grupo e individual, e o projeto individual, centrado na habitação do PER.

Por fim, a conclusão apresenta as considerações finais, que sintetizam os resultados do trabalho desenvolvido nos capítulos anteriores com base nas reflexões críticas e na eficácia das intervenções propostas.

Capítulo I | Cidade Inclusiva

“O lugar onde qualquer pessoa, independentemente da situação económica, sexo, idade, raça ou religião, tem possibilidades de participar de forma produtiva e positivamente nas oportunidades que a cidade tem para oferecer”.

(ONU- Habitat, 2016)

1.Cidade Inclusiva: Uma Cidade Para As Pessoas

Ao analisarmos o planeamento urbano historicamente, percebemos que foi pensado principalmente para indivíduos saudáveis, pertencentes à etnia predominante e em idade produtiva, simbolicamente representados pelo "homem-padrão" (Filho & Silva 2003). Esta visão limitada influenciou o desenvolvimento das cidades ao longo do tempo, que negligencia a diversidade das suas populações.

Atualmente, uma nova abordagem procura expandir a dimensão do desenho urbano, definindo linhas orientadoras para um planeamento inclusivo que integre diferentes idades, géneros, etnias, orientações sexuais, condições socioeconómicas e todas as formas de capacidade — físicas, sensoriais e cognitivas (Roe, J. & McCAY, L. (2022). Estes grupos representam uma parcela significativa da população urbana; contudo, as suas necessidades continuam frequentemente a ser ignoradas nos processos de conceção de espaços públicos e habitação pelos arquitetos. Como consequência, perpetuam-se situações de segregação e exclusão, o que impacta diretamente a autoestima, a dignidade e até a saúde mental das pessoas, que promove a limitação do acesso a oportunidades essenciais, como emprego, educação, cultura e serviços de saúde (Marques, 2018).

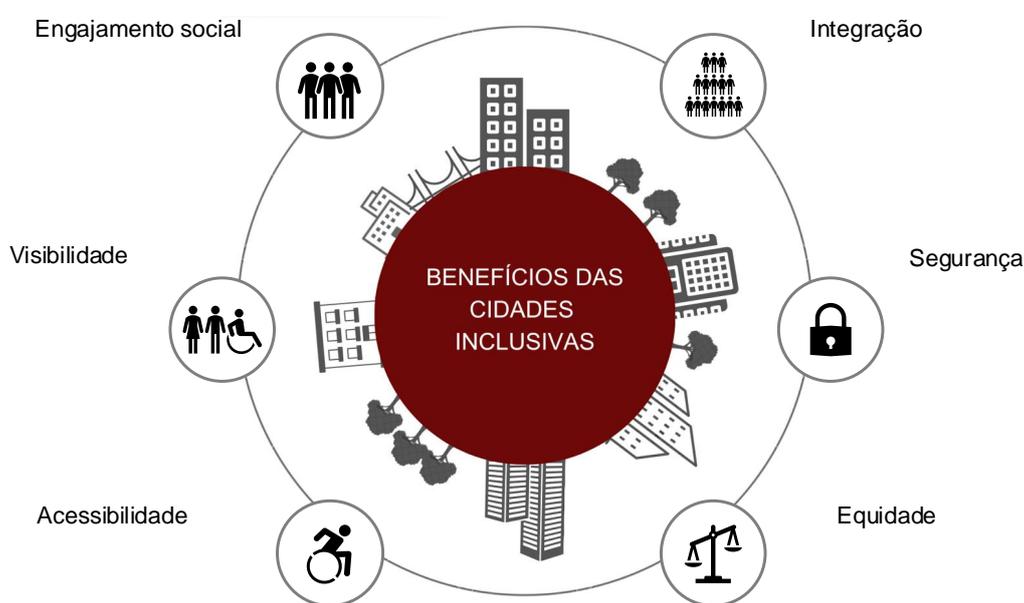


Figura 3. Esquema dos benefícios da cidade inclusiva (Jenny Roe & Layla McCAY (2022). Redesenhado pela autora.

O desenho da cidade inclusiva promove o crescimento equitativo, garantindo que todos os seus habitantes, independentemente da idade, género ou capacidades,

possam aceder igualmente aos serviços, espaços públicos e oportunidades disponíveis (Figura 3). O objetivo é eliminar barreiras físicas e sociais, ao incentivar a participação ativa de todos na vida urbana. Isto não apenas melhora a qualidade de vida, mas também constrói uma sociedade mais coesa e equitativa, onde diferentes grupos podem conviver e prosperar em bairros integrados e acessíveis.

Para alcançar este objetivo, o planeamento urbano deve envolver cidadãos de diferentes perfis, garantindo que a cidade reflita as necessidades reais dos seus habitantes. A criação de infraestruturas acessíveis e o transporte inclusivo são fundamentais para remover obstáculos e assegurar que todos possam-se deslocar e usar os espaços públicos de forma independente (Nações Unidas, 2000). Além disso, iniciativas culturais e educacionais desempenham um papel essencial ao promover a aceitação da diversidade e estimular a participação cidadã. Garante que as cidades sejam ambientes justos e acolhedores para todos, independentemente de sua condição socioeconômica ou habilidades.

O conceito de cidade inclusiva tem recebido um grande destaque nos últimos anos no contexto da urbanização global, trazendo oportunidades para o desenvolvimento económico no combate contra diversos aspetos de desigualdade e exclusão urbana, como restrições culturais e religiosas, disparidades de géneros, concentração da pobreza, alienação política e segregação residencial (Hahn, J. 2014).

A separação física entre pessoas em diferentes posições no espectro socioeconómico afeta significativamente a qualidade de vida da população. As comunidades mais desfavorecidas acabam por residir em áreas menos valorizadas, geralmente nas periferias, e em habitações inadequadas (Roe, J. & McCAY, L., 2022). Este fenómeno acaba por moldar não apenas a geografia física da cidade, mas também as oportunidades e a qualidade de vida dos seus habitantes, ao criar uma divisão tangível entre aqueles que têm acesso aos melhores serviços e ambientes, e aqueles que são excluídos dessas vantagens. Por outro lado, a co-localização residencial ou espacial, onde as pessoas de diversas origens socioeconómicas, étnicas e de géneros diferentes partilham os mesmos espaços, pode ajudar a promover uma conveniência mais equilibrada e inclusiva (Roe & McCAY, 2022).

A exclusão social tem um impacto psicológico significativo, reduzindo a autoestima e por consequência, sentimentos de desesperança, o que intensifica comportamentos antissociais em áreas marginalizadas. Esta situação contribui para piores resultados de saúde, como depressão, ansiedade, abuso de substâncias, altas taxas de suicídio e menor expectativa de vida, especialmente entre grupos minoritários que enfrentam essas adversidades diariamente (Roe & McCAY, 2022).

A construção de uma cidade mais inclusiva é essencial para promover a igualdade no espaço urbano e constitui um passo fundamental no desenvolvimento urbano sustentável, alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 11) “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (Nações Unidas, 2015).

Uma cidade inclusiva é “um lugar onde todos, independentemente dos seus meios económicos, gênero, raça, etnia ou religião, são capacitados para participar plenamente nas oportunidades sociais, económicas e políticas que as cidades têm para oferecer” (ONU- Habitat, 2016). O World Bank (2015) alega que uma cidade inclusiva implica uma rede complexa de diversos fatores espaciais, sociais e económicos. A inclusão espacial abrange a garantia de direitos e participação igual para todos, incluindo os mais marginalizados (Figura 4). Já a inclusão económica refere-se à criação de empregos e à oportunidade para os residentes desfrutarem dos benefícios do crescimento económico.

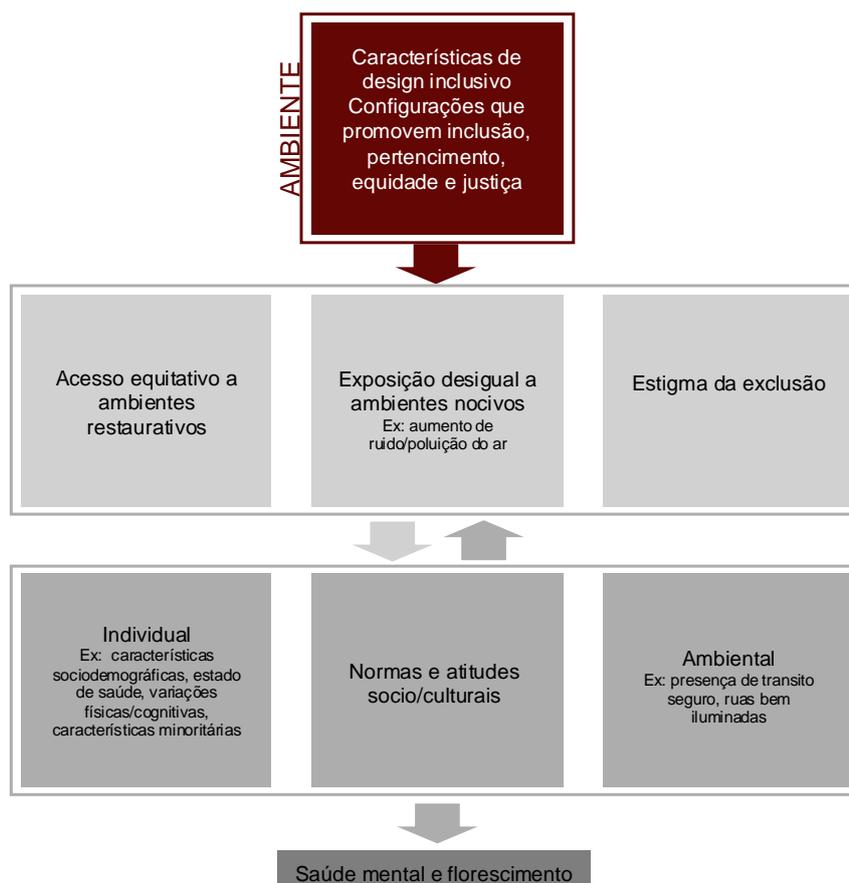


Figura 4. Esquema de características de uma cidade inclusiva (Jenny Roe & Layla McCAY (2022). Redesenhado pela autora.

As comunidades locais desempenham um papel essencial nas cidades, especialmente na criação de ambientes inclusivos. Para abordar problemas específicos e situações de exclusão, é crucial que esses governos tenham maior autonomia para desenvolver políticas de inclusão adaptadas às suas realidades. Mobilizar a população para resolver suas próprias questões e engajar organizações sociais são passos fundamentais para promover uma maior inclusão nas cidades. Como destacado por Lefebvre (1996), é importante empoderar os cidadãos para que possam trabalhar em direção a uma cidade que reflita seus sonhos e necessidades.

A Declaração de Toledo (2010), alinhada com a *Estratégia Europa 2020*, introduziu o conceito de regeneração urbana integrada, ao enfatizar a necessidade de um desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo (Marques, 2018). Neste sentido, é fundamental implementar iniciativas que promovam a acessibilidade física tanto no espaço público como nas habitações existentes em territórios fragmentados ou marginalizados. Estas ações visam não apenas melhorar a mobilidade e o acesso aos serviços essenciais, mas também fomentar a integração social e garantir que todos os cidadãos possam usufruir plenamente do ambiente urbano (Sorkin, 2014).

Além disto, a educação e conscientização são essenciais, com a implementação de programas que promovam a aceitação das diferenças e a introdução de currículos inclusivos para atender a diversas competências. No que diz respeito à habitação, é importante estabelecer políticas habitacionais que garantam moradias acessíveis, que incentivem a construção de bairros planejados que considerem as necessidades dos residentes (Coelho, 2007)

A participação cidadã deve ser estimulada, com a promoção da participação ativa de todos nos processos de decisão local e a criação de conselhos consultivos que representem a diversidade da comunidade (Roe, J. & McCAY, L, 2022). A cultura e o entretenimento também desempenham um papel vital, com apoio a eventos culturais que celebrem a diversidade e a garantia de acessibilidade em locais de entretenimento.

Quanto à segurança, é fundamental garantir o acesso a habitação segura e adequada, para garantir a estabilidade social, ao criar ambientes que favoreçam o bem-estar e a integração comunitária. Este acesso deve incluir infraestruturas de qualidade que contribuam para a construção de um sentido de pertença e coesão social.

Por último, a sustentabilidade deve ser uma prioridade, com a redução do impacto ambiental, a melhoria da qualidade do ar e a gestão de resíduos, ao apoiar relações positivas entre áreas urbanas e rurais e ao adotar políticas integradas para inclusão e adaptação às mudanças climáticas.

Neste contexto, diversos movimentos urbanos focados na inclusão social e na democracia participativa têm emergido, fundamentados em três pilares essenciais: (1)

a liberdade, que permite a integração diversa de indivíduos e grupos na vida comunitária; (2) a igualdade de oportunidades, garantindo que todos tenham acesso a seu lugar na sociedade, independentemente da classe social; e (3) a fraternidade, que ressalta a importância da cooperação e solidariedade em sociedades urbanas densas e complexas, onde projetos de vida dependem de um ambiente colaborativo (Marques, 2018).

Exemplos práticos, como o conceito de "cidades amigas de crianças e idosos" (Roe & McCAY, 2022), ilustram como os desenhos urbanos e arquitetônicos podem ser adaptados para atender às necessidades de todos. Para tal, a formação de técnicos e especialistas deve aprofundar o entendimento de cidade inclusiva, refletindo os paradigmas de governança urbana do século XXI.

Para codesenhar a cidade inclusiva (Foster e Iaione, 2022), é essencial assegurar a participação ativa da comunidade em todas as etapas do processo, promovendo o seu envolvimento direto na criação de bairros que incorporem a acessibilidade universal (INR IP, 2024), com foco específico nas habitações existentes.

Este processo deve garantir que as necessidades e perspectivas dos diversos grupos da comunidade sejam integradas no desenho de soluções, tendo como resultado espaços que sejam verdadeiramente acolhedores e funcionais para todos. A acessibilidade universal deve abranger não apenas a infraestrutura física, mas também o acesso a serviços, cultura e atividades comunitárias, ao conceber um ambiente urbano inclusivo, sustentável e equitativo.

A diversidade deve ser celebrada em espaços públicos e eventos culturais, de modo a assegurar que todos os cidadãos sintam-se pertencentes e possam usufruir plenamente das oportunidades que a cidade oferece.

1.1. Design Inclusivo E Universal – Desenho Para Todos

Em 1960, o Design Universal, liderado pelo arquiteto Ronald Mace (The Center for Universal Design, 1997) que teve poliomielite e compreendia as barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência, surgiu com o objetivo de criar ambientes acessíveis para todos. Este movimento assenta em sete princípios fundamentais: (1) uso equitativo; (2) flexibilidade; (3) utilização simples e intuitiva; (4) percepção da informação; (5) tolerância a erros; (6) esforço físico reduzido; e (7) espaço adequado para aproximação e uso (Mace, 1997). Estes princípios desafiam os projetistas a criar ambientes mais inclusivos e acessíveis.

capacidades físicas. Goldsmith, por exemplo, propôs que a arquitetura priorize o conforto e a usabilidade, culminando na criação da "Universal Design Pyramid" (Goldsmith, 2000), (Figura 6).

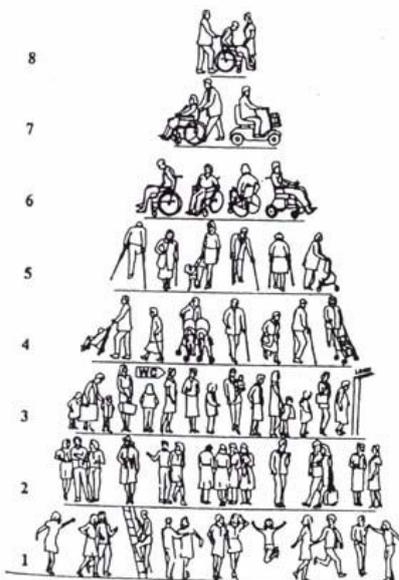


Figura 6. Universal Design Pyramid. Fonte: <http://designpupil.blogspot.com/2014/10/safety-and-ud-on-halloween.html> (consultado em 03/10/2024)

Os princípios do Design Universal concentram-se na criação de soluções usáveis por uma ampla gama de usuários, mas a prática do design vai além da usabilidade. Os designers devem integrar considerações econômicas, de engenharia, culturais, de gênero e ambientais em seus projetos. Esses princípios orientam a integração de recursos para atender às necessidades do maior número possível de pessoas.

Tem como princípio valorizar a diversidade humana e promover a inclusão em todas as atividades da vida. É improvável que qualquer produto ou ambiente atenda a todas as pessoas em todas as circunstâncias, ao gerar mais um processo do que um resultado.

Os Sete Princípios do Design Universal (Figura 7) (Mace, 1997), guiam a criação de ambientes e produtos que respeitem essa diversidade, promovendo uma abordagem ética e sustentável. Apesar do foco na usabilidade, fatores como economia, cultura, gênero e meio ambiente devem ser considerados, refletindo uma mudança de paradigma em que a inclusão é central. Essa abordagem garante que todos possam participar plenamente da vida cotidiana.

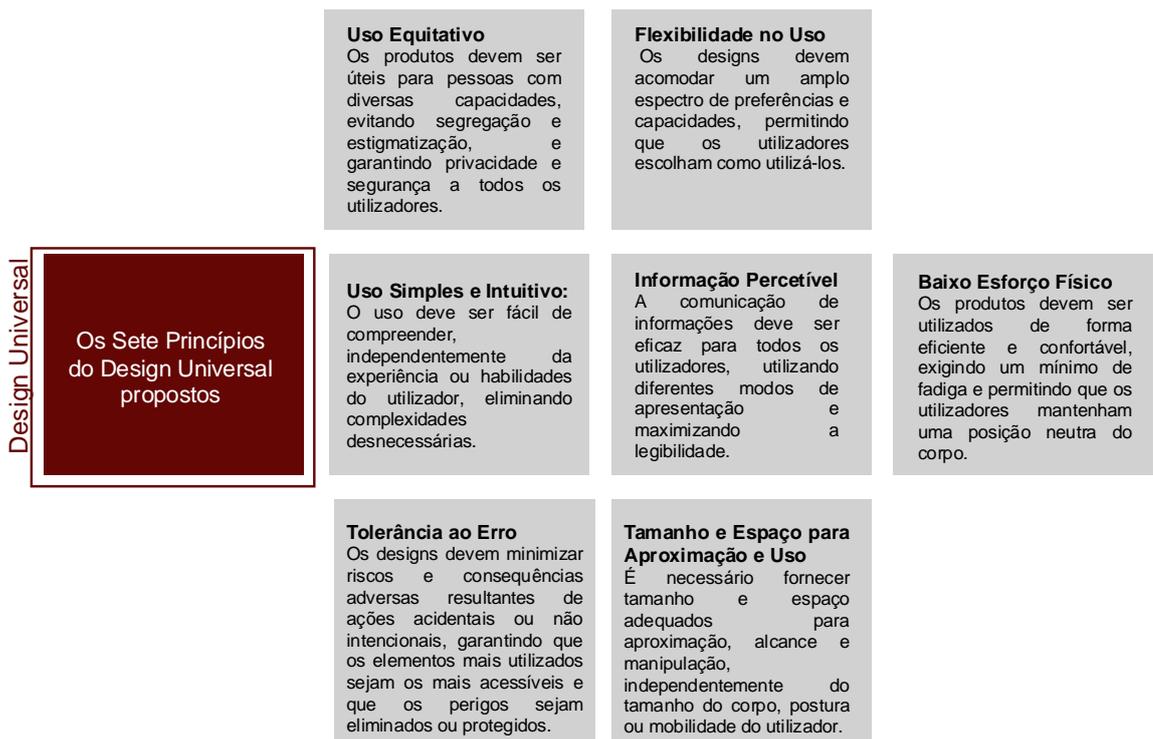


Figura 7. Os 7 Princípios do Design Universal. Desenhado pela autora.

Com o avanço das leis de igualdade e direitos humanos, a tipificação do ser humano na arquitetura começou a incorporar a diversidade e as diferentes capacidades. A arquiteta Silvana Cambiaghi (2019) argumenta que os projetos devem considerar um amplo espectro de usuários, incluindo homens, mulheres, crianças e pessoas com diversas limitações físicas ou sensoriais. Esta evolução reflete uma mudança de paradigma, onde o "homem-padrão" não é mais a referência. O empoderamento feminino e o reconhecimento das diversas formas de ser humano estão na vanguarda das pesquisas, com a provocação da visão tradicional centrada no homem vitruviano (Figura 8).

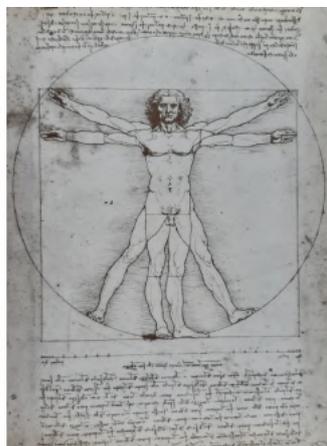


Figura 8. Homem Vitruviano, Leonardo da Vinci Fonte: Leben und Werk. Stuttgart, Zurich: Belser Verlag, 1989, p. 171.

Deste modo, o Design Inclusivo estuda a criação de produtos, serviços e ambientes que respeitem essa diversidade. Um design pensado para incluir todos – sejam estas crianças, idosos, pessoas com mobilidade reduzida, ou até pessoas que enfrentam dificuldades momentâneas – pode realmente fazer a diferença na sua vida.

Na abordagem do Desenho Inclusivo, é fundamental considerar a diversidade de capacidades e habilidades dos usuários, tendo a intenção de criar espaços acessíveis que garantam autonomia, conforto e segurança, especialmente para aqueles que não encaixam-se em padrões tradicionais. A arquiteta Silvana Cambiaghi (2019) destaca a importância de projetar com um espectro amplo de usuários em mente, incluindo homens, mulheres e crianças de diferentes idades e características físicas, além de pessoas com alterações sensoriais, limitações cognitivas, reflexos lentos, dificuldades de movimentação, ausência de membros que utilizam próteses e aqueles com dificuldades de mobilidade.

Fernando Távora (2015) ressalta que as percepções visuais enriquecem-se com novas técnicas e formas de pensar, com a ampliação as descobertas sobre a experiência humana e suas interações com o espaço.

Thomas Carpatier (2015) critica a padronização do corpo humano, que distorce a realidade e ignora a riqueza das singularidades. No seu projeto “Medidas do Homem”, ele explora versões que refletem melhor a diversidade humana, ao indicar que, ao projetar para um espaço diversificado, é essencial considerar as características e proporções de diferentes usuários.

O Design Inclusivo visa criar soluções que possam ser usufruídas por todos, independentemente de suas habilidades físico-motoras e mentais. Embora frequentemente associado a produtos para um público específico, o Design Inclusivo pode ser aplicado de forma mais ampla, preparando os espaços para o futuro. Isso requer a participação das pessoas no processo criativo, ao assegurar que as soluções sejam acessíveis a quem enfrenta mais dificuldades, ao beneficiar também de um público maior e facilitar o uso para todos.

O Design Inclusivo é uma manifestação de princípios democráticos, respeito aos direitos humanos e promoção da igualdade de oportunidades. Muitas barreiras que excluem pessoas da participação plena na vida democrática são criadas por escolhas de projeto que desconsideram a diversidade, através da exclusão do exercício de uma cidadania ativa.

Na figura 9 é possível identificar os quatro argumentos na sua função como tipologia de projeto.

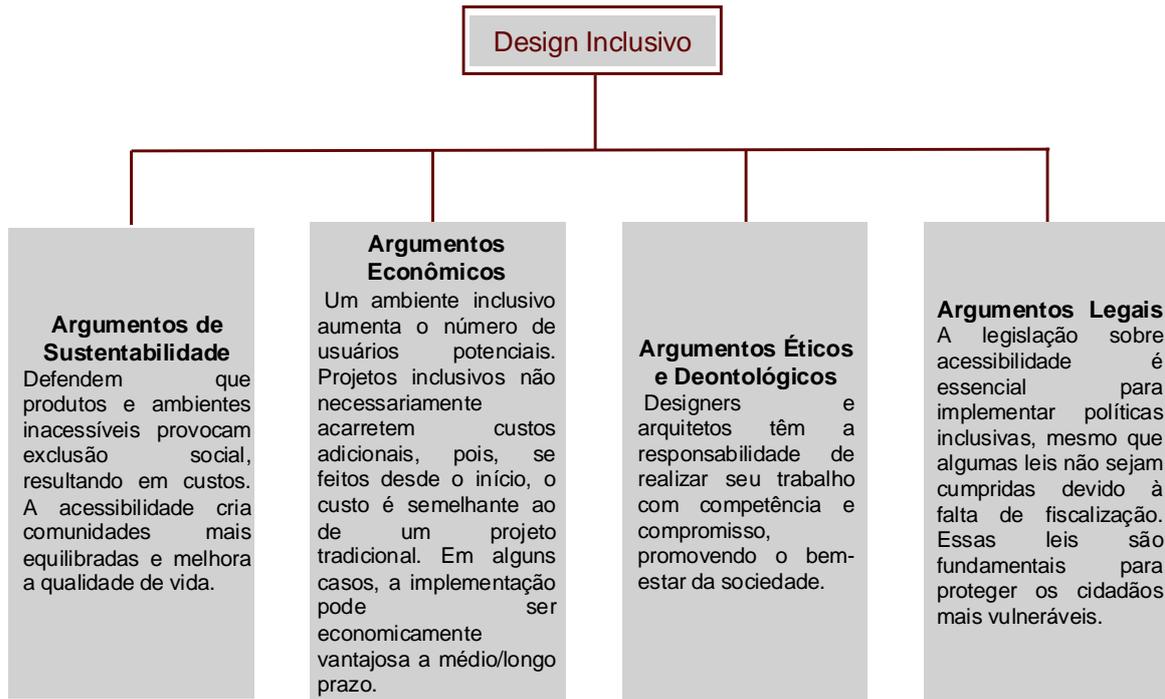


Figura 9. Os 4 argumentos do Design Inclusivo. Desenhado pela autora.

É essencial adotar uma nova postura na criação do espaço público e na habitação, que incorpora sempre a dimensão social para evitar a exclusão. Para isso, é fundamental ter um conhecimento profundo das características físicas, sensoriais e cognitivas das pessoas que não encaixam-se na ideia tradicional do típico utilizador. Esta conscientização possibilitará a criação de soluções mais inclusivas a longo prazo, atendendo às necessidades de todos e promovendo uma sociedade mais justa e equitativa.

O modo como os espaços são projetados impacta diretamente a capacidade de locomoção, audição, visualização e comunicação das pessoas. O Design Inclusivo tenta remover barreiras que possam causar separação ou criar esforços desnecessários. Garantir o cumprimento e o acesso livre a essas habilidades permite que as pessoas participem de forma equitativa, com confiança e independência nas atividades cotidianas. Segundo o CABE (2006), ao seguir os cinco princípios do Design Inclusivo, é possível garantir que um espaço ou ambiente seja utilizado pelo maior número possível de pessoas, promovendo a acessibilidade e a usabilidade em todos os projetos (Figura 10).

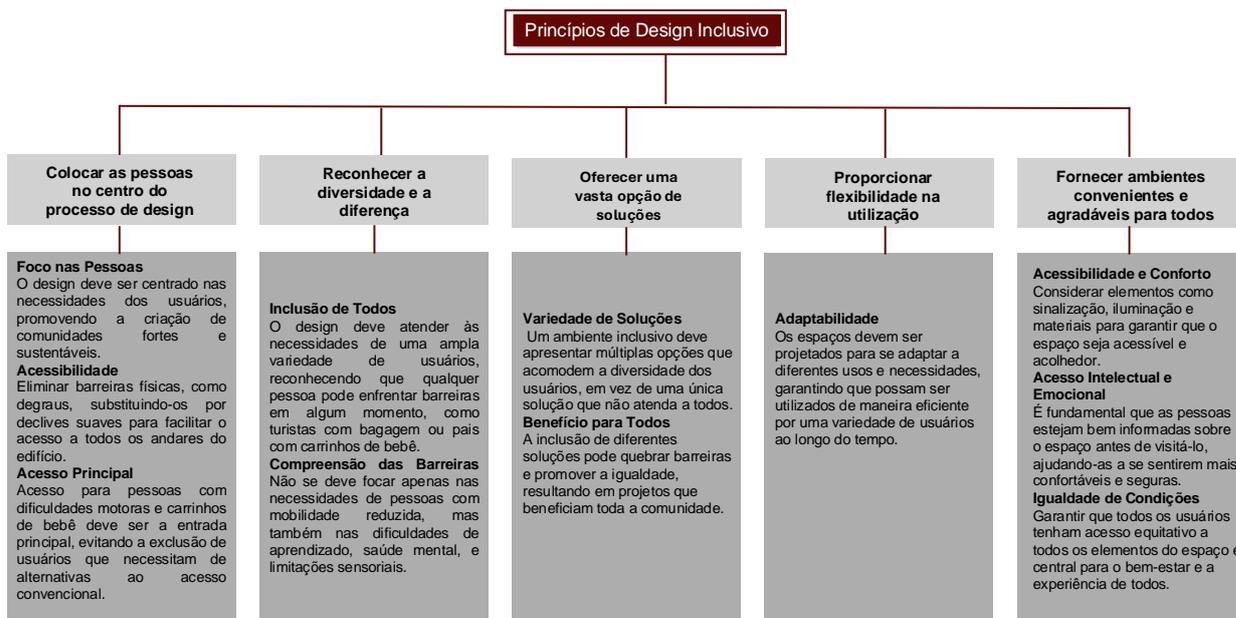


Figura 10. Os cinco princípios do Design Inclusivo. Desenhado pela autora.

O Design Inclusivo promove ambientes acessíveis e acolhedores, que incentiva a igualdade de acesso e a participação ativa de todos. Segundo Mário Cortella (2019), equidade significa tratar cada pessoa conforme suas necessidades, não oferecendo o mesmo para todos. Projetos inclusivos evitam exclusão social e altos custos, como subsídios para adaptações e programas de recuperação, enquanto produtos e ambientes acessíveis beneficiam tanto pessoas com deficiência quanto a população em geral, ampliando a base de utilizadores.

Quando incorporado desde o início, o Design Inclusivo não gera custos adicionais significativos e, em casos de redesign, as adaptações podem ter custos baixos. Além disto, o Design Inclusivo aproxima os cidadãos das decisões urbanas, promovendo senso de responsabilidade coletiva e facilita a construção de comunidades tolerantes e colaborativas, que enfrentam menos problemas sociais e avançam para um desenvolvimento sustentável.

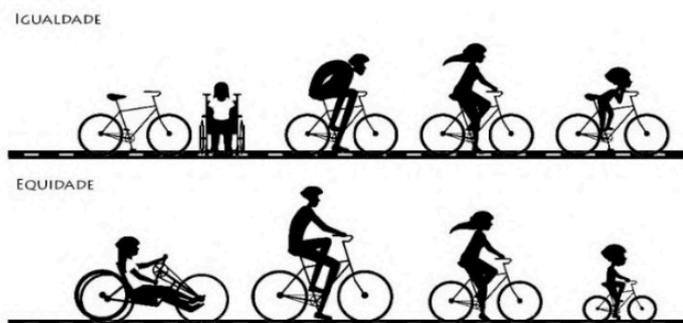


Figura 11. Igualdade vs Equidade. Fonte: Oliveira, M. de B. (2020). Espaço diverso: Arquitetura para pessoas (Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho). Escola de Arquitetura, Universidade do Minho.

A legislação em estados democráticos visa proteger cidadãos desfavorecidos e promover a igualdade. Embora existam leis que garantem a acessibilidade, a falta de fiscalização pode comprometer sua aplicação. No entanto, essas leis são ferramentas de defesa para garantir direitos, e o fortalecimento do movimento associativo permite que comunidades reivindiquem a legislação necessária. Portanto, a presença de legislação é essencial para implementar políticas de acessibilidade a curto e médio prazo.

Ao conciliar argumentos éticos, económicos e legais, esta abordagem é um imperativo moral e prático para construir um futuro inclusivo e equitativo (Figura 11), especialmente na melhoria da qualidade do espaço público, que tem sido prejudicada pela predominância do automóvel. A adaptação das condições de acessibilidade em transportes e edifícios públicos é vital para garantir a sustentabilidade urbana.

Transformar cidades é um desafio complexo devido ao seu desenvolvimento ao longo de séculos, o que exige adaptações graduais que respeitem as características locais. Um bom exemplo é a metodologia utilizada pelo “Consorti de Recursos per a Integració de la Diversitat – CRID” (2006) em Barcelona. Com o uso de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), é possível planejar intervenções acessíveis, com a contabilização da participação dos habitantes, especialmente aqueles com mobilidade reduzida.

Em suma, a adoção do Design Inclusivo é uma abordagem multifacetada que vai além da criação de ambientes acessíveis, promovendo a justiça social, equidade e sustentabilidade. Esta prática beneficia não apenas grupos vulneráveis, mas a sociedade como um todo. Com uma combinação de argumentos éticos, económicos e legais, o Design Inclusivo torna-se não apenas uma necessidade, mas um imperativo moral e prático para construir um futuro mais inclusivo e sustentável, não só no espaço público, como na habitação.

1.1.1. Habitação

Usufruir de uma habitação adequada, que ofereça conforto, autonomia, segurança e privacidade, é um direito essencial. Para tal, é necessário criar ou adaptar os edifícios que atendam às diversas necessidades da população ao longo da sua vida. A configuração espacial das habitações deve priorizar o habitante como utilizador, promovendo inclusão, acessibilidade e bem-estar, em consonância com as dinâmicas sociais e culturais (Pereira, 2020) A habitação deve ser projetada, considerando

ergonomia, acessibilidade, conforto e sustentabilidade. Isto assegura que todos possam viver dignamente nos seus lares, refletindo as aspirações dos moradores.

A ergonomia é fundamental para que o mobiliário e os equipamentos respeitem as características dos utilizadores, que facilite as atividades diárias e enriqueça a qualidade de vida. A acessibilidade deve estar integrada no projeto, com um dimensionamento adequado que assegure o pleno uso dos espaços por todos.

Além disso, o conforto psicológico e físico dos habitantes é essencial; elementos como cores, texturas e iluminação influenciam diretamente o bem-estar. Ambientes bem ventilados e decorados com elementos naturais ajudam a criar espaços acolhedores e relaxantes. A personalização do lar é igualmente importante, pois permite refletir a identidade dos moradores e contribui para um ambiente verdadeiramente confortável e único.

A sustentabilidade também deve guiar o projeto habitacional, com a utilização de materiais ecológicos e soluções que minimizem o desperdício, promovendo um lar responsável que beneficie o meio ambiente e a saúde dos usuários.

Em suma, a construção de espaços inclusivos é uma responsabilidade coletiva, essencial para uma sociedade mais justa, onde a habitação represente as relações humanas e as interações sociais.

1.1.2. Sentir: Os Cinco Sentidos

O conceito de "sentir", derivado do latim "sentio", refere-se à capacidade humana de perceber o ambiente por meio dos cinco sentidos: toque, visão, audição, paladar e olfato. Esta percepção é acompanhada pela capacidade de reflexão, que distingue os humanos dos animais, permitindo uma inteligência emocional que combina razão e emoção (d'Almeida, 2012). Os sentidos fornecem sensibilidade, que leva ao sentir, que resulta em sentimentos e, subsequentemente, em pensamentos e ações. António Damásio (2008) destaca que a consciência é fundamental para a experiência dos sentimentos, pois compreendemos sentimentos apenas após vivermos experiências específicas.

Na arquitetura, a experiência espacial dos habitantes é fortemente influenciada por todos os sentidos, embora tradicionalmente a visão seja a privilegiada. Um espaço arquitetónico inclusivo deve considerar todos os sentidos, pois a experiência vai além do que é visual.

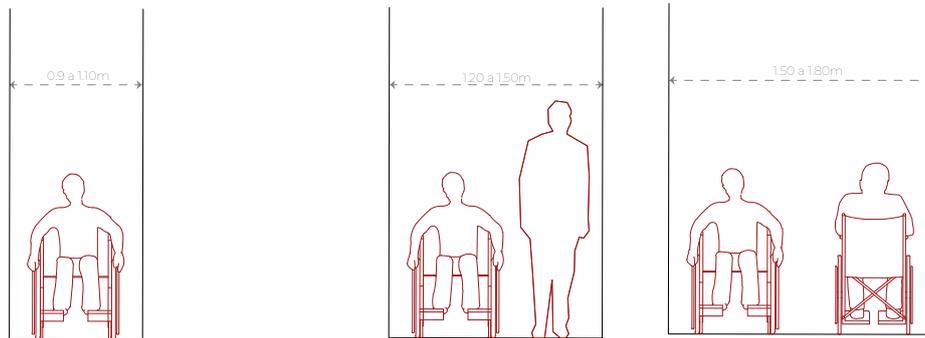
Por exemplo, uma pessoa cega orienta-se principalmente pelo tato, audição e olfato. Materiais, som e cheiros tornam-se informações cruciais para a compreensão do espaço. Texturas e temperaturas ajudam na navegação, enquanto a acústica bem

projetada melhora a comunicação e reduz o desconforto. O olfato pode orientar a navegação em ambientes, ao associar aromas a áreas específicas que influenciam a sensação de conforto. O paladar, embora menos considerado, também pode impactar a experiência em ambientes como restaurantes.

Assim, a arquitetura inclusiva deve adotar uma abordagem multissensorial, ao valorizar todos os sentidos na experiência espacial. Projetos que consideram essa diversidade sensorial não apenas garantem acessibilidade física, mas também promovem interações ricas e significativas para todos os usuários, contribuindo para um ambiente mais equitativo e humanitário.

1.2. Corredor Social

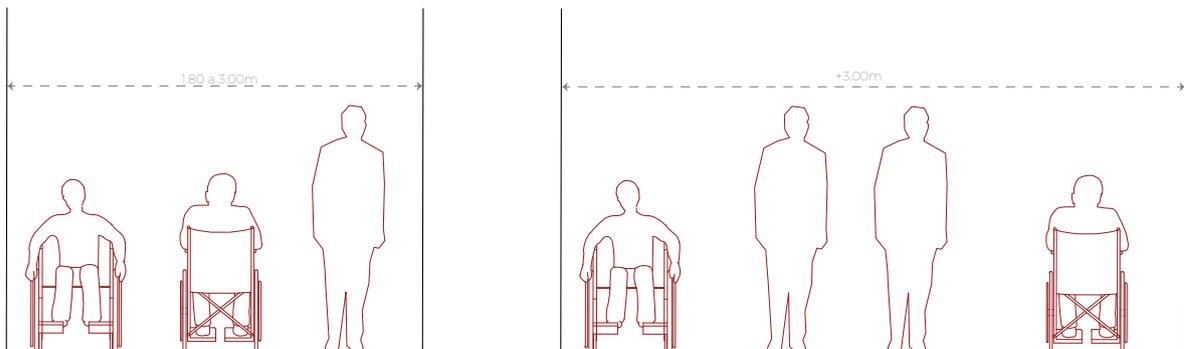
Um corredor é um espaço estreito, comprido e geralmente fechado dentro de um edifício, projetado para servir como passagem ou conexão entre diferentes áreas, salas ou cômodos. Este permite a circulação de pessoas entre diferentes ambientes. O seu dimensionamento varia conforme a função do edifício, sendo que, em locais públicos, devem ser projetados para garantir acessibilidade, incluindo a circulação de cadeiras de rodas (Figura 12 e 13).



1. Corredor de habitação.

2. Corredor de espaço público ou de maior circulação.

Figura 12. Esquema representativo de corredores e acessibilidades em habitações e espaços públicos.



3. Corredor em “galeria” até 3.00m.

4. Corredor em “galeria” com mais de 3.00m.

Figura 13. Esquema representativo de corredores e acessibilidades. Desenhado pela autora.

O corredor de acesso às residências, tradicionalmente visto como um lugar funcional e impessoal, pode ser transformado em um espaço social que estimule o encontro e o uso coletivo, que vai além de sua função prática de circulação.

Em vez de ser um local escuro e apertado, o corredor pode ser ampliado e dinamizado, ao transmitir uma atmosfera mais acolhedora. Este novo uso dos

corredores não apenas revitaliza o edifício, mas também promove a interação e a inclusão social em áreas urbanas, através da criação de espaços públicos multifuncionais que incentivam a convivência e a coesão comunitária. Esta abordagem ajuda a evitar o isolamento dos moradores e incentiva o convívio social (MVRDV, 2024).

O conceito de “corredor social” inicia-se com Alison e Peter Smithson (Davi, 2009) como parte de uma ideia de integração social e urbana na habitação coletiva. A ideia das "ruas elevadas", suficientemente largas para transformarem-se em espaço de convívio e lazer para os moradores, emerge como uma solução para os desafios do urbanismo em grandes cidades, visando a criação de comunidades mais coesas em edifícios de grande escala (Davi, 2009).



Figura 14. Fotografia do edifício Robin Hood Gardens, Londres, 1972. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-37260/classicos-da-arquitetura-robin-hood-gardens-alison-e-peter-smithson>. (consultado em 03/09/2024)

Os Smithsons propuseram criar corredores e áreas de circulação que funcionassem como "ruas" em edifícios altos, trazendo para o interior das construções um conceito de “convivência social” normalmente encontrado em bairros de ruas tradicionais. Estas "ruas" seriam espaços de circulação amplos e comuns que conectariam as unidades habitacionais em diferentes níveis, permitindo maior interação entre os moradores.

O projeto de habitação Robin Hood Gardens, em Londres, concebido pelos Smithsons e concluído em 1972, representa uma aplicação concreta das "ruas

elevadas", com amplas passarelas externas que conectavam os apartamentos em vários andares (Figura 14). A intenção era que esses corredores funcionassem como verdadeiras ruas, onde os moradores pudessem interagir ao sair de suas casas, ao replicar o sentimento de comunidade de uma vizinhança de baixa densidade num edifício alto (Figura 15).



Figura 15. Fotografia das “ruas verticais” do edifício Robin Hood Gardens, Londres, 1972. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-37260/classicos-da-arquitetura-robin-hood-gardens-alison-e-peter-smithson>. (consultado em 03/09/2024)

As “ruas elevadas” serviam como centros de vida comunitária, onde os moradores podiam encontrar-se, conversar e até organizar atividades diárias, tal como fariam numa rua de bairro comum. A ideia refletia o desejo de recriar o senso de vizinhança e comunidade em habitações densamente povoadas, onde a verticalidade do edifício não implicasse isolamento, mas sim novas oportunidades de interação social (Figura 16).

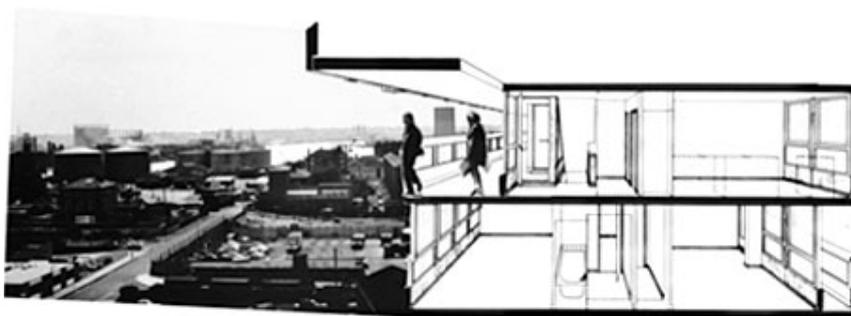


Figura 16. Corte com fotomontagem do edifício Robin Hood Gardens, Londres. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-37260/classicos-da-arquitetura-robin-hood-gardens-alison-e-peter-smithson>. (consultado em 03/09/2024)

Uma abordagem interessante para essa transformação de “rua elevada” é deslocar o corredor de acesso às habitações para o exterior do edifício, que gera um ambiente mais integrado com a natureza e as áreas comuns. Ao fornecer a cada unidade uma "porta da frente" que abre-se diretamente para um jardim ou espaço ao ar livre, o corredor passa a funcionar como uma extensão da própria residência, que conecta o interior das casas com o exterior. Essa configuração amplia o espaço habitacional, permitindo a inclusão de áreas verdes compartilhadas, espaços de lazer ou até pequenas praças que estimulam a interação entre os moradores (Figura 17).

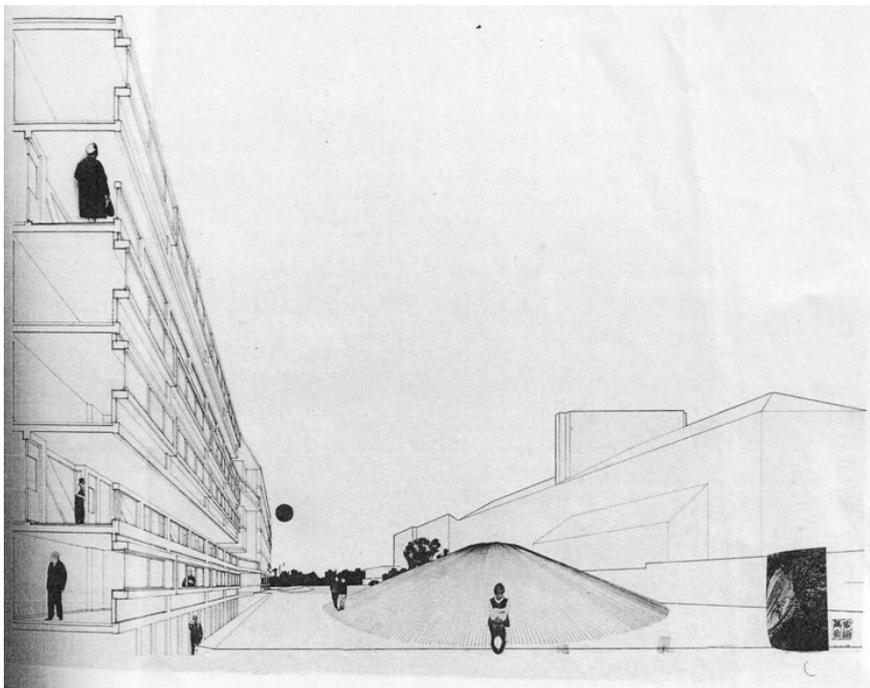


Figura 17. Corte com fotomontagem do edifício Robin Hood Gardens, Londres. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/01-37260/classicos-da-arquitetura-robin-hood-gardens-alison-e-peter-smithson>. (consultado em 03/09/2024)

A distribuição dos espaços comuns pelos diferentes andares, acompanhada por terraços amplos, oferece uma alternativa aos tradicionais corredores internos. Ao eliminar a necessidade de escadas internas, as escadas externas e esses terraços transformam a fachada do edifício em um local vibrante, ativo e convidativo. Essa “tipologia de dentro para fora” (MVRDV 2024) reinventa a organização tradicional do prédio, permitindo que os espaços exteriores sejam tão importantes quanto os interiores (Figura 18).

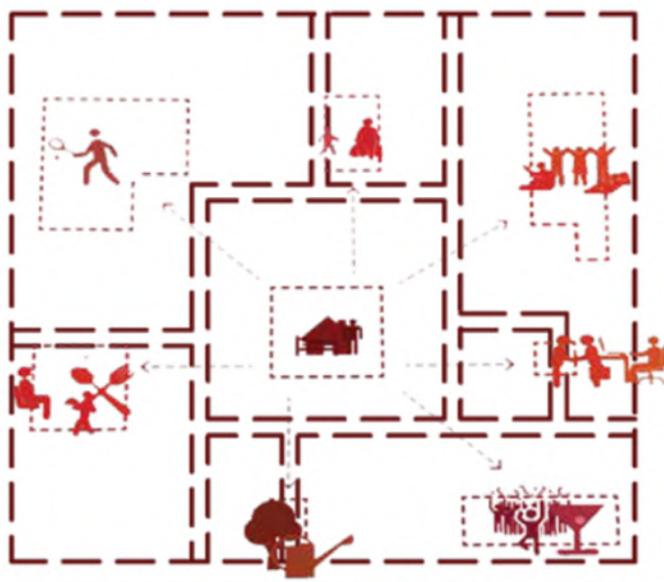


Figura 18. Esquema “Tipologia de dentro para fora”, MVRDV, 2024. (redesenhado pela autora).

O ateliê MVRDV (2024), conhecido pela sua abordagem experimental e diagramática, reinterpreta o conceito de “ruas elevadas” e propõe espaços onde os moradores podem utilizar os terraços como locais de encontro, desfrutar da vista, cuidar de plantas nos jardins ou simplesmente caminhar pelas áreas comuns. Esta dinâmica enriquece a vida no edifício, promovendo a convivência, fortalecendo laços e consolidando a comunidade, a que podemos chamar “corredor social” (Figura 19). É como se a casa estendesse-se além das suas paredes. O corredor funciona como uma extensão da habitação privada, onde os moradores podem socializar e desfrutar de um ambiente coletivo. Uma oportunidade única para os residentes reunirem-se e estabelecerem laços entre si.

Cuidar de plantas nos jardins não só embeleza o ambiente, mas também promove um sentimento de pertencimento e responsabilidade compartilhada, o que incentiva a interação entre vizinhos. Estas áreas não são apenas passagens, mas sim locais onde a vida comunitária desenrola-se, ao transformar a experiência de viver em um edifício em algo mais dinâmico e interativo.

Ao considerar esses espaços como uma extensão das suas casas, os moradores tendem a sentir-se mais integrados e envolvidos na vida do edifício. Esta abordagem transforma os espaços comuns em áreas funcionais que atendem às necessidades dos residentes, permitindo que cada um personalize sua interação com esses ambientes. Assim, o design arquitetônico que incorpora estes corredores não só valoriza a estética, mas também enriquece a qualidade de vida dos moradores, promovendo um estilo de vida mais saudável e socialmente ativo.

Estes elementos contribuem para um senso de comunidade, onde as interações informais podem levar a amizades duradouras e a um ambiente acolhedor, refletindo a importância de espaços projetados para promover a convivência e o bem-estar. Em suma, a integração de áreas comuns funcionais não só expande o espaço vital dos moradores, mas também enriquece a experiência de viver em comunidade, ao reformular o conceito de lar em um espaço coletivo vibrante e inclusivo.

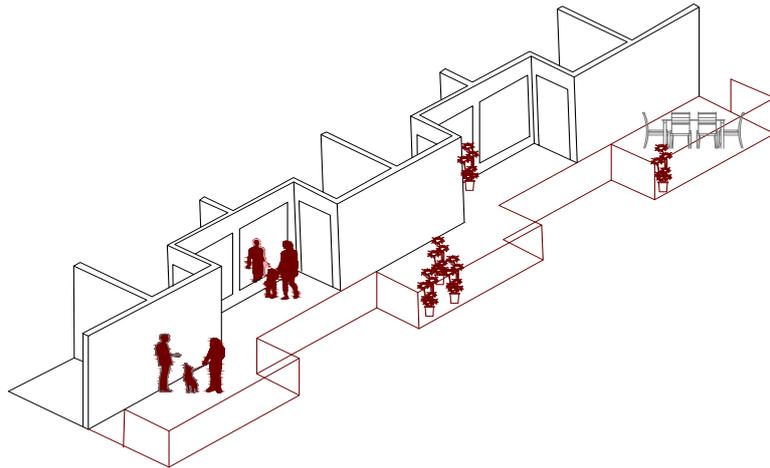


Figura 19. Esquema de corredor social, MVRDV, 2024. (redesenhado pela autora).

Esse modelo de corredor externo também contribui para uma estética mais aberta e moderna do edifício, onde a fachada torna-se viva, com múltiplas camadas de interação. A arquitetura, em vez de enclausurar, abre-se para o entorno, que conecta os moradores tanto entre si quanto com o ambiente ao redor. O edifício, assim, deixa de ser apenas um conjunto de unidades isoladas para tornar-se um espaço onde a vida coletiva é cultivada e a individualidade é respeitada, com áreas que convidam ao relaxamento, ao convívio e ao uso comum (Figura 20).

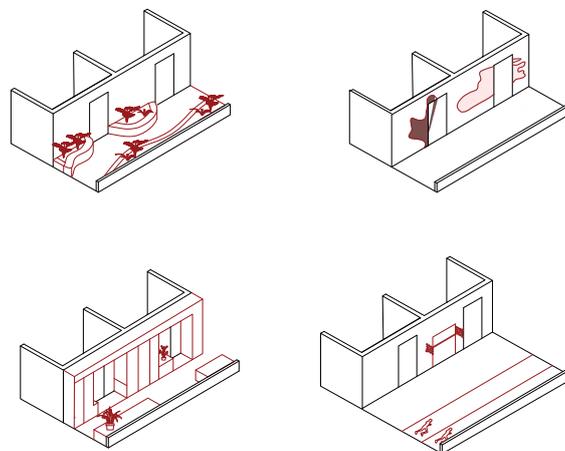


Figura 20. Exemplos de utilização do corredor propostos por MVRDV, 2024. (redesenhado pela autora).

Com essa abordagem, o corredor deixa de ser apenas um espaço de passagem, tornando-se parte integrante da experiência de habitar. Ele enriquece a relação dos moradores com o ambiente onde vivem, promovendo uma qualidade de vida superior. Essa concepção não só eleva o bem-estar dos residentes, mas também inaugura uma nova perspectiva no design de edifícios, priorizando o bem-estar coletivo, a conexão com a natureza e a criação de espaços que estimulam interações sociais de forma orgânica e espontânea. Assim, compreender e investigar as necessidades e aspirações da população, por meio de processos participativos e do envolvimento ativo, torna-se indispensável para projetar um corredor social que atenda às demandas coletivas e favoreça a integração comunitária.

O estudo do MVRDV (2024) divide a comunidade em quatro níveis (MVRDV, 2024): (1) o primeiro é a habitação privada; (2) a comunidade do "andar" — composta pelos vizinhos diretos próximos à habitação; (3) a comunidade do edifício — que abrange todas as habitações e áreas coletivas; e (4) a interação com a vizinhança, frequentemente localizada no térreo, onde os espaços comuns abrem-se para a envolvente. Cada nível de comunidade possui o seu próprio tipo de espaço coletivo, que varia de íntimo a aberto (Figura 21).

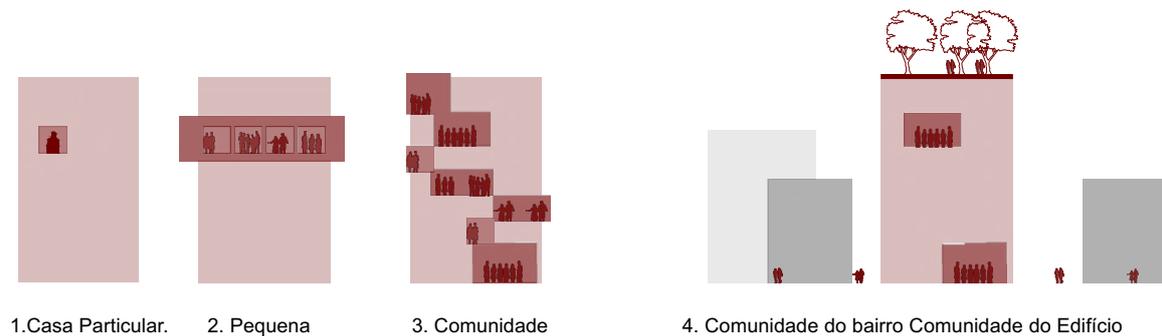


Figura 21. Esquema da comunidade de MVRDV, 2024. Redesenhado pela autora.

1.3. Modos De Vida Da Etnia Cigana

O estudo sociológico e as visitas ao local de análise revelaram uma expressiva presença de residentes de etnia cigana, tornando fundamental o aprofundamento de seus modos de vida. As comunidades ciganas caracterizam-se por uma forte ligação à família e às tradições, elementos que constituem a base de sua identidade cultural. Historicamente, essas comunidades adotaram um estilo de vida nômade, deslocando-se continuamente em busca de novas oportunidades, o que influenciou profundamente sua relação com o espaço urbano e os espaços coletivos. Entretanto, ao longo do tempo, a pressão pela sedentarização levou essas comunidades a se estabelecerem em áreas urbanas. Nesse processo, adaptaram-se às novas realidades sociais e econômicas, mas sem abrir mão dos laços familiares e comunitários, que permanecem como pilares essenciais de sua cultura (Magano, 2022).

Na cultura cigana, a família tem um papel central, frequentemente estruturada de forma extensa e interligada. A hospitalidade e o respeito, especialmente pelos mais velhos, são altamente valorizados, e decisões importantes, como casamentos, são tomadas em consenso familiar. Esse forte sentido de pertença a um clã fortalece os laços comunitários.

A apropriação do espaço público pode ser entendida a partir de fatores culturais, históricos e socioeconômicos específicos (Figura 22). Os ambientes urbanos são muitas vezes vividos de forma a manter as tradições e costumes. As áreas públicas, como praças, parques e ruas, são utilizadas como locais de encontro, para socializar e celebrar e praticar as suas tradições. A música e a dança, tal como churrascos e refeições em grupo, são expressões culturais fundamentais, frequentemente surgem nessas interações, reforçando o sentido de comunidade.



Figura 22. Apropriação do espaço público pelas crianças. PER Ameixoeira. Fotografia da autora.

A marginalização económica e social enfrentada por muitos ciganos contribui para a utilização frequente dos espaços comuns (Figura 23) (FRA,2020) A falta de recursos financeiros muitas vezes limita o acesso a locais privados para lazer, trabalho ou moradia. Assim, o espaço público torna-se o ponto de encontro e de convivência para as famílias ciganas, sendo utilizado tanto para atividades comerciais quanto para socialização.

A apropriação do espaço público pelos ciganos também pode ser interpretada como uma expressão cultural. A cultura cigana tem uma relação própria com o espaço e o território, marcada por sua história de nomadismo e por uma organização social comunitária. Esta relação mais aberta e coletiva com o espaço pode gerar incompreensão por parte das populações majoritárias, que muitas vezes possuem uma visão mais rígida sobre o uso do espaço público.



Figura 23. Apropriação do espaço público, PER Ameixoeira. Fotografia da autora.

Entretanto, essa apropriação do espaço público também pode ser percebida por outros moradores como uma forma de "domínio", o que gera conflitos sobre quem tem o direito legítimo de usar esses espaços. Em cidades e bairros onde convivem diferentes grupos sociais, culturais e étnicos, como no caso das comunidades ciganas, essas tensões são comuns. Isto ocorre porque, embora o espaço público seja teoricamente de todos, o modo como ele é utilizado reflete dinâmicas de poder e exclusão, tanto simbólicas quanto práticas. Em muitos casos, a presença constante de ciganos nestes espaços pode ser vista por outros moradores como uma imposição, especialmente quando a interação com esses espaços não segue as normas ou expectativas culturais da sociedade majoritária.

Assim, a questão da apropriação do espaço público pelos ciganos deve ser analisada dentro de um contexto mais amplo de exclusão social, diferenças culturais e disputas por visibilidade e pertencimento. A apropriação do espaço não é apenas uma forma de suprir necessidades econômicas ou sociais, mas também uma maneira de afirmar a identidade cigana e seu direito à cidade, muitas vezes em face de uma sociedade que historicamente os marginaliza. Esses conflitos refletem tensões profundas sobre como diferentes grupos percebem seus direitos e como a cidade lida com essas dinâmicas, onde a luta por espaço é também uma luta por reconhecimento e inclusão.



Figura 24. Fotografias da apropriação do espaço público por parte dos habitantes da Avenida Glicínia Quartin. PER Ameixoeira. Fotografias da autora.

Em suma, a cultura cigana reflete uma rica herança, sustentada por laços familiares e comunitários essenciais. A sua vivência do espaço urbano mostra uma adaptação contínua às mudanças, enquanto mantêm tradições e valores, enquanto enfrentam o desafio constante de aceitação e inclusão na sociedade.

Capítulo II | Ensaio Metodológico

“[...] estudo do problema-humano-que-carece-de-arquitetura [...] pela via do método (integrado na análise, na composição e na crítica) objetivando assim as relações entre sociedade e arquitectura, integrando na síntese da forma o conhecimento disponível sobre o homem para quem se constrói”.

Nuno Portas, 1963

Este estudo investiga a aplicação de design inclusivo e metodologias participativas no contexto da habitação social, com foco em compreender e adaptar as necessidades dos seus utilizadores. A partir da entrevista com a arquiteta Manuela Oliveira, embaixadora da Associação Salvador e utilizadora de cadeira de rodas, foi possível obter uma perspetiva prática sobre como a arquitetura afeta diretamente a vida de pessoas com mobilidade reduzida.

A participação ativa dos residentes é considerada crucial para garantir que o design dos espaços sociais responda às necessidades da comunidade, promovendo a inclusão e melhoramento da qualidade de vida. Assim, foi realizado um processo participativo com crianças residentes de uma comunidade de etnia cigana, onde foi abordado o modo como estas utilizam os seus espaços habitacionais e o espaço público.

No ensaio metodológico, a análise incluiu ainda um estudo do programa *From Place to City: Constructing Collectively the Habitat*, que sublinha a importância de uma abordagem de co-criação, e uma avaliação de casos de estudo, como o projeto de reabilitação dos arquitetos Lacaton & Vassal em Bordeaux, que promove a transformação e valorização das habitações sociais sem recorrer a demolições, expandindo os edifícios existentes, ao integrar varandas e terraços que aumentam a área útil e proporcionam melhor conexão com o exterior. Todo o processo contou com a participação dos moradores, tendo sido considerado as suas necessidades e desejos, permitindo assim desenvolver um senso de comunidade e de pertencimento. O projeto de MVRDV, no livro *Co-living – Design study into co-living as a typology of shared living* permite explorar diversas respostas às necessidades de habitação contemporânea, especialmente em áreas urbanas de alta densidade, tais como a criação de espaços de vida compartilhados, através da inclusão de áreas comuns, como cozinhas, salas de estar e espaços de trabalho, que promovem uma maior interação social entre a comunidade e a eficiência do uso do espaço, combatendo a segregação espacial. O caso de estudo da loja IKEA em Viena, de Querkraft Architects, foca-se na harmonização com a paisagem urbana através da sua estrutura metálica, com um layout flexível, e das suas fachadas com espaços vazios, ao projetar espaços abertos no interior, promovendo uma maior interação com os usuários. Por fim, o projeto *Coming Out* de François Edouard Maison, em Grenoble, França, tem como objetivo criar espaços de vida que favorecem a interação social e a flexibilidade, atendendo às necessidades dos moradores. As galerias de acesso ao interior das habitações são caracterizadas pelos seus recuos e avanços na fachada, entre as árvores, que permitem criar privacidade e ao mesmo tempo, criar ligações verticais com os moradores, contribuindo para o senso de comunidade.

O conhecimento adquirido nestas diversas atividades permitiu fundamentar a componente prática e evidenciar a relevância da prática projetual em arquitetura ao respeitar as especificidades dos seus utilizadores. Destacam-se as abordagens participativas e inclusivas como contributos fundamentais para a intervenção em habitações sociais existentes que não apenas promovem a integração dos residentes, mas também valorizam e otimizam os recursos existentes.

2.1. Entrevista com a arquiteta Manuela Oliveira

A entrevista realizada à arquiteta Manuela Oliveira (realizada a 15/04/2024), embaixadora da Associação Salvador, e utilizadora de cadeira de rodas, ofereceu uma perspetiva prática sobre o impacto da arquitetura na vida das pessoas com mobilidade reduzida. A conversa permitiu destacar que as habitações sociais, em geral, não são projetadas para responder às necessidades específicas dos seus utilizadores, mas sim para uma população ampla e heterogénea, o que leva os residentes a adaptarem os seus espaços conforme as suas rotinas e capacidades.

A arquiteta salientou que, se o design inclusivo fosse considerado desde o início dos projetos, muitas dessas adaptações poderiam ser evitadas, reduzindo os custos das reformas. Enfatizou a importância de compreender quem habitará os espaços e as suas limitações, embora ainda exista uma escassez de arquitetos com essa especialização. Segundo esta, os processos participativos que envolvem tanto os residentes como os arquitetos são essenciais para criar espaços inclusivos que respondam às diversas necessidades habitacionais.

Durante a entrevista, foi igualmente sublinhado que são escassos os exemplos de habitações sociais concebidas com acessibilidade integrada desde a fase inicial do projeto. A construção vertical, frequentemente utilizada em habitações de custo controlado, prioriza a eficiência espacial e a redução de custos, que por consequência, ignora as necessidades de acessibilidade que a construção horizontal poderia atender, mesmo que a um custo mais elevado. Este desalinhamento entre acessibilidade e controlo de custos faz com que o design inclusivo não seja uma prioridade para os promotores de habitação social, perpetuando a ideia de que a adaptação é uma responsabilidade individual, em vez de um princípio fundamental do projeto habitacional.

2.2. Processo Participativo: Meios De Compreensão Do Modo De Habitar Dos PER

No dia 9 de maio de 2024, realizou-se um processo participativo com aproximadamente 16 crianças de etnia cigana residentes na Avenida Glicínia Quartim, PER Ameixoeira, freguesia de Santa Clara com idades entre 5 e 15 anos, e o apoio de duas colegas de turma, Bárbara Garcia e Eliana Pâmpano, nas instalações da A PAR - Associação Aprender em Parceria.

O principal objetivo do processo foi compreender os modos de habitar das crianças, ao analisar como viviam nas suas casas e de que forma utilizavam o espaço público circundante. Para tal foi criado um dispositivo, denominado Toolkit: Meios de Compreensão do modo de habitar os PER (Sanders e Stappers, 2012).

Sanders e P. Stappers são figuras de destaque na área de design participativo e co-criação, e ambos exploram o conceito de Toolkit como um conjunto de ferramentas que facilita a participação ativa dos cidadãos no processo de projeto. Para estes, o toolkit não é apenas um conjunto de instrumentos, mas sim um meio de empoderamento dos participantes, permitindo-lhes expressar necessidades, ideias e preferências de forma visual e tangível. Sanders descreve o Toolkit como uma forma de transformar cidadãos em co-criadores, promovendo a expressão criativa e a colaboração. Para esta, esses kits incluem materiais como cartões, diagramas, protótipos e outros elementos visuais que ajudam os participantes a comunicar melhor as suas experiências e desejos.

O Toolkit criado especificamente para a sessão de maio foi projetado com o objetivo de investigar os modos de habitar das crianças, ao compreender como elas utilizam e interagem com os diversos espaços e as funções que atribuem a cada área. Este toolkit, além de identificar os usos que as crianças fazem do ambiente, que permite mapear as suas necessidades, ao proporcionar uma visão mais ampla sobre suas preferências, comportamentos e expectativas em relação ao espaço que ocupam, de forma criativa, permitindo, assim, entender mais profundamente as suas necessidades.

É importante salientar que a maioria das crianças, presentes na sessão, não frequenta a escola regularmente, sendo que muitas delas são analfabetas. Durante a sessão (Figura 25 e 26), notou-se que as crianças apresentavam comportamentos bastante ativos e uma compreensão limitada das indicações, agindo de forma espontânea conforme os seus desejos e vontades.



Figura 25. e Figura 26. Processo participativo. Fotografias da autora.

Para facilitar a compreensão das habitações, foram apresentadas às crianças plantas técnicas coloridas e uma maquete representativa das três diferentes tipologias das habitações. Com essas ferramentas, as crianças puderam brincar com figuras que representavam os moradores de suas casas, além de móveis e atividades que realizavam em casa e no espaço público. Foram também disponibilizados quadrados coloridos, cada um correspondendo a uma planta, permitindo que as crianças expressassem onde sentiam que havia necessidade de haver mais área.

Essa abordagem possibilitou identificar a tipologia de habitação em que viviam e como seus hábitos variavam conforme o espaço disponível. Apesar das dificuldades, foram coletadas informações relevantes, como o número de pessoas que residiam com as crianças, onde faziam as refeições, onde brincavam e, eventualmente, estudavam. Todas relataram viver com os pais e irmãos, com uma média de quatro a cinco irmãos por família (a maioria deles com menos de um ano). Algumas crianças mencionaram que compartilhavam o quarto devido à falta de espaço. Contrariamente ao que se poderia supor, não foi observado um sistema de vida comunitária nas casas; cada agregado familiar era composto por pai, mãe e, em alguns casos, um avô ou avó.



Figura 27. Elementos usados no Processo Participativo. Fotografias da autora.

As escadarias dos prédios, corredores e o espaço público circundante são alvo frequente de áreas de brincadeira. No entanto, destacou-se a falta de criatividade nas atividades realizadas, uma limitação que foi reforçada pelas educadoras presentes. Essa carência parece estar associada à ausência de estímulos intelectuais e educativos, teve como impacto direto o desenvolvimento cognitivo e social das crianças. Outro aspecto que emergiu foi a criação de animais em casa, como cães, coelhos e aves, que muitas crianças consideravam uma forma de entretenimento.

Durante o processo, as crianças foram convidadas a desenhar suas casas ideais para expressar o que sentiam falta em suas habitações. As respostas variaram, com algumas crianças desejando castelos ou mansões cheias de carros, o que revelou aspirações grandiosas. No entanto, ao analisar os desenhos, a maioria retratou casas simples, com uma porta, uma janela e uma chaminé. Essa discrepância entre as suas aspirações e as representações visuais evidencia a complexidade dos seus desejos, assim como as limitações impostas por pelas suas realidades habitacionais. A dinâmica do processo evidenciou a necessidade de uma abordagem mais direcionada para estimular esse desenvolvimento, com foco na inclusão, no acesso à educação e em oportunidades de crescimento. Além disso, o espaço público não servia apenas como local de brincadeira, mas também como um espaço de confraternização, onde ocorriam churrascos, conversas, danças, festas e o uso de piscinas de plástico durante o verão. Muitos participantes relataram que a mãe é a principal cuidadora do lar e que não há uma partilha de tarefas domésticas, sendo que as crianças passam grande parte do tempo sem supervisão na rua. Este aspecto reforça a necessidade de entender e apoiar

estas crianças na construção de um futuro, contribuindo para o seu desenvolvimento integral e para a melhoria da sua qualidade de vida.

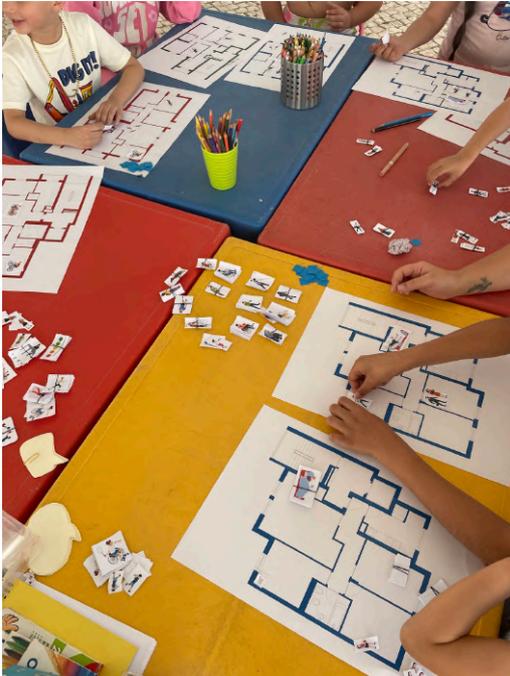


Figura 28. e Figura 29. Participação no Processo Participativo. Fotografias da autora.

Conclui-se que a percepção das crianças sobre as suas habitações é bastante limitada, sendo que as consideravam como espaços para comer e dormir, enquanto as suas rotinas diárias são maioritariamente na rua. Essa análise destaca a importância de intervenções que promovam não só a inclusão e o acesso à educação, mas também o desenvolvimento criativo e social, permitindo que as crianças ampliem sua visão sobre a vida comunitária e sua própria experiência habitacional.

2.3. From Place To City: Constructing Collectively the Habitat

O programa Erasmus+ BIP – Blended Intensive Programme, intitulado "From Place to City: Constructing Collectively the Habitat", decorreu entre 8 e 12 de julho de 2024, sob a coordenação da professora Alexandra Paio, e contou com a participação de alunos de várias universidades europeias. Com o objetivo de promover uma abordagem colaborativa na criação de ambientes urbanos inclusivos e sustentáveis, o programa integrou atividades teóricas e práticas para desenvolver soluções para o território Galinheiras e Ameixoeira.

Neste contexto, a participação como tutora do grupo EquiHabitat – Nurturing Diversity in Sustainable Living centrou-se no PER Ameixoeira, o que formentou uma oportunidade única para aprofundar os processos de co-criação e participação ativa, essenciais ao desenvolvimento de habitats que respondam à diversidade urbana. Os workshops temáticos "Migration Shapes," "Participated Floor" e "Build Relationships" permitiram explorar dimensões cruciais da inclusão e sustentabilidade nos espaços habitacionais e comunitários (Figura 30).

Ao longo da semana, alunos e tutores foram orientados a integrar conhecimentos teóricos e práticos, sendo aplicados em contextos reais da comunidade, numa dinâmica de aprendizagem colaborativa que mostrou-se fundamental para a criação de soluções inovadoras e inclusivas. O programa culminou na apresentação final das propostas desenvolvidas pelos grupos, no formato de um manifesto, sintetizando os principais resultados e as visões partilhadas para um habitat urbano mais inclusivo e sustentável.



Figura 30. Trabalho desenvolvido ao longo da semana no BIP From Place To City: Constructing Collectively The Habitat. Fotografias da autora.

A proposta final do programa Erasmus+ BIP consistiu em seis pontos principais: (1) identificar as vozes da comunidade, que visa reunir os moradores para identificar suas necessidades e aspirações por meio de reuniões, entrevistas e discussões em grupo; (2) abordar a exploração de oportunidades locais, onde propõe-se analisar os recursos disponíveis, como a grande área verde inutilizada, lojas fechadas e centros culturais e comunitários, e mapear essas oportunidades para otimizar o seu uso; (3) enfatizar a participação comunitária, promovendo atividades participativas, como entrevistas, mapeamento de oportunidades e diagnósticos participativos, envolvendo tanto moradores quanto investigadores; (4) denominar micro práticas, sugere a implementação de ações de curto prazo, como limpeza, pintura, oficinas de criação de jardins, eventos comunitários para os adultos e para as crianças, a fim de fortalecer os laços comunitários; (5) co-criar com os moradores, ao transformar a área verde e o comércio de acordo com as necessidades da comunidade, promovendo assim o sentimento de pertencimento e cuidado; (6) transformar o PER Ameixoeira (Figura 31 e 32) em um modelo de habitação social sustentável, onde a diversidade é celebrada e a coesão comunitária é reforçada. Isso incluiria a criação de cozinhas comunitárias, espaços para churrascos, novas lojas, festivais de música, hortas comunitárias, agricultura urbana, eventos comunitários, áreas de recreação para crianças e ciclovias, que iriam integrar o bairro de forma mais harmoniosa à cidade.

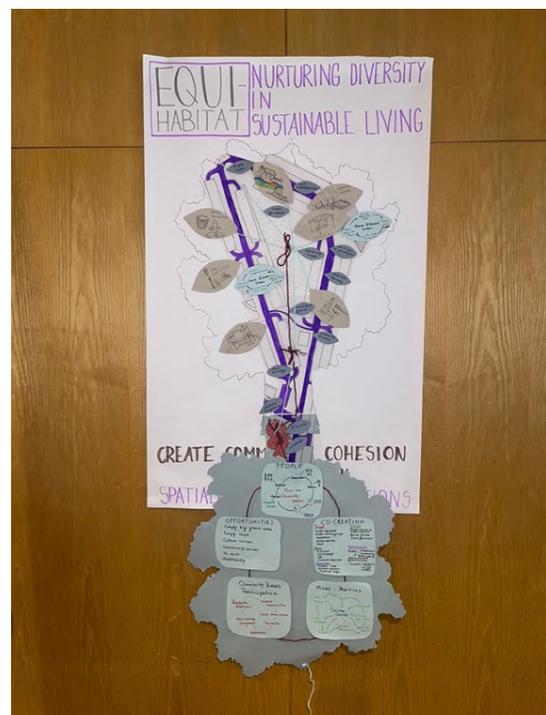
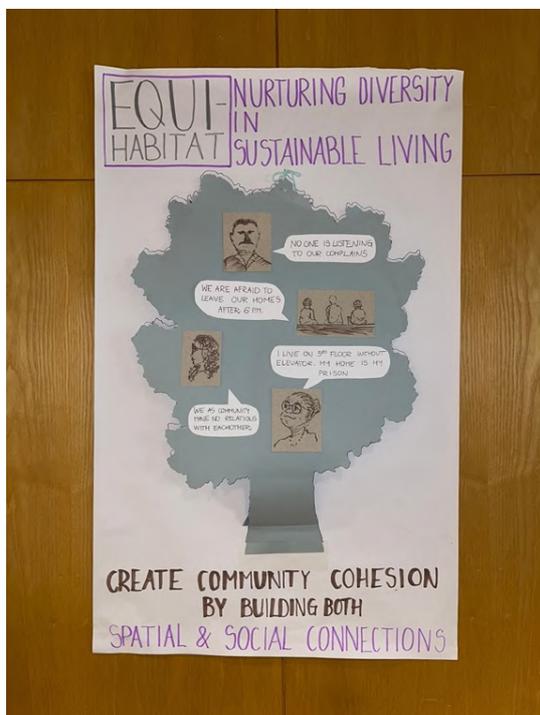


Figura 31 e Figura 32. Apresentação do Manifesto. Fotografias da autora.

Esta experiência de uma semana permitiu uma aprendizagem colaborativa, que reforçam a importância de práticas arquitetónicas que promovam a inclusão e o bem-estar coletivo, além de evidenciar o impacto positivo que uma abordagem participativa pode ter na construção de habitats mais equitativos e resilientes (Figura 33).

BIP Lisbon 2024

FROM PLACE TO CITY

CONSTRUCTING COLLECTIVELY THE HABITAT

TEAMWORK
 DOMINIKA MIRKOWICZ
 MARTYNA NOWICKA
 KAROLINA SADOWSKA
 STEFANIA CHIEZZI
 ALICJA KWIECINSKA
 THOMAS BENESECH
 CAMILA SANCHES

TUTORS
 RENATA PEREIRA
 ILLISEANE CABRAL
 VERA FERREIRA

DAY 1 SITE VISIT PER - Special Rehousing Program

interviews photos matrix perception analysis

DAY 4 WHAT IS THE ROLE OF PUBLIC SPACES IN SOCIAL COHESION?

WHY the intervention is needed?

- lack of community
- no trash cleaning
- no maintenance
- exclusion
- lack of high greenery

WHO is the intervention for?

- local residents of PER
- multi-ethnic groups
- associations
- NGO
- everyone

HOW the intervention work?

1. Community based participation
2. Micro-practices
3. Co-creation
4. Tactical urbanism

WHAT is the primary outcome?

Urban commons
Spatial justice

MANIFESTO

EquiHabitat: Nurturing Diversity in Sustainable Living

Create Community Cohesion by Building both Spatial and Social Connections

DAY 2 HOW IS MIGRATION CHANGING THE CITY?

Challenges
 Education Social cohesion Sense of ownership Exclusion Resources

DAY 3 HOW CAN DESIGN BUILD COMMUNITY?

Strategies Community-based participation Co-creation
Goal Urban commons Spatial justice

PROPOSAL

Our proposal is to create community cohesion in PER Ameixoeiras, a social housing area on the outskirts of Lisbon with a history of immigration and a fragmented community.

- 1. IDENTIFYING COMMUNITY VOICES**
Gather residents to identify their **needs** and **aspirations** through meetings, interviews, and group discussions.
- 2. EXPLORING LOCAL OPPORTUNITIES**
Analyze **available resources**, such as a large empty green area, vacant small shops, and cultural and community centers. Map these opportunities to better utilize them.
- 3. COMMUNITY-BASED PARTICIPATION**
Conduct **participatory activities**, including interviews, opportunity mapping, and participatory diagnosis, involving residents and researchers.
- 4. MICRO PRACTICES**
To engage the community, **implement actions** such as cleaning, painting, workshops, creating gardens, community events, and children's flea markets, strengthening community ties.
- 5. CO-CREATING**
Develop **large projects** with the residents, transforming the green area and shops based on the community's needs, promoting belonging and care.
- 6. OUTCOME**
This process aims to transform PER Ameixoeiras into a model of **sustainable social housing**, where diversity is celebrated and community cohesion is strengthened.

*Open the neighborhood Community kitchen BBQ spaces Shops Music festival Shading Games
 Improve green spaces Urban agriculture Community events Playground Bicycle lane Street painting*

Figura 33. Manifesto apresentado pelo grupo EquiHabitat: Nurturing Diversity in Sustainable Living – Create Community Cohesion by Building both Spatial and Social Connections.



Figura 34. Grupo EquiHabitat: Nurturing Diversity in Sustainable Living – Create Community Cohesion by Building both Spatial and Social Connections. Fotografia de Alexandra Paio.

2.4. Casos de Estudo

2.4.1. Lacaton & Vassal Transformation of 530 logements, Bordeaux, França, 2017

Os arquitetos Anne Lacaton e Jean-Philippe Vassal, apresentam uma abordagem inovadora e humanizada à reabilitação de habitação social (Lacaton & Vassal, 2017). O projeto *Transformation of 530 logements* (2017) (Figura 35), reflete a filosofia dos arquitetos, que acreditam na importância de transformar e melhorar os edifícios existentes em vez de optar por demolições. O foco está em melhorar as condições de vida dos moradores, mantendo a estrutura original dos edifícios e ao promover valor sem grandes desperdícios de recursos.



Figura 35. Lacaton & Vassal, Transformation de 530 logements, Bordeaux, França, 2017. Fonte: <https://www.lacatonvassal.com/index.php?idp=80> (consultado em 15/09/2024)

Este projeto centrou-se em intervenções estratégicas que resultaram numa melhoria significativa do espaço habitacional e na qualidade de vida dos residentes. Uma das principais intervenções foi a ampliação das áreas habitacionais. Os arquitetos adicionaram grandes varandas ou “jardins de inverno”, ao criar espaços exteriores amplos que podem ser utilizados de várias formas (Figura 36). Estes novos espaços não só aumentam a área útil das casas, como também permitem uma maior conexão com o exterior, oferecendo aos moradores mais luz natural e um espaço flexível para usar como jardim, estufa ou área de lazer.

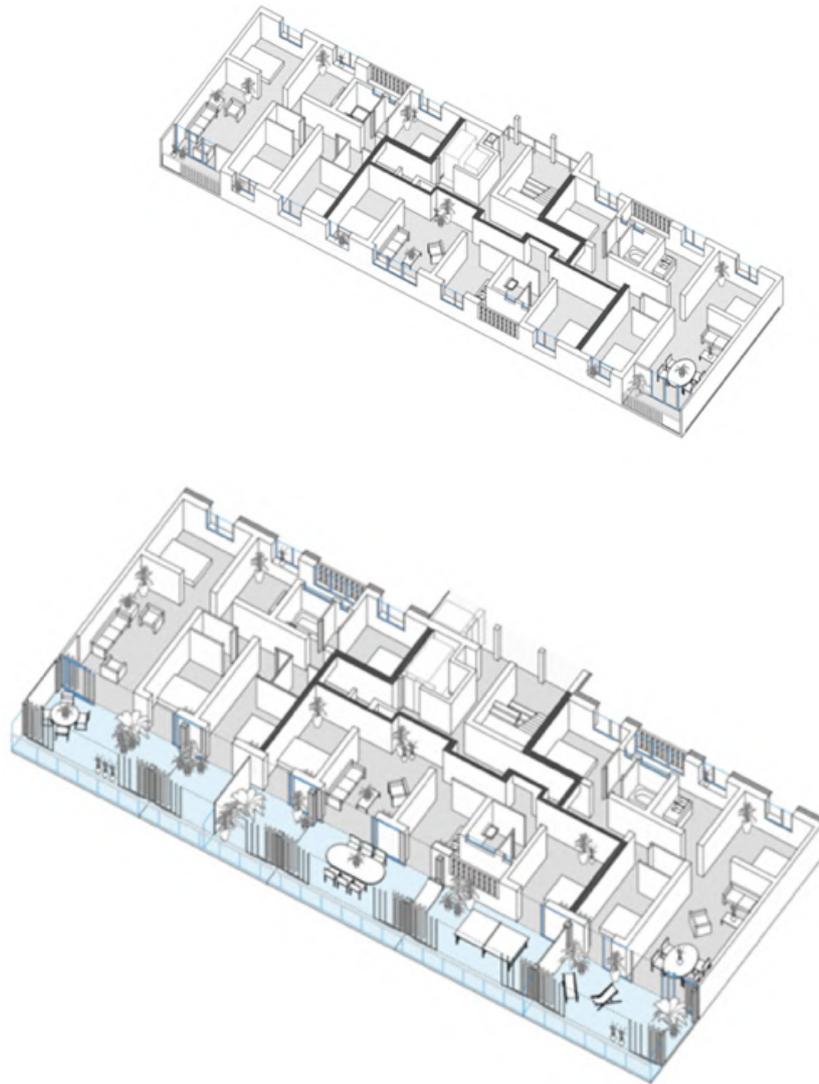


Figura 36. Lacaton & Vassal, esquema dos “add-nos”. Fonte: <https://www.lacatonvassal.com/index.php?idp=80> (consultado em 15/09/2024)

Outro ponto essencial foi a melhoria da eficiência energética dos edifícios. As novas fachadas, compostas por grandes superfícies envidraçadas, ajudam a capturar calor nos meses mais frios, reduzindo a necessidade de aquecimento artificial e permitindo um maior aproveitamento da luz solar (Figura 37).

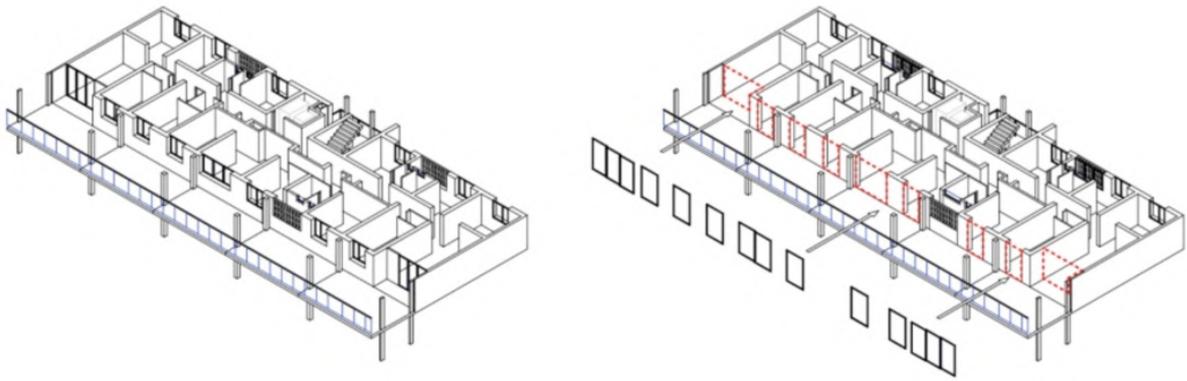


Figura 37. Lacaton e Vassal, esquema de vãos. Fonte: <https://www.lacatonvassal.com/index.php?idp=80> (consultado em 15/09/2024)

Ao contrário de muitos projetos de reabilitação que implicam a deslocação dos residentes, a transformação liderada por Lacaton e Vassal manteve os moradores nos seus lares durante o processo de renovação. Esta abordagem permitiu preservar os laços comunitários e evitar o trauma de deslocalizações. Além disso, foi uma intervenção mais económica e sustentável, já que, em vez de demolir e reconstruir, optou-se por aproveitar o que já existia, com melhorias que, a um custo mais baixo, tiveram um grande impacto na qualidade de vida.

A filosofia central dos arquitetos – "nunca demolir, nunca remover, sempre adicionar, transformar" – está presente em cada detalhe deste projeto (Lacaton & Vassal, 2017). Eles acreditam que os edifícios, mesmo os mais antigos, têm valor, e que com uma abordagem cuidadosa e respeitadora é possível transformá-los para responder às necessidades contemporâneas, sem destruir a sua essência. Este projeto é, por isso, um exemplo de como a arquitetura pode ser utilizada para promover a sustentabilidade, melhorar a coesão social e, acima de tudo, dignificar a vida das pessoas que habitam esses espaços.



Figura 38. Lacaton & Vassal, interior dos “add-nos”. Fonte: <https://www.lacatonvassal.com/index.php?idp=80> (consultado em 15/09/2024)



Figura 39. Lacaton & Vassal, interior dos “add-nos”. Fonte: <https://www.lacatonvassal.com/index.php?idp=80> (consultado em 15/09/2024).

Esta intervenção não só trouxe melhorias evidentes ao conforto dos moradores, como também contribuiu para um modelo mais sustentável de desenvolvimento urbano, onde aproveitam-se e transformam-se os recursos existentes, em vez de os substituir (Figura 39). O trabalho foi valorizado e reconhecido, e faz parte do legado que levou Lacaton e Vassal a serem galardoados com o Prémio Pritzker de Arquitetura em 2021.

2.4.2. MVRDV

Co-living – Design study into co-living as a typology of shared living, 2024

No projeto Co-living – Design study into co-living as a typology of shared living (2024) (Figura 40) os arquitetos do ateliê MVRDV, focam-se na tipologia de habitação partilhada, que tem ganhado cada vez mais relevância nas áreas urbanas. O conceito de *co-living* não limita-se apenas a fornecer um espaço para viver, mas visa também promover um estilo de vida comunitário, onde os residentes possam interagir e partilhar experiências, ao criar laços que vão além da mera convivência.

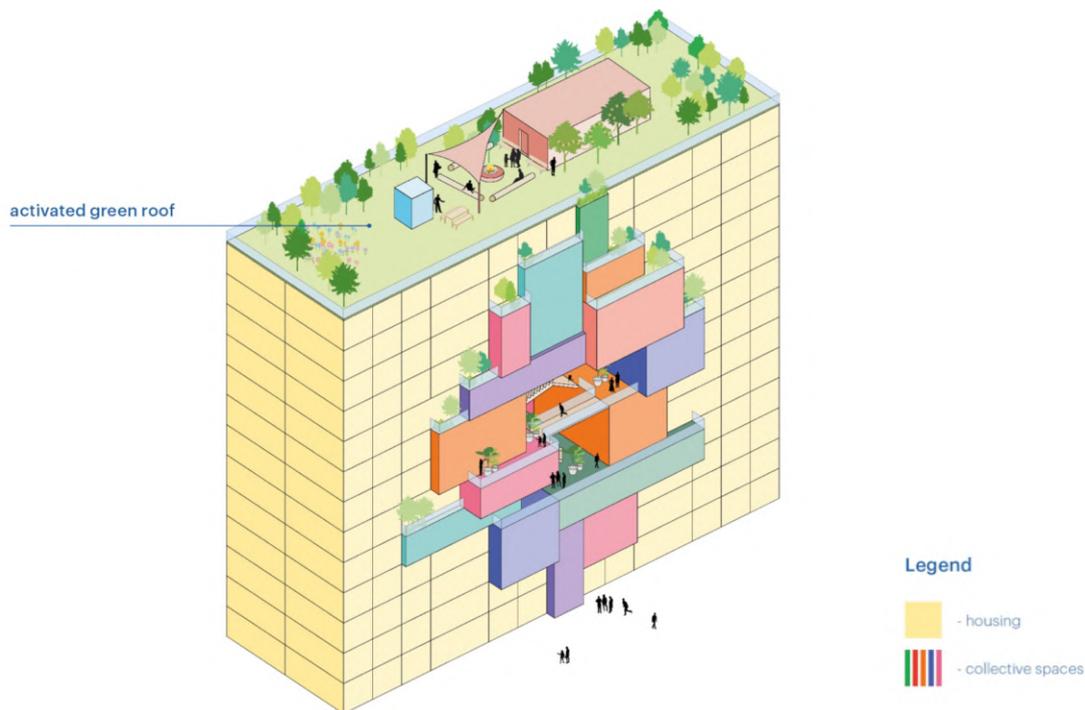


Figura 40. Vibrant Heart, MVRDV, 2024. Fonte: <https://www.mvrdv.com/projects/1013/co-living-design-study> (consultado em 01/10/2024)

Um dos aspetos centrais deste projeto é a criação de áreas sociais, que servem como pontos de encontro e interação entre os moradores. Estas áreas são desenhadas para serem acolhedoras e versáteis, permitindo uma variedade de atividades. Desde cozinhas comunitárias, onde os residentes podem preparar refeições em conjunto, até salas de estar que incentivam conversas e atividades em grupo, cada espaço é pensado para facilitar a convivência e fortalecer as relações interpessoais.

Além das áreas sociais, o corredor social (Figura 35) é um elemento fundamental no design do *co-living*. Este corredor não é apenas um espaço de circulação, mas sim uma extensão das áreas sociais, promovendo um fluxo contínuo de interação entre os moradores. Os corredores são concebidos de forma a serem largos e iluminados, com janelas que permitem a entrada de luz natural e vistas para áreas verdes ou espaços

comuns. Ao invés de serem meros locais de passagem, estes corredores incentivam a pausa e a socialização, com lugares para sentar e relaxar, que tornam-se um espaço onde os moradores podem parar para conversar ou reunir-se informalmente.

A integração de áreas sociais e corredores sociais no design do co-living é uma abordagem que visa criar um ambiente acolhedor e estimulante, onde cada residente sinta-se parte de uma comunidade. Este ambiente não só enriquece a experiência de habitar um espaço, mas também promove um sentido de pertença, algo que é cada vez mais valorizado nas sociedades contemporâneas.

Neste contexto, o co-living apresentado pelos MVRDV propõe uma resposta inovadora às necessidades habitacionais atuais, que equilibram os conceitos de privacidade e convívio. Com a crescente urbanização e a pressão sobre os mercados de habitação, este modelo oferece uma solução viável e sustentável, promovendo uma vida comunitária que pode enriquecer a experiência de viver em cidade. Ao focar na criação de áreas sociais e corredores que incentivem a interação, o projeto destaca a importância das relações humanas no contexto da habitação, com a otimização dos espaços, não apenas lugares para viver, mas para conectar e partilhar (Figura 41).

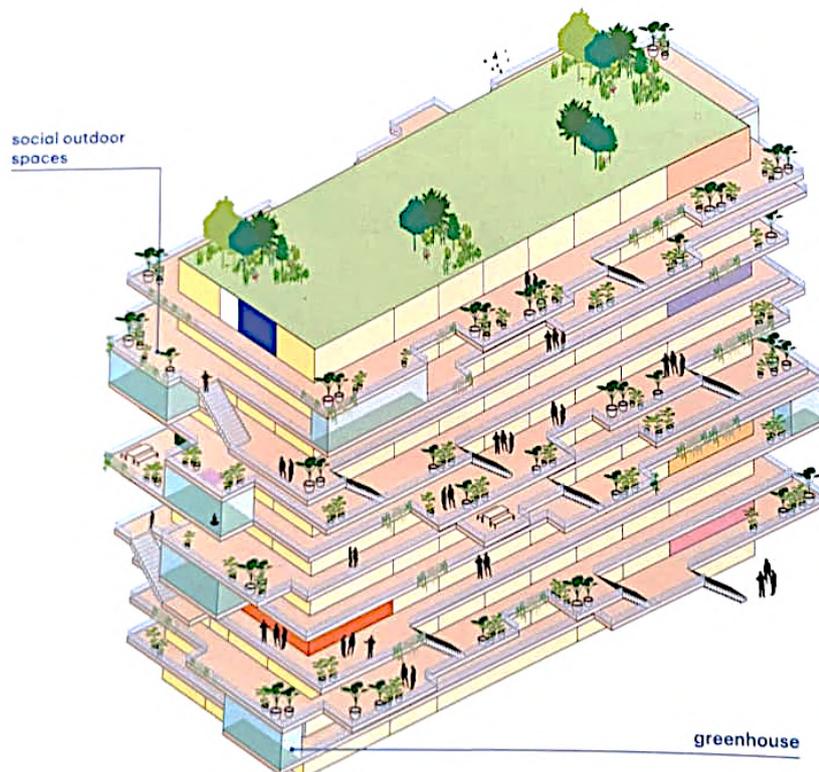


Figura 41. Axonometria de "Inside out" de MVRDV. Fonte: <https://www.mvrdv.com/projects/1013/co-living-design-study> (consultado em 01/10/2024)

2.4.3. Querkraft architects Loja IKEA, Viena, Áustria, 2021

O projeto da loja IKEA em Viena (2021) (Figura 42) destaca-se pelas suas componentes arquitetônicas que refletem tanto a funcionalidade quanto a estética moderna. A fachada é dominada por amplas superfícies envidraçadas que proporcionam luz natural ao interior e permitem uma interação visual entre o espaço interno e o ambiente externo, ao criar uma sensação de acolhimento e de convite para clientes. A premissa do projeto, "Sem carro + urbano", foi baseada no desejo do cliente de "ser um bom vizinho". Assim, a loja oferece uma cobertura acessível ao público, que inclui um café onde os visitantes podem relaxar e apreciar a vista da cidade, com uma grande quantidade de verde presente em todas as fachadas.



Figura 42. Loja IKEA, Viena. Fonte: <https://www.querkraft.at/projekte/ikea-city-center> (consultado em 10/10/2024)

O edifício é construído por uma estrutura metálica de 10x10 metros, permitindo flexibilidade no interior, onde criam-se módulos de 4,5x4,5 metros. Estas unidades são envolvidas por "prateleiras" externas de 4,5 metros de profundidade que circundam todo o edifício, que proporciona sombra e espaços para terraços e vegetação (Figura 44).

O piso térreo é recuado de forma a aumentar o passeio e permitir a afluência de pessoas, o que gera um espaço público mais amplo e acessível.

Além disso, as aberturas na fachada favorecem a interação entre o interior e o exterior, sendo que o piso térreo é um espaço vazio que estende-se pelo edifício, permitindo contacto visual entre os diferentes andares.



Figura 43. Piso térreo e Figura 44. Varanda acessível. Fonte: <https://www.querkraft.at/projekte/ikea-city-center> (consultado em 10/10/2024)

O projeto também inclui zonas de convivência que promovem a interação social. Essas áreas, equipadas com mobiliário confortável, podem ser utilizadas para eventos ou encontros, refletindo a intenção de criar um ambiente mais comunitário (Figura 44).

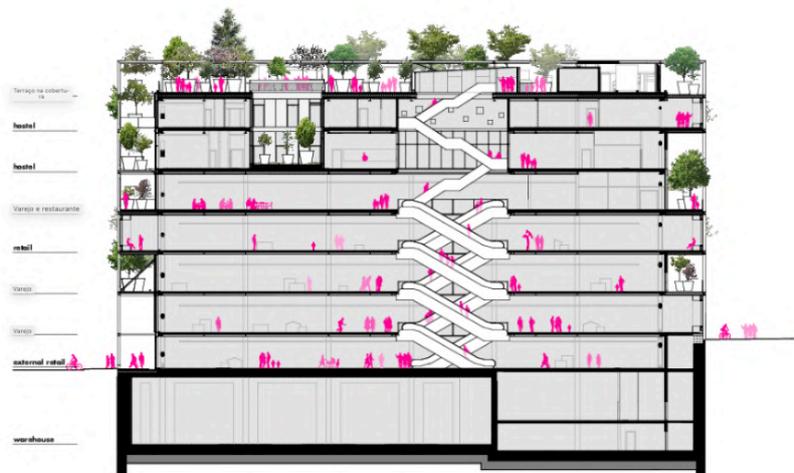


Figura 45. Corte transversal. Fonte: <https://www.querkraft.at/projekte/ikea-city-center> (consultado em 10/10/2024)

A sustentabilidade é um princípio fundamental do projeto. O uso de materiais reciclados e de origem local, bem como a integração de sistemas de energia renovável, como painéis solares, destaca o compromisso da loja com a eficiência energética, e o uso de vegetação nas fachadas permite um sistema natural de purificação do ar. O design considera também a acessibilidade, garantindo que todos os espaços sejam facilmente acessíveis para pessoas com diferentes capacidades, incluindo rampas, elevadores e sinalização clara.

A inclusão de áreas verdes e jardins ao redor da loja melhora a estética do espaço e contribui para a biodiversidade e a sustentabilidade urbana, ao oferecer um ambiente relaxante para os visitantes. A utilização de iluminação natural através das janelas e claraboias ajuda a reduzir o consumo de energia e melhora a qualidade do ambiente interno, ao proporcionar um espaço mais acolhedor e confortável.

O design da loja IKEA em Viena é um exemplo de como a arquitetura moderna pode integrar-se à vida urbana, concebendo espaços que são simultaneamente funcionais e socialmente responsáveis.

2.4.4. Maison Edouard François Coming Out, Grenoble, França, 2010

O projeto “Coming Out” (2010) do arquiteto Edouard François visa criar um espaço que não apenas acolhe diferentes identidades, mas também as celebra, refletindo essa ideia através de escolhas de design que priorizam a abertura e a transparência, permitindo que a vida interna do edifício manifeste-se para o exterior (Figura 46).



Figura 46. Fotografia do edifício Coming Out, Maison Edouard François. Fonte: <https://www.edouardfrancois.com/projects/coming-out> (consultado 12/10/2024)

Uma das características marcantes do projeto é a inclusão da galeria titulada de “passerelles privadas”, ou passarelas elevadas em madeira (Figura 47), que conectam diferentes andares do edifício, que criam um jogo de aberturas, promovendo a interação social entre os moradores. Essas passerelles, suspensas no dossel das árvores, criam espaços coletivos e estabelecem uma conexão entre os andares, permitindo interações entre vizinhos. Além disso, são projetadas para serem visualmente acessíveis e acolhedoras, como uma extensão das áreas comuns e promovendo um ambiente comunitário.



Figura 47. Fotografia das "passerelles privadas" e a sua relação com as árvores. Fonte: <https://www.edouardfrancois.com/projects/coming-out> (consultado 12/102024)

A fachada do edifício é composta por grandes janelas e varandas, que permitem uma interação harmoniosa entre o interior e o exterior, ao gerar uma continuidade visual. O complexo habitacional é constituído por três edifícios dispostos em forma de “U”, o que permite que a luz natural penetre no coração do bloco. Essa configuração, orientada de norte a sul e de leste a oeste, assegura o máximo conforto tanto no verão quanto no inverno, garantindo que cada apartamento tenha aberturas em ambos os lados, sem a necessidade de elevadores adicionais.

O projeto também inclui áreas comuns, como jardins e terraços, pensadas para serem utilizadas de forma colaborativa, proporcionando um espaço de apoio e comunidade.



Figura 48. Pátio em "U". Fonte: <https://www.edouardfrancois.com/projects/coming-out> (consultado 12/102024)

A sustentabilidade é uma prioridade em "Coming Out", refletindo o compromisso do arquiteto com práticas de construção ecológicas. O projeto utiliza materiais recicláveis e soluções de energia renovável, como painéis solares e sistemas de captação de água da chuva, que minimiza assim o impacto ambiental (Figura 48).

Ao integrar elementos de inclusão, sustentabilidade e interação social, o projeto serve de modelo em como a arquitetura pode contribuir para a criação de comunidades mais coesas e empáticas.

É uma declaração sobre a aceitação e celebração da diversidade em um mundo que muitas vezes marginaliza essas identidades.

Todas as atividades acima descritas foram essenciais para a fundamentação da componente prática que apresenta-se no próximo capítulo. O processo participativo realizado com as crianças no PER Ameixoeira e os resultados do BIP From Place to City: Constructing Collectively the Habitat permitiram uma melhor compreensão da comunidade, essencial para a tomada de decisão no projeto e para promover uma maior coesão social e valorização dos recursos existentes.

Por fim, os estudos de caso dos projetos dos arquitetos Lacaton & Vassal, MVRDV, QuerKraft Architects e Edouard François, com abordagens focadas na sustentabilidade, acessibilidade e interação social, reafirmam que a arquitetura contemporânea pode, e deve, ir além da simples criação de espaços. Estes exemplos refletem um compromisso com a criação de habitats que dignificam a vida dos seus utilizadores, respeitam o ambiente e promovem a inclusão. Conclui-se que o design inclusivo, aliado à participação comunitária, é fundamental para o desenvolvimento de espaços habitacionais resilientes e equitativos, contribuindo para a construção de um futuro urbano mais sustentável e integrado.

O caminho para superar os desafios do território da Ameixoeira deve basear-se numa combinação de estratégias de desenvolvimento urbano sustentável, políticas sociais inclusivas e na contínua participação dos seus habitantes. As autoridades precisam de continuar a trabalhar de forma colaborativa, ao assegurar que os projetos futuros sejam desenhados e implementados de acordo com as necessidades reais da população local. Isto permitirá uma maior integração e uma melhoria significativa na qualidade de vida em todos os setores urbanos da Ameixoeira.

Capítulo III | Projeto

“A arquitetura deve ser um reflexo das necessidades habitacionais, criando espaços que não apenas abrigam, mas que também promovem a qualidade de vida e a interação social.”

Nuno Portas, 2007

3.1. Um Olhar Sobre Galinheiras e Ameixoeira

O território de intervenção em PFA corresponde às Galinheiras e Ameixoeira, situado na freguesia de Santa Clara, situada no limite norte da cidade de Lisboa (Figura 51). A Ameixoeira em particular é uma área com uma rica história, marcada por antigas famílias nobres, quintas e capelas, muitas das quais caíram em ruínas com o tempo.

A freguesia é delimitada, a oeste, pelo Eixo Norte-Sul, uma das principais vias estruturantes da cidade de Lisboa. Esta via marca uma fronteira importante entre a Ameixoeira e outras áreas da cidade, que influenciou o desenvolvimento urbano e a acessibilidade da região (Figura 49).

O tecido urbano da Ameixoeira caracteriza-se por dois contextos distintos: o núcleo histórico, mais antigo, e a "nova Ameixoeira", composta pelas construções do século XX. O núcleo histórico é estruturado pela Rua Direita, que atravessa a localidade, e pela Estrada da Ameixoeira, que conectava a área ao Lumiar e a Lisboa.

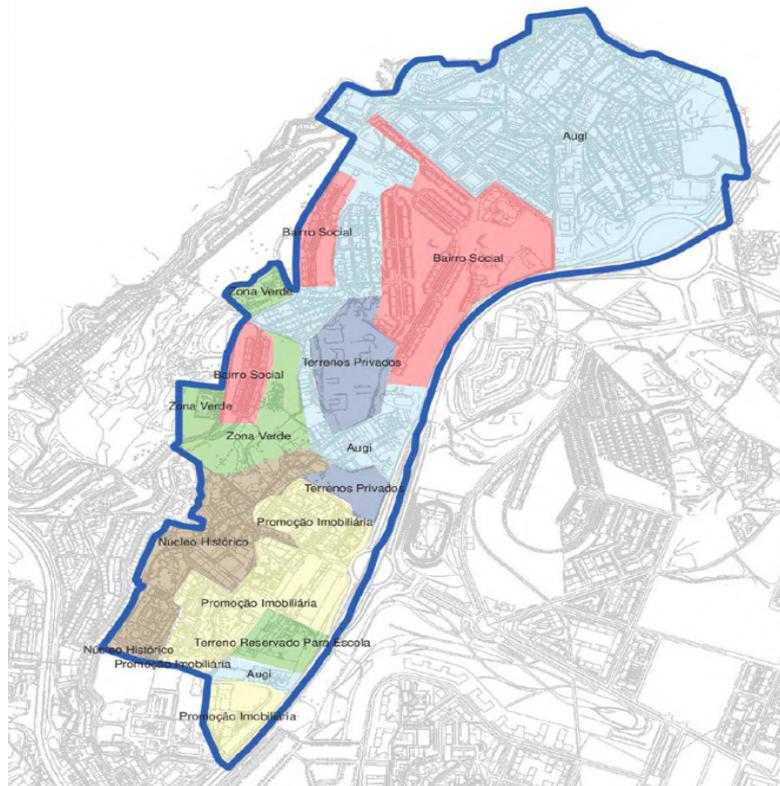


Figura 49. Planta esquemática da área delimitada pela ARU – Santa Clara. Fonte: Operação de reabilitação urbana sistemática de Santa Clara programa estratégico de reabilitação urbana. Vol. I

A evolução urbanística da “nova Ameixoeira” está intrinsecamente ligada ao seu crescimento demográfico. No século XVIII, a freguesia contava com 88 fogos e 338 habitantes, além de 23 quintas nobres. No entanto, ao longo do século XX, a população

aumentou substancialmente, passando de 1.098 habitantes em 1940 para 10.290 em 1991. Este crescimento acelerado deveu-se, em grande parte, à construção do Bairro Económico da Câmara Municipal de Lisboa nas Galinheiras, que marcou o início de uma nova configuração urbanística na Ameixoeira (Figura 51).



Figura 50. Mapas históricos da Ameixoeira à escala 1:25000. Redesenhado pela autora.

A expansão urbana dos anos 50 e 60, com construção em terrenos de baixo custo, transformou a paisagem da Quinta de Santa Clara, o que originou as hoje denominadas Áreas Urbanas de Génesis Ilegal (AUGI). Nos períodos seguintes, a Ameixoeira é moldada de acordo com diferentes estratégias e planos urbanísticos (Lourenço, 2011).

A perceção da Ameixoeira como uma área periférica representa um desafio relevante, que requer políticas públicas eficazes para promover a integração e valorização da região. Embora algumas intervenções tenham falhado, como o Plano de

Pormenor para as Galinheiras, há também exemplos de sucesso, como o Levantamento Patrimonial do Núcleo Histórico da Ameixoeira e o Estudo de Reordenamento Viário da Ameixoeira (Camões, 2012). Estas iniciativas resultaram em melhorias na infraestrutura e na integração com a rede de transportes públicos, que demonstraram que através de um planeamento adequado e participação ativa da comunidade, é possível alcançar coesão social e territorial.



Figura 51. Delimitação da área de estudo da turma, à escala 1:10000. Redesenhado pela autora.

Com base nas informações disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estatística, os Censos de 2021 referentes à área em estudo, que abrange Galinheiras, Quinta da Torrinha, Quinta da Mourisca, Quinta do Grafanil e PER Ameixoeira é possível compreender a distribuição das idades, a condição de trabalho e o nível de ensino da população.

Este estudo populacional revela uma predominância feminina na maioria das áreas analisadas, exceto na Quinta do Grafanil. Nas Galinheiras, com uma população total de 3.210 habitantes, as mulheres representam a maioria (Figura 51). Na Quinta da Torrinha e na Quinta da Mourisca, com 861 e 112 habitantes, respetivamente, observa-se o mesmo padrão, com uma maioria feminina (Figuras 54 e 56). No PER Ameixoeira, onde residem 4.008 pessoas, as mulheres também predominam (Figura 63). A Quinta do Grafanil, com uma população de 222 pessoas, é a única área onde a maioria é masculina (Figura 60). Estes dados destacam uma tendência de predominância feminina nestas comunidades específicas, exceto na Quinta do Grafanil (Figura 60).

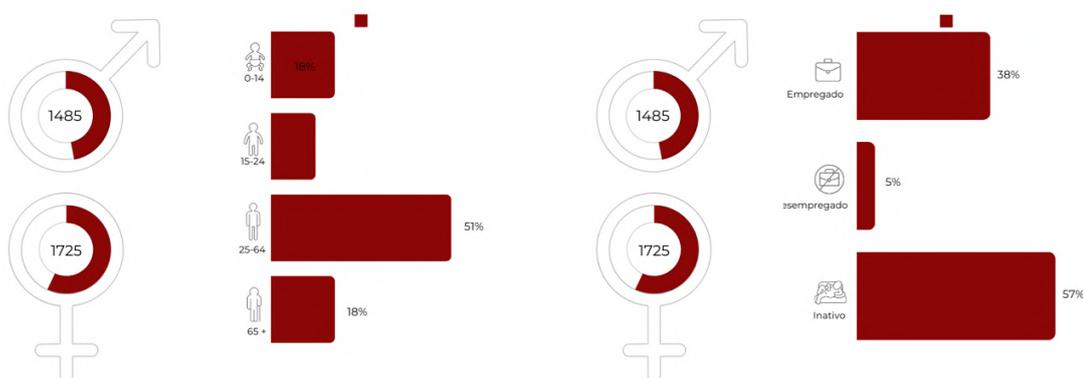


Figura 52. Gráfico de Faixa etária nas Galinheiras. e Figura 53. Gráfico de Condição de trabalho. Redesenhado pela autora.

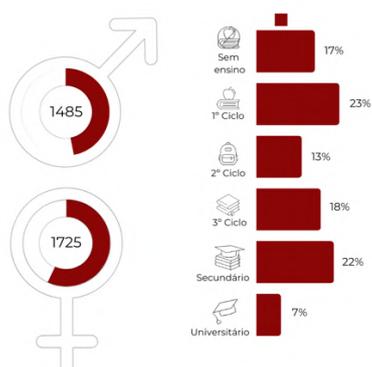


Figura 54. Gráfico de Nível de ensino mais elevado completo. Redesenhado pela autora.

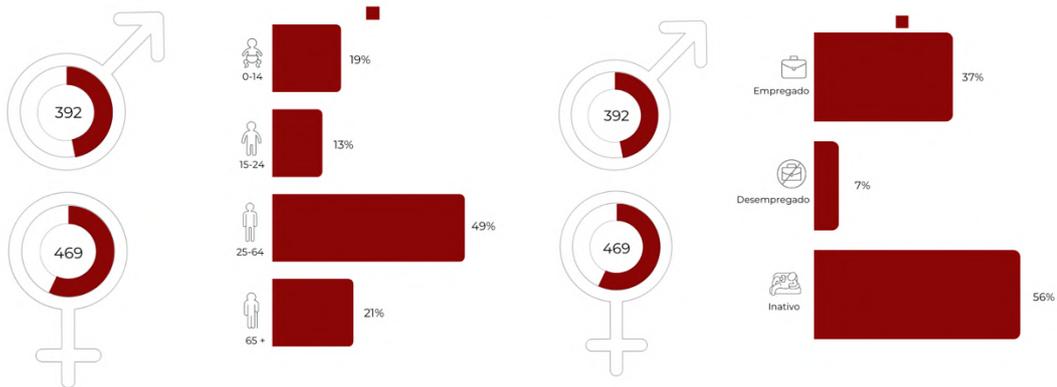


Figura 55. Gráfico de Faixa etária da Torrinhã e Figura 56. Gráfico de Condição de trabalho. Redesenhado pela autora.

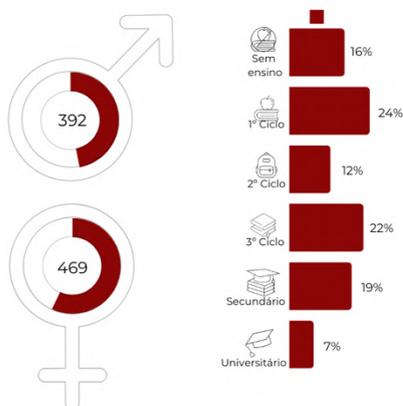


Figura 57. Gráfico de Nível de ensino mais elevado completo. Redesenhado pela autora.

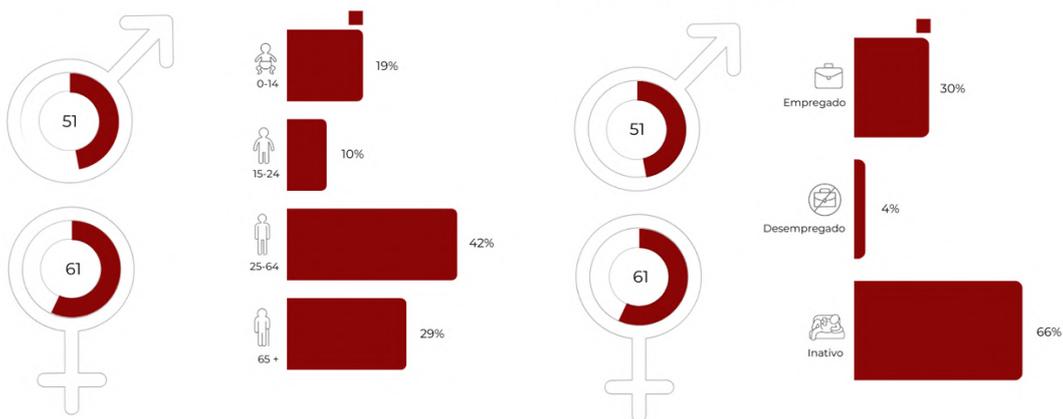


Figura 58. Gráfico de Faixa etária da Mourisca. E Figura 59. Gráfico Condições de trabalho. Redesenhado pela autora.

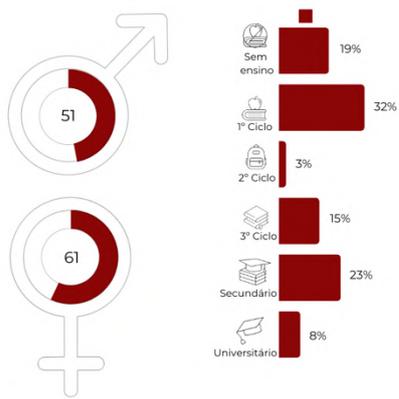


Figura 60. Gráfico de Nível de ensino mais elevado completo. Redesenhado pela autora.

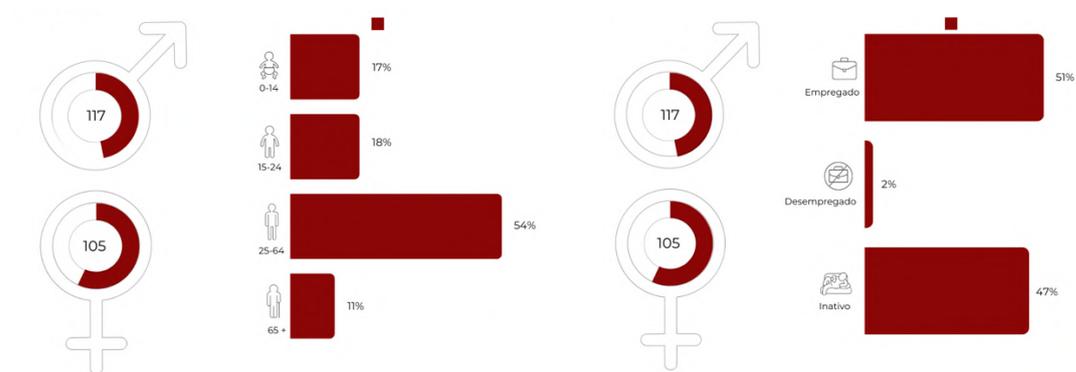


Figura 61. Gráfico de Faixa etária do Grafaniil. e Figura 62. Gráfico Condições de trabalho. Redesenhado pela autora.

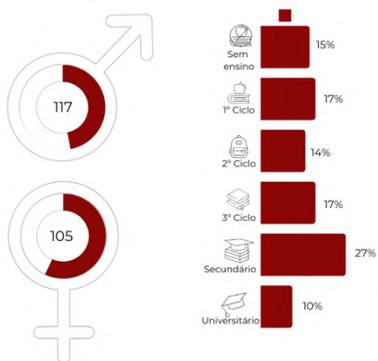


Figura 63. Gráfico de Nível de ensino mais elevado completo. Redesenhado pela autora.

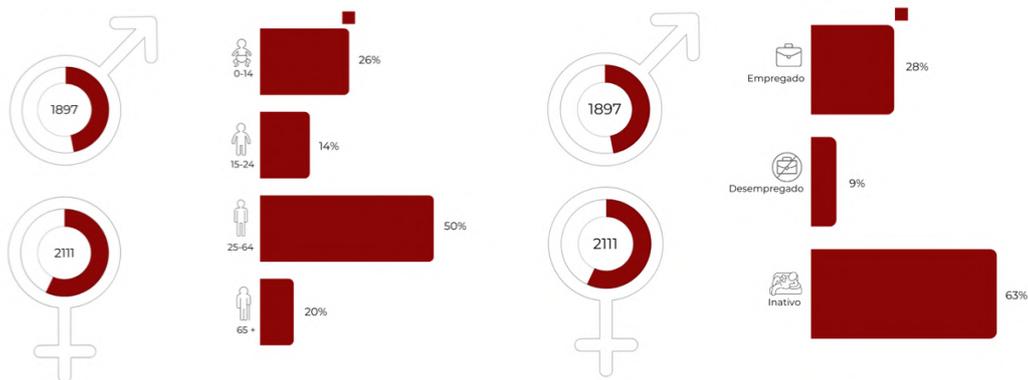


Figura 64. Gráfico de Faixa etária do PER. e Figura 65. Gráfico Condições de trabalho.

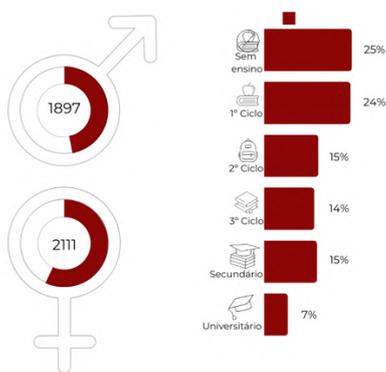


Figura 66. Gráfico de Nível de ensino mais elevado completo. Redesenhado pela autora.

É possível concluir que nas áreas das Galinheiras e PER Ameixoeira existe uma significativa disparidade na população. Essa diferença deve-se, por um lado, ao elevado número de emigrantes nas Galinheiras, onde muitos jovens procuram melhores oportunidades de vida e emprego, resultando em uma população que, embora enfrente a emigração, ainda conta com um grande número de jovens. Por outro lado, a Ameixoeira é caracterizada por uma alta concentração de jovens, impulsionada pela habitação social vertical, que atrai famílias e por isso o número de crianças é também elevado, e promove uma densidade populacional significativa. Essa disparidade traz implicações sociais e econômicas, como a necessidade de infraestrutura adequada, para uma regeneração urbana na Ameixoeira e o suporte a serviços que atendam à população jovem nas Galinheiras. Compreender essas dinâmicas é fundamental para desenvolver políticas públicas que promovam o crescimento equitativo, equilibrado e sustentável das duas regiões.

3.1.1. PER - Plano de Realojamento Especial

Em 1993, um levantamento municipal para o desenvolvimento do PER identificou 97 núcleos de habitações precárias em Lisboa, que totalizou 10.030, com 11.301 alojamentos previstos para abrigar 11.129 agregados familiares e 37.299 pessoas (CML, 2023). Estas áreas eram frequentemente caracterizadas por construções informais precárias com falta de infraestruturas básicas. A pobreza, exclusão social, estigmatização e sérias carências higiénico-sanitárias eram comuns, contribuindo para surtos de doenças e epidemias.

Neste contexto, o Programa Especial de Realojamento (PER) surge como essencial para enfrentar os desafios e melhorar as condições de vida das comunidades afetadas. O PER, regulamentado pelo Decreto-Lei nº 163/93, foi criado com o objetivo de realojar rapidamente famílias que viviam em condições precárias, especialmente em barracas, nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Além disso, o programa oferece apoio financeiro para a aquisição de habitações, ao facilitar a integração das famílias e promovendo uma inserção mais efetiva nos contextos urbanos.

Para além de responder às necessidades habitacionais, o programa também procurou melhorar as condições sociais dos seus beneficiários. Desde 1993, o PER contribuiu para a erradicação de 986 núcleos de barracas nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, tendo sido construídas 34.759 habitações em 290 bairros de realojamento, ao realojar 32.333 famílias e 132.181 pessoas.

O PER foi estruturado em três eixos principais: (1) erradicar as barracas; (2) envolver ativamente os municípios no processo de realojamento; e (3) promover melhorias nas condições de vida das comunidades.

O PER e o Programa de Intervenção a Médio Prazo (PIMP) representam em Lisboa entre 1987 e 2003, a construção de 16.632 fogos. Com um total de 34.759 unidades habitacionais construídas, este tornou-se o maior programa de habitação pública do país, financiado inteiramente por fundos estatais. Em maio de 1994, um novo acordo entre o Município de Lisboa e a Administração Central visou a construção e aquisição de 11.129 fogos, dos quais 9.135 foram erguidos em 42 empreendimentos municipais (PER), resultando em 36 bairros municipais (CML, 2013).

Em contraste, o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) centrava-se na requalificação de bairros informais, promovendo uma abordagem participativa, com a colaboração de arquitetos e engenheiros. Enquanto o SAAL focava-se na reconstrução das áreas existentes, o PER apostou no realojamento em bairros sociais periféricos, através da construção em massa e a erradicação das barracas (Figura 67). Até 1999, Lisboa viu a contratação de 11.301 habitações para realojamento, de acordo com o

Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU). Na Ameixoeira, foram construídas 665 unidades habitacionais, evidenciando a importância do PER no atendimento às necessidades habitacionais da cidade.

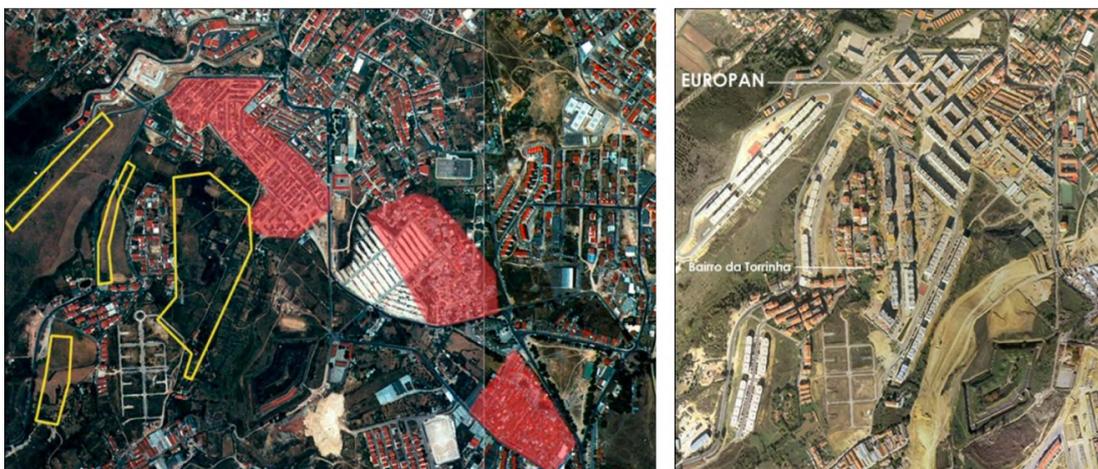


Figura 67. Planta de 1988 - Xonas demolidas e localização dos novos bairros. Fonte: Antunes, 2011

Os empreendimentos nas freguesias de Santa Clara, que realojaram a população de bairros como Musgueira Norte, Musgueira Sul e Quinta Grande, Vale do Forno, Galinheiras e Quinta do Louro, foram particularmente significativos para a melhoria das condições de vida e integração social dessas comunidades (Antunes, 2011) (Figura 67).

No entanto, trinta anos após o início do realojamento, problemas como pobreza, exclusão social e segregação espacial persistem, o que demonstra que as políticas de habitação e urbanismo implementadas não foram suficientes para enfrentar os desafios complexos da comunidade (Figura 67).



Figura 68. Fotografia do Bairro PER Ameixoeira, com contraste dos PER de cariz social e os PER de venda livre. Fotografia da autora.



Figura 69. As Operações Saal (2007).

Fonte: <https://m.imdb.com/title/tt3562936/mediaviewer/rm1328164352/> (consultado em 12/10/2024)

Entre 2010 e 2020, o investimento em habitação foi drasticamente reduzido, com uma média de apenas 17 habitações sociais construídas por ano, destacando a falta de investimentos comparáveis ao PER (Moedas, 2023). A vereadora e arquiteta Filipa Roseta (Lameira, 2024) salientou a importância de dar prioridade ao aumento da oferta habitacional, reduzir as disparidades no acesso à habitação e regenerar áreas negligenciadas, muitas vezes referidas como a "cidade esquecida". Esta abordagem enfatiza a necessidade de políticas habitacionais eficazes e inclusivas, de forma a promover um desenvolvimento mais equitativo e reconciliar a cidade com a sua população mais vulnerável, que há décadas enfrenta desafios habitacionais.

3.1.2. Programa Especial De Realojamento Na Ameixoeira – Características Socioeconómicas

Os bairros construídos no âmbito PER na Ameixoeira (Figura 70) apresentam características demográficas e socioeconómicas que refletem a diversidade social e a vulnerabilidade económica dos seus residentes. O realojamento concentrou um grande número de famílias vulneráveis em áreas específicas da Ameixoeira, o que, em vez de promover uma maior coesão social, acabou por reforçar a segregação espacial e criar zonas de elevada densidade populacional. As famílias realojadas tendem a ser numerosas, tendo como resultado uma alta taxa de dependência, onde a proporção de crianças e jovens face à população ativa é significativa.

Uma das marcas mais visíveis é a diversidade étnica, com uma presença significativa de famílias de etnia cigana realojadas a partir de bairros informais da área metropolitana de Lisboa, como as Galinheiras, Charneca e Carnide (Tengler, 2022).



Figura 70. Avenida Glicinia Quartin, Bairro PER Ameixoeira. Fotografia da autora.

O processo de levantamento do local de estudo através de fotografias e de um ortofotomapa (Figura 71) permitiu identificar uma série de problemáticas relacionadas com o planeamento urbano, estruturas arquitetónicas e questões sociais. A abordagem colaborativa foi essencial para obter uma visão mais detalhada dos desafios enfrentados pela comunidade.

A apresentação dos resultados do levantamento ao Grupo Comunitário Galinheiras e Ameixoeira (Figuras 72 e 73) permitiu a interação com os moradores e os trabalhadores locais, que proporcionou uma discussão mais profunda e troca de perceções que enriqueceu o diagnóstico inicial.



Figura 73. Apresentação do levantamento no Grupo Comunitário da Ameixoeira. Fotografia da Alexandra Paio



Figura 74. Apresentação do levantamento no Grupo Comunitário da Ameixoeira. Fotografia da Alexandra Paio

Sem esse levantamento, seria impossível captar o nível de conhecimento necessário para compreender essas questões subjetivas e as nuances das vivências dos moradores. Além disso, tornou-se evidente quais zonas do bairro são percebidas como mais seguras ou mais vulneráveis pelos próprios residentes, informação essencial para direcionar possíveis intervenções de forma eficaz e com maior impacto positivo para a comunidade.

A intervenção projetual centrou-se no prédio situado na zona PER Ameixoeira 6B, entre os lotes 5 e 8, na Avenida Glicinia Quartin (Figura 70). Com a ajuda da GEBALIS, dados foram fornecidos em 15 de maio de 2024, foi possível constatar que 1.010 habitantes estão oficialmente registrados. No entanto, o número estimado de residentes é de 1.150, uma vez que muitos moradores têm receio de declarar a quantidade exata de habitantes. Importante destacar que aproximadamente 90% dos residentes são de etnia cigana, o que reflete a identidade cultural predominante nesta comunidade.

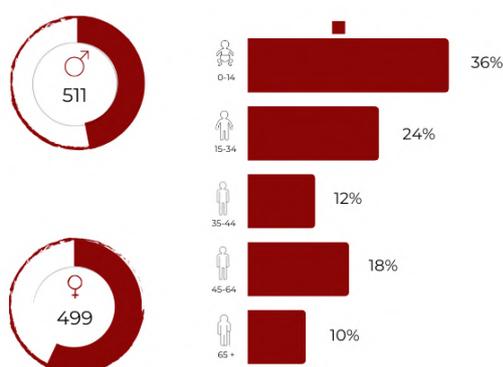


Figura 75. Gráfico de facha etária residente na Avenida Glicinia Quartin. Desenhado pela autora.

Foi possível visitar algumas habitações dos edifícios em estudo na Avenida Glicinia Quartin, o que me permitiu analisar os modos de vida de cada morador e perceber houve-se a necessidade de fazer alterações em suas habitações. Durante as visitas, foi possível observar as condições de habitabilidade, a organização dos espaços e as adaptações realizadas pelos moradores para atender às suas necessidades diárias (Figura 77). Muitos residentes enfrentam desafios significativos, como a falta de espaço e infraestrutura inadequada, o que leva à modificação das áreas comuns e privadas para acomodar suas famílias numerosas (Figura 76 e 77).

A visita destacou a importância de entender a dinâmica social dentro das habitações, onde as condições de vida afetam diretamente a qualidade de vida dos moradores (Figura 78 e 79). A análise revelou que, em muitos casos, as habitações não atendem adequadamente às exigências básicas, como privacidade e conforto, o que sugere uma necessidade urgente de intervenções que melhorem as condições de vida e promovam um ambiente mais saudável para as famílias.



Figura 76. PER Ameixoeira Lote 5, Avenida Glicinia Quartin Sala de jantar e sala de estar. Fotografia da autora.



Figura 77. PER Ameixoeira Lote 5, Avenida Glicinia Quartin. Quarto de dormir (de maior área) de um morador do Lote 5. Fotografia da autora.



Figura 78. PER Ameixoeira Lote 5, Avenida Glicínia Quartin. Fotografias da instalação sanitária alterada pelos moradores, onde antes havia uma banheira, meteram um duche. A cozinha manteve-se intacta, sem espaço para realizar uma refeição devido à sua área pequena. Fotografia da autora.

Além disso, as lojas localizadas no piso térreo estão ocupadas ilegalmente e, em muitos casos, são utilizadas como habitação, o que agrava ainda mais as condições de vida das pessoas. Essa situação não só diminui a disponibilidade de espaços comerciais adequados que são quase inexistentes, mas também contribui para a desorganização do espaço urbano e para a falta de serviços essenciais na área.



Figura 79. Quarto de habitação ocupada ilegalmente. Antiga loja do piso térreo dos PER. Fotografia da autora.



Figura 80. Cozinha de habitação ocupada ilegalmente. Antiga loja do piso térreo dos PER. Fotografia da autora.



Figura 81. Fotografias de cozinha e de instalações sanitárias de habitações ocupadas ilegalmente. Antigas lojas do piso térreo dos PER. Fotografia da autora.

Do ponto de vista socioeconómico, a maioria dos residentes dos bairros PER vive em condições de pobreza, muitas vezes dependendo de apoios sociais, como o Rendimento Social de Inserção (RSI), para garantir a sua subsistência. A falta de emprego estável e as poucas oportunidades de trabalho na área (muitas vezes por discriminação por parte do empregador), contribuem para taxas de desemprego elevadas. Além disso, os níveis de escolaridade são baixos, com muitos adultos não tendo completado o ensino secundário e uma alta taxa de abandono escolar precoce entre os jovens, o que perpetua o ciclo de pobreza e exclusão.

Por consequência, as garagens dos prédios foram fechadas devido a ocupações ilegais, e agora os espaços estão a ser utilizados para estacionar caravanas, o que piora ainda mais a precariedade habitacional e a falta de infraestrutura adequada.



Figura 82. Autocaravana colocada no acesso a uma das garagens que encontram-se fechadas. Fotografia da autora.

Diante desse contexto, a GEBALIS elabora projetos de habitação voltados para pessoas com necessidades específicas, que visa garantir a acessibilidade e a adequação das moradias a diferentes perfis de residentes. Esses projetos são fundamentais para assegurar que todos os cidadãos, independentemente das suas condições físicas ou sociais, tenham acesso a habitação digna e adaptada às suas necessidades. Assim, é necessário um enfoque urgente em políticas que abordem tanto a habitação quanto o desenvolvimento comunitário na região, a fim de melhorar a qualidade de vida dos moradores.



Figura 83. PER Ameixoeira Lote 5, Avenida Glicínia Quartín. Cozinha de uma habitação adaptada pela GEBALIS para um morador com dificuldades motoras. Fotografia da autora.



Figura 84. PER Ameixoeira Lote 5, Avenida Glicínia Quartin. Quarto improvisado de uma habitação adaptada pela GEBALIS para um morador com dificuldades motoras. Fotografia da autora.



Figura 85. PER Ameixoeira Lote 5, Avenida Glicínia Quartin. Quarto de uma habitação adaptada pela GEBALIS para um morador com dificuldades motoras. Fotografia da autora.

A localização periférica dos bairros PER Ameixoeira, associada à falta de infraestruturas de transporte e serviços públicos, acentua o isolamento social e económico dos seus habitantes. A oferta insuficiente de equipamentos coletivos, como escolas, centros de saúde e espaços de lazer, limita o desenvolvimento comunitário e reforça a sensação de marginalização. Muitos dos residentes dependem fortemente dos serviços públicos para aceder a cuidados de saúde, educação e subsídios, mas a insuficiência desses serviços na região agrava ainda mais as dificuldades de acesso a bens e serviços essenciais.

As condições socioeconómicas adversas também têm impacto na saúde física e mental da população, com o stress associado à precariedade económica e às condições

habitacionais, que muitas vezes não correspondem às expectativas, contribuindo para o surgimento de problemas de saúde, como doenças crónicas e distúrbios mentais. O isolamento dos bairros e a falta de investimentos em políticas de integração social e económica criam um ciclo de exclusão difícil de quebrar, onde perpetua a pobreza e a segregação espacial. Assim, os bairros PER da Ameixoeira enfrentam desafios complexos relacionados com a integração de uma população vulnerável num ambiente urbano que não oferece as infraestruturas necessárias para promover o desenvolvimento e a coesão social.

3.2. Além de Paredes

Em resposta aos desafios identificados nas secções anteriores, o projeto final de arquitetura para a regeneração urbana do PER Ameixoeira foca-se na promoção de uma cidade inclusiva, com soluções arquitetónicas que melhorem de forma equitativa as condições de vida na tipologia habitacional, promovendo a equidade económica, a diversidade, a tolerância e a sustentabilidade ambiental. O objetivo é criar um ambiente urbano mais justo, seguro e saudável, independentemente da idade, género, capacidades ou etnia dos residentes. O projeto engloba a criação de infraestruturas acessíveis e a reabilitação das habitações, tornando-as mais inclusivas e sustentáveis.

As intervenções propostas visam adaptar os espaços interiores por meio dos princípios do projeto inclusivo e criar "add-ons" que ampliem os limites das habitações, promovendo o conceito "Além de Paredes".

Esta abordagem inclui a criação de corredores sociáveis e adaptáveis, que incentivam a interação entre vizinhos e fortalecem os laços comunitários. Os novos espaços são flexíveis, que adaptam-se às diferentes necessidades dos moradores e promovendo a coesão social.

Além de melhorar as infraestruturas, o projeto procura fortalecer os laços entre os moradores e criar um ambiente de convivência mais saudável e sustentável, através do uso de materiais de construção sustentáveis e a criação de espaços verdes. Com uma abordagem holística, que combina design inclusivo e engajamento comunitário, o projeto visa a regeneração urbana sustentável e equitativa, construindo uma comunidade resiliente e um ambiente urbano mais justo e inclusivo a longo prazo.

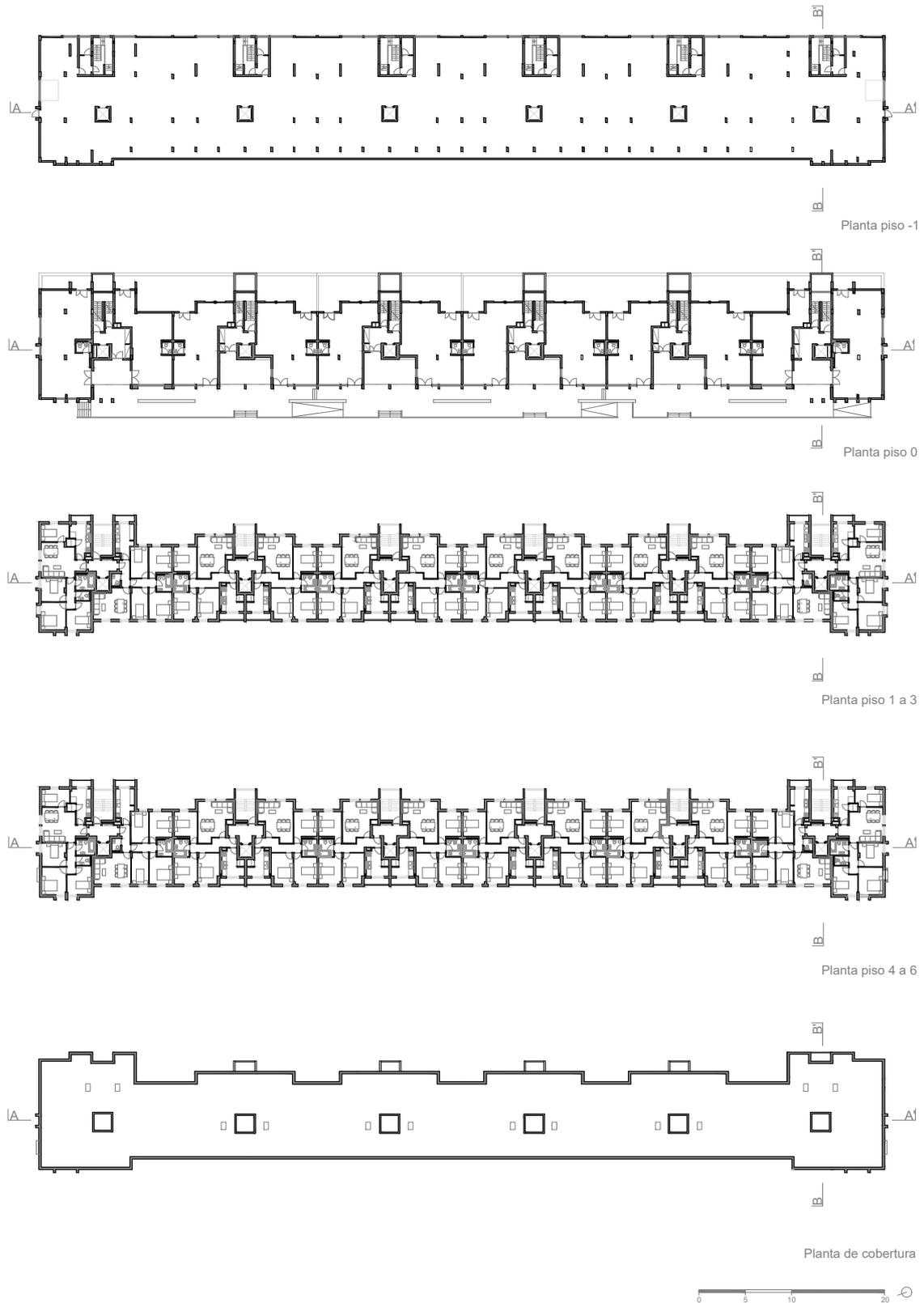
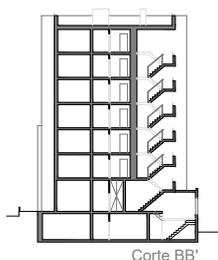


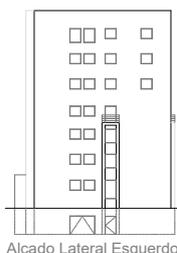
Figura 86. Plantas dos PER existente. Elaboração da autora.



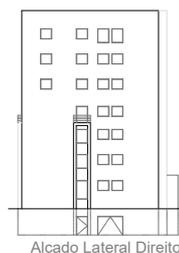
Corte AA'



Corte BB'



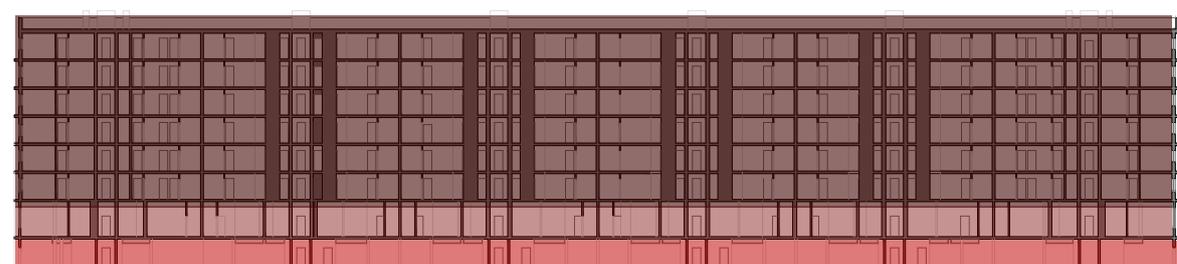
Alçado Lateral Esquerdo



Alçado Lateral Direito



Figura 87. Cortes AA' e BB' e Alçados do existente. Elaboração da autora.



Corte AA'

- Piso 1 ao 6: Habitação
- Piso 0: Lojas
- Piso -1: Garagem

Os edifícios do PER Ameixoeira possuem uma estrutura típica: o piso -1 é destinado a garagens, porém fechadas devido a ocupações ilegais, enquanto o piso 0 abriga lojas, que na maioria das vezes encontram-se desativadas ou utilizadas ilegalmente como habitação. Os pisos superiores são exclusivamente residenciais, onde habitam as famílias realojadas. Essa configuração apresenta desafios na gestão e ocupação, que evidenciam a necessidade urgente de reabilitação e adaptação dessas áreas às necessidades da comunidade local.

Na fase inicial do projeto de reabilitação dos PER, após análises detalhadas com base em desenhos técnicos e visitas às habitações, identificou-se a necessidade de aprimorar o conforto e a acessibilidade, com foco em intervenções nas cozinhas e

instalações sanitárias. Essas áreas foram consideradas prioritárias, enquanto o restante dos espaços internos terá intervenções mínimas.

Nesse contexto, foram estudadas diferentes tipologias de apartamentos, classificadas em três categorias: dois tipos de T4 e um de T3. Os apartamentos T4 estão localizados nas extremidades dos edifícios e são repetidos duas vezes, enquanto os T3, mais comuns, repetem-se oito vezes ao longo dos blocos. Essa tipologia mista demanda abordagens específicas para cada tipo de tipologia existente, que visam garantir que as intervenções atendam efetivamente às necessidades dos diferentes formatos habitacionais, sendo que existem três tipos diferentes de apartamentos em cada andar, com diferentes áreas e organizações, na tentativa de proporcionar mais conforto e acessibilidade, que é quase inexistente devido à sua organização e áreas reduzidas.

Os apartamentos T4 localizados nas extremidades dos edifícios possuem aproximadamente 82,20 m² de área útil, enquanto os demais T4 têm 82,10 m². Já os T3 dispõem de 74,60 m². Dado o número de pessoas por habitação, esses espaços são considerados compactos.

Assim, aplicar o conceito de design inclusivo em áreas tão compactas tornou-se um verdadeiro desafio.

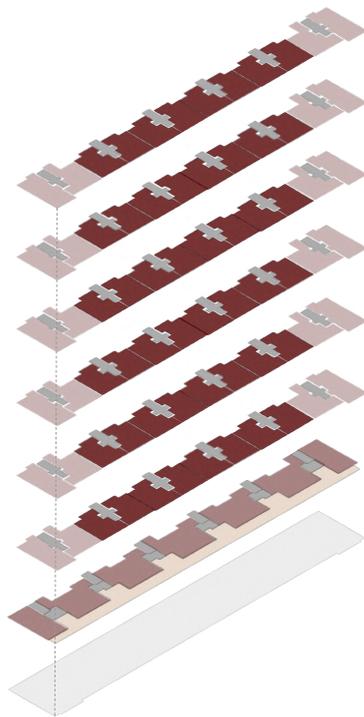


Figura 88. Esquema de tipologias

- | | |
|------------------|------------------------------|
| Piso -1 Garagens | Lojas |
| Circulação | Apartamentos de tipologia T4 |
| Acesso vertical | Apartamentos de Tipologia T3 |

Planta de tipologia T4



Planta de tipologia T4



Planta de tipologia T3



0 1 5 10 20

Figura 89. Estudo sobre as acessibilidades nas habitações dos PER. Elaboração da autora.

Dentro da análise das plantas e das diferentes soluções propostas, a intervenção concentrou-se nas áreas compartilhadas do interior das habitações, especificamente nas instalações sanitárias e cozinhas. O redesenho dessas áreas, fundamentado nos princípios do Design Inclusivo, tendo como objetivo melhorar a acessibilidade dos moradores.

Tendo por base o Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de agosto, que estabelece normas para garantir a acessibilidade em edifícios e espaços públicos, onde visa assegurar que todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência ou mobilidade reduzida, possam utilizar esses espaços de forma independente e segura. O decreto aplica-se a novos edifícios e a alterações significativas em edifícios existentes. Ele define exigências técnicas para a acessibilidade, como largura mínima de portas e corredores, rampas com inclinação adequada, elevadores acessíveis, cozinhas e instalações sanitárias adaptadas. O objetivo é garantir um ambiente inclusivo e acessível para todos, promovendo a equidade e a justiça social.

Após feita a análise, verificou-se que os espaços não atendem aos critérios necessários defendidos pelo Decreto-Lei nº 163/2006, como o diâmetro mínimo de 1,50m para a manobrabilidade de cadeiras de rodas, comprometendo assim a acessibilidade plena dos residentes. Assim, a primeira fase da intervenção focou-se na aplicação do mesmo e do Design Inclusivo nas áreas cruciais, promovendo habitações mais funcionais e adaptadas às diversas necessidades da população.

Para assegurar uma interação adequada entre os usuários e os equipamentos, todas as decisões de projeto devem respeitar os padrões antropométricos, levando em consideração fatores como espaço para movimentação, altura das superfícies, acessibilidade dos eletrodomésticos, armazenamento organizado, iluminação adequada e aproveitamento da luz natural.

O projeto de uma cozinha acessível para uma família com um membro que utiliza cadeira de rodas deve priorizar o equilíbrio nas alturas dos móveis e eletrodomésticos. A bancada deve ter uma altura entre 0,85m e 0,90m para adultos e entre 0,70m e 0,85m para usuários de cadeira de rodas, com profundidade mínima de 0,60m, e ser feita de material impermeável e fácil de limpar. Armários devem estar a uma altura máxima de 1,40m, com gavetas para facilitar o acesso e a visibilidade dos itens.

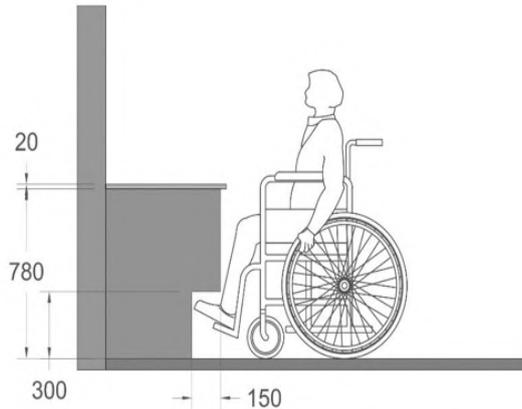


Figura 90. Esquema demonstrativo dos móveis recomendados (medidas em milímetros). Fonte: <https://ieomsociety.org/ieom2012/pdfs/418.pdf> (consultado 10/10/2024)

O lava-loiça deve estar próximo à máquina de lavar louça (com uma altura mínima de instalação de 0.30m), sem armários em baixo, permitindo a aproximação da cadeira de rodas, tal como a placa de indução, com uma torneira monocomando de alavanca posicionada nas laterais e um lava-loiça de aço inox. O forno deve ser elétrico e de encastre, colocado em altura acessível para facilitar o manuseio de utensílios quentes. O frigorífico ideal é de uma porta com um puxador longo, com altura máxima de 1,40m e congelador separado. Os armários superiores podem ter prateleiras manuais para garantir acessibilidade.

O projeto prioriza segurança, inclusão, eficiência e iluminação estratégica, promovendo a equidade no uso do espaço para todos os moradores.

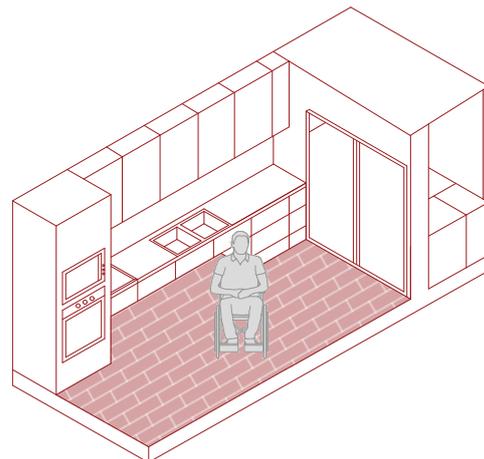
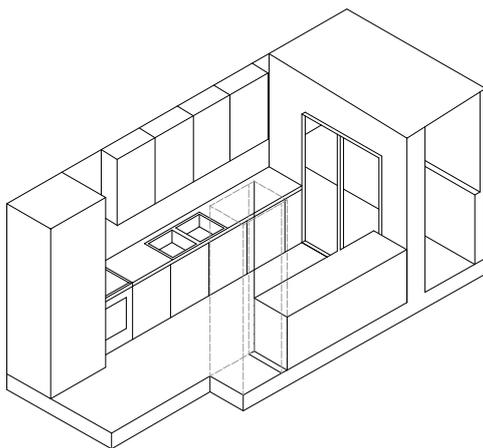


Figura 91. Axonometria da cozinha existente. e Figura 92. Axonometria da cozinha proposta. Desenhos elaborados pela autora.

As casas de banho projetadas para pessoas com mobilidade reduzida devem incluir equipamentos sanitários acessíveis, integrados em instalações comuns ou em áreas específicas. Cada habitação deve contar com, pelo menos, uma casa de banho acessível, contendo um lavatório, sanita, bidé e uma base de duche antiderrapante. O piso, especialmente nas áreas molhadas, deve ser antiderrapante, e a base do duche deve ter dimensões mínimas de 0,8m x 0,8m, permitindo a instalação de uma banheira, se necessário.

As zonas de manobra devem possibilitar uma rotação de 360°, com uma área mínima de 1,50m. A área livre para o acesso e permanência de uma pessoa em cadeira de rodas deve ter, no mínimo, 0,75m de largura e 1,20m de comprimento, garantindo acessibilidade.

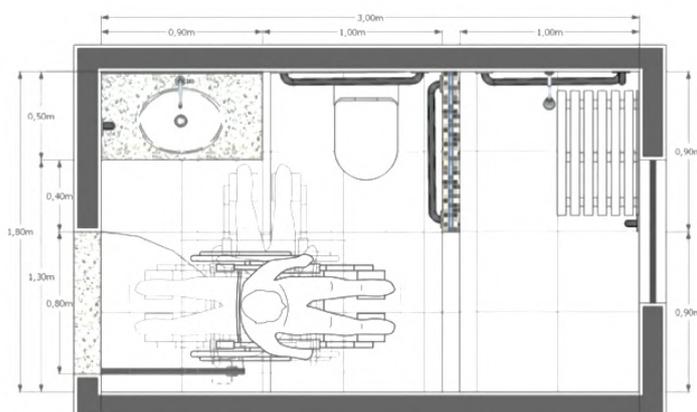


Figura 93. Ilustração de casa de banho acessível ideal. Fonte: <https://universalacessibilidade.com.br/blog/banheiro-acessivel-planta-baixa/> (consultado 11/10/2024)

Para a sanita, devem ser instaladas barras de apoio entre 0,45m e 0,50m de altura para facilitar a transferência, e um assento elevatório pode ser útil. O lavatório deve estar entre 0,80m e 0,85m do chão, sem armários em baixo, permitindo a aproximação da cadeira de rodas.

A base de duche deve ser nivelada com o piso, espaçosa e equipada com banco dobrável e chuveiro de mão com mangueira longa. Espelhos acessíveis, inclinados ou ajustáveis, e iluminação adequada, evitando sombras, são recomendados. Torneiras de fácil manuseio e interruptores acessíveis.

Na proposta, nas instalações sanitárias presentes nas tipologias T3, proponho uma janela no interior de modo a entrar luz natural na mesma, através das janelas do quarto.

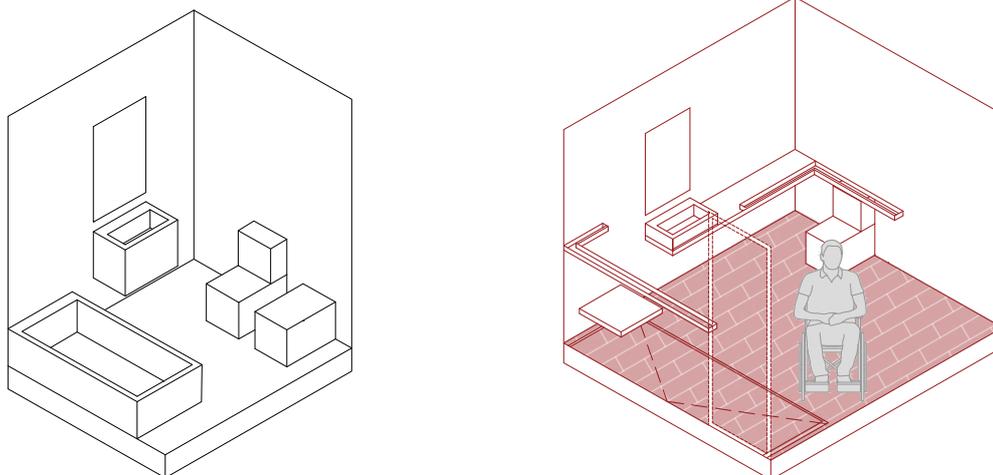


Figura 94. Axonometria de I.S. existente. e Figura 95. Axonometria de I.S. proposta.

Essas diretrizes visam criar um espaço seguro, funcional e inclusivo, ao proporcionar conforto a todos os usuários, especialmente aqueles com mobilidade reduzida. Após a análise das instalações de cada apartamento, identificou-se a necessidade de aumentar a área e redesenhar os espaços conforme as normas de acessibilidade.

Após feita a análise inicial, identificou-se a necessidade de criar ambientes mais acolhedores e que incentivem a coesão social no bairro. Nesse sentido, surgiu a proposta de desenvolver áreas externas que permitam aos moradores interagir com os seus vizinhos e estabelecer laços, oferecendo espaços habitáveis tanto dentro quanto fora de suas casas (Figura 94).

O projeto de reabilitação adota uma abordagem inovadora, ao ampliar as habitações para compensar a ausência de varandas e as janelas reduzidas, que frequentemente geram uma sensação de clausura e desconforto. Esta iniciativa vai além da reabilitação dos espaços internos, ao incorporar “add-ons” que enriquecem os ambientes e melhoram a qualidade de vida dos residentes.

Após o estudo da estrutura de pilares e vãos do edifício, desenvolveu-se uma análise para a criação de add-ons, inspirada por casos de estudo que fundamentaram essa proposta.

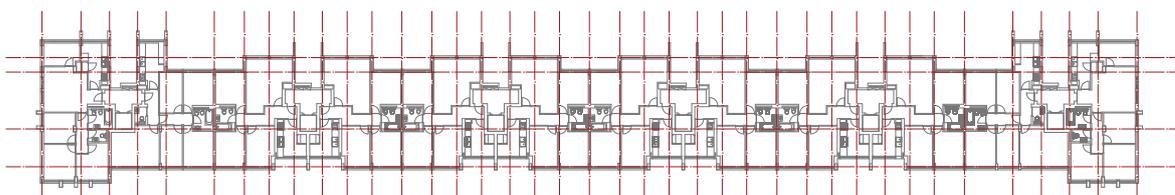


Figura 96. Esquema de pilares sob a planta original.

O conceito “Além de Paredes” está centrado na ideia de criar espaços que permitam a interação social, promovendo a construção de relacionamentos entre os vizinhos e a formação de uma comunidade mais coesa. As áreas habitáveis serão projetadas de forma a promover o convívio social, tanto dentro quanto fora das casas. Os corredores sociáveis e adaptáveis são uma das principais inovações do projeto. Ao deslocar as escadas e o corredor de acesso para o exterior do edifício, obriga-se o utilizador a percorrer o corredor criado e ao mesmo tempo, há integração harmoniosa com a natureza e com as áreas comuns, o que proporciona um ambiente acolhedor e convidativo. Esse movimento não apenas melhora a estética do edifício, mas também transforma a circulação em um espaço de socialização.

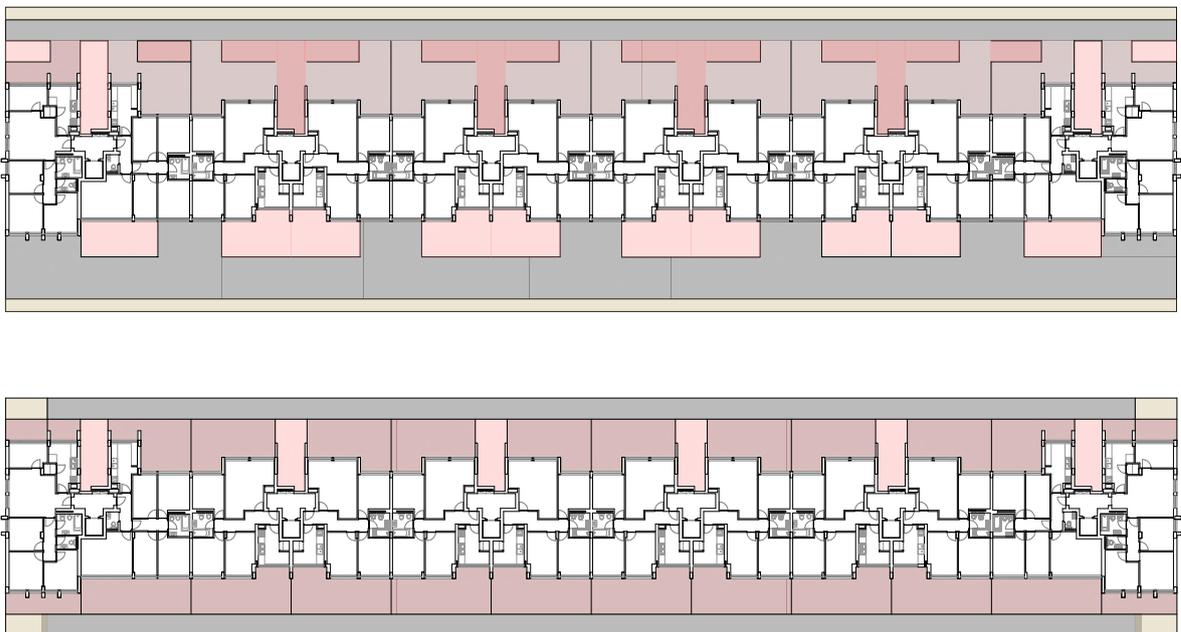


Figura 97. Alguns esquemas de processo da criação dos "add-ons".

Cada unidade habitacional contará com uma "porta da frente" que abre-se diretamente para um jardim ou espaço ao ar livre, que amplia a sensação de espaço e transforma o corredor em uma extensão da residência, onde os moradores podem usufruir de áreas externas no dia a dia.

Em cada piso, o acesso às residências será feito tanto pelo elevador existente quanto por um corredor externo, acessível através de um passadiço que alterna entre os lados direito e esquerdo, permitindo a entrada de luz natural e cria uma sequência visual dinâmica (Figura 97), inspirada no conceito de passagem entre andares de Edouard Maison François, em Coming Out. Os recuos e avanços planejados nos corredores têm como objetivo criar zonas de privacidade para as áreas mais íntimas das

habitações, ao mesmo tempo em que ampliam as residências com “jardins de inverno”, em uma abordagem similar à dos projetos de Lacaton & Vassal. Essas extensões trazem mais conforto aos espaços, permitindo que os moradores desfrutem de um ambiente mais aberto e conectado ao exterior.

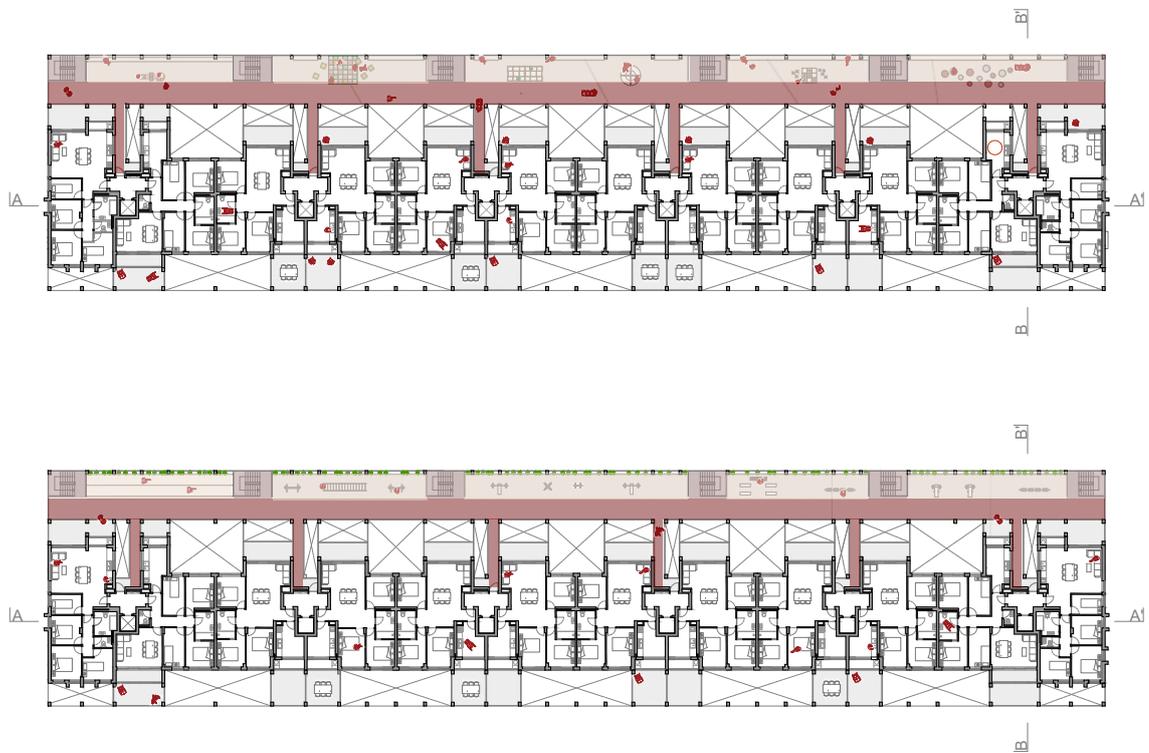


Figura 98. Esquema de organização do corredor social.

- Acesso Vertical
- Atividades
- Corredor de passagem

A proposta de gramática do espaço sugere diferentes usos para os corredores (Figura 99), concebendo áreas dedicadas a atividades de lazer, desportos e gastronomia, conferindo assim um novo propósito a esses ambientes.

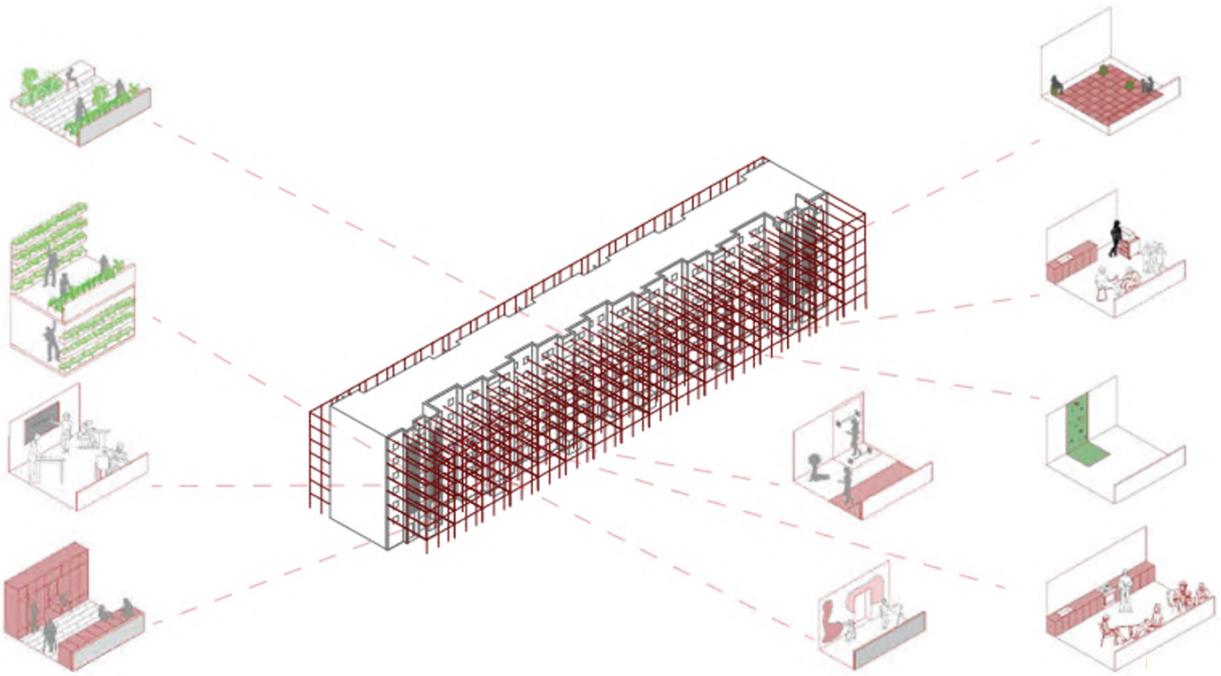


Figura 99. Propostas de atividades para os corredores.

Como proposto por MVRDV (2024), os corredores passam a ser um espaço de convívio, ao reproduzir o senso de comunidade, combatendo a segregação espacial. Deste modo, os corredores podem ter diversas funções: um espaço para arrumos, um espaço de exposição ou mesmo um espaço para cowork. Deste modo, as propostas para cada corredor são desenvolvidas de acordo com o uso do espaço dos moradores, após analisar os modos de habitar das habitações e do espaço público.

Com base em pesquisas e observações, a comunidade cigana faz amplo uso do espaço público, ao apropriar-se do espaço de forma significativa (Figura 98). A intenção é utilizar a gramática desenvolvida através desses costumes e atividades e transportar para os corredores sociáveis, com a intenção de promover uma maior integração e convivência entre os diferentes moradores.

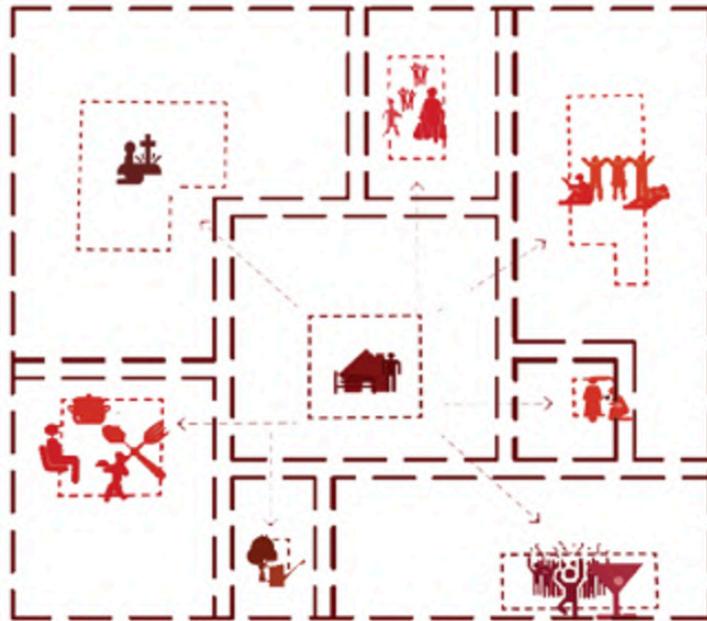
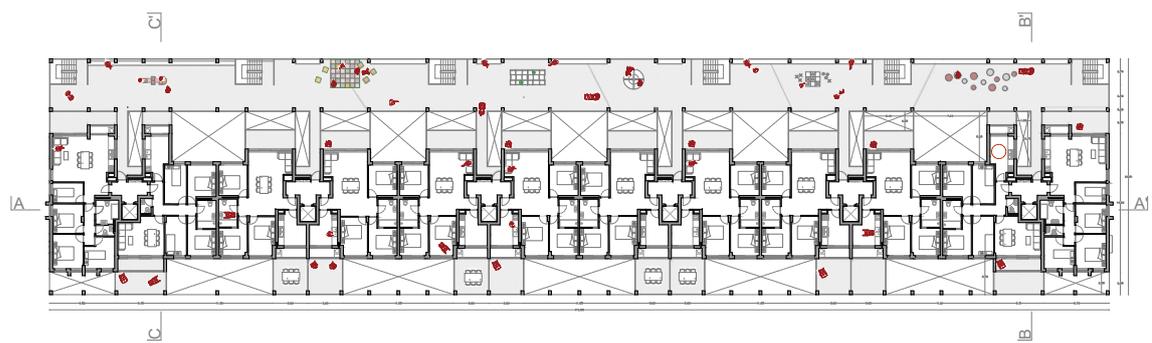


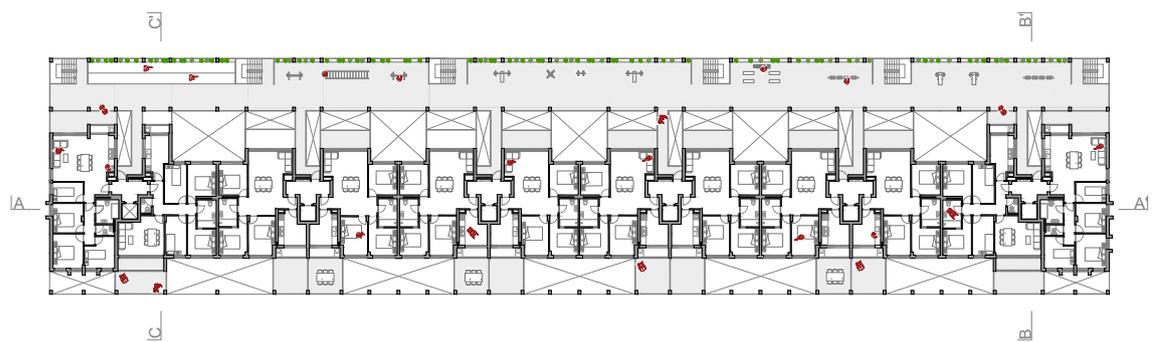
Figura 100. Tipologia de dentro para fora, *More than a home*, MVRDV (2024), adaptado aos modos de vida da etnia cigana residente na Av. Glicínia Quartin

Cada corredor foi pensado para ter um tipo de função diferente, de modo a dinamizar os diferentes espaços, e a sua estrutura, num esquema de quanto mais perto da cota de soleira, ser mais seguro (Figura 96). Nesta lógica, propõe-se que o Corredor do Brincar, situado no primeiro piso seja dedicado às crianças, propondo uma área segura e estimulante para as crianças brincarem, com elementos que incentivem a atividade física e a criatividade e nos corredores seguintes um jogo de propostas como: o Corredor Verde, um espaço dedicado ao plantio e ao cultivo de plantas, onde os moradores podem envolver-se em atividades de jardinagem, promovendo um estilo de vida sustentável e um contato mais próximo com a natureza; o Corredor do Exercício, que promove a saúde e o bem-estar, com equipamentos para exercícios ao ar livre; o Corredor Artístico, onde poderá ocorrer workshops de pinturas e esculturas, música, etc., que proponho como sendo no sétimo piso, de modo a criar uma ligação com a cobertura e ser uma área de mais ruído, entre outros corredores de atividades.

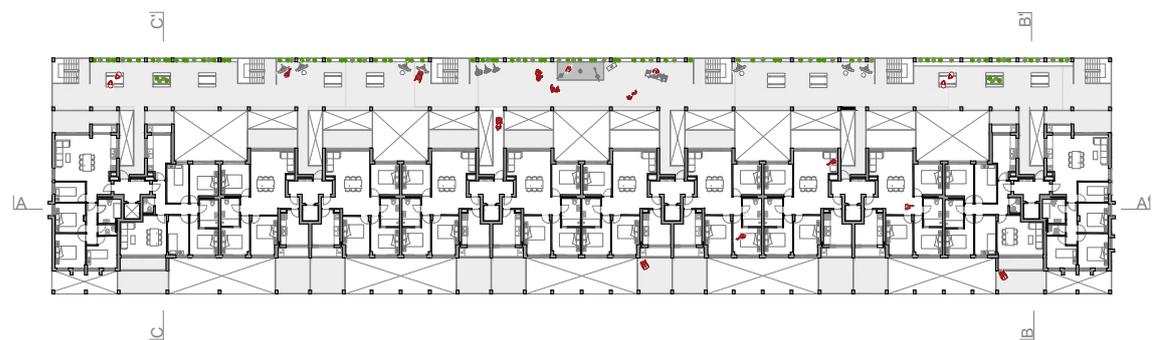
A inclusão de varandas privadas nas áreas menos íntimas da casa garante a cada morador um espaço ao ar livre individual, essencial para o conforto e qualidade de vida. O projeto incorpora também, áreas verdes compartilhadas e espaços de lazer, com bancos, mesas e zonas para piqueniques, que não apenas funcionarão como espaços de convivência, mas também incentivarão a interação social e a criação de vínculos entre os moradores.



Piso 1 – Corredor do Brincar



Piso 5 – Corredor do Desporto



Piso 6 – Corredor Artístico

Figura 101. Proposta de Corredores Sociáveis.

Assim, os corredores são desenvolvidos de acordo com os três pilares da sustentabilidade: Social, Económico e Ambiental (Figura 101). O pilar ambiental envolve a preservação dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente, que abordam questões como mudanças climáticas, uso responsável dos recursos e gestão de resíduos. O pilar social tenta promover a justiça social, igualdade, e qualidade de vida, ao garantir que as necessidades básicas, como saúde, educação e segurança, sejam atendidas de maneira equitativa. Já o pilar económico foca no crescimento sustentável, ao equilibrar o desenvolvimento económico com a responsabilidade ambiental e social,

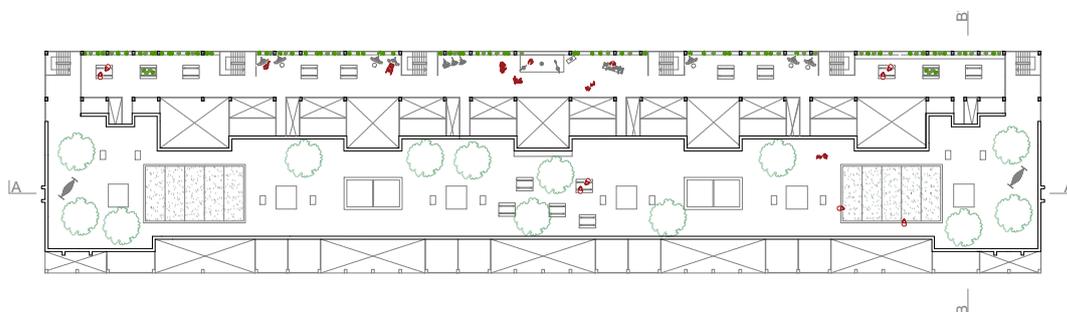
visando gerar emprego e riqueza sem esgotar recursos naturais ou aumentar as desigualdades.



Figura 102. Esquema dos três pilares da Sustentabilidade. Fonte: <https://www.teraambiental.com.br/blog-da-tera-ambiental/entenda-os-tres-pilares-da-sustentabilidade>

Além das intervenções nos corredores, a cobertura que encontra-se inacessível será reabilitada para ser um espaço de convívio, com uma área de churrasco e dois espaços dedicados à agricultura, com dois reservatórios de recolha de água pluvial, que servirá de apoio aos espaços agrícolas.

A intenção é criar um edifício que promova a sustentabilidade ambiental e que ao mesmo tempo, promova a agricultura para consumo próprio e venda na mercearia comunitária projetada ou até mesmo na Feira das Galinheiras.



Planta de cobertura

Figura 103. Planta de cobertura.

O piso térreo será transformado em um grande hall de entrada, que servirá como um ponto de encontro para os moradores. Este espaço será delimitado por lojas existentes, onde serão projetadas uma cozinha comunitária, com ligação ao hall, uma mercearia comunitária, onde os moradores poderão utilizar os seus produtos agrícolas para consumo ou venda, uma lavanderia comunitária, e outros centros de atividade, ao proporcionar uma nova vida às lojas atualmente ocupadas como habitação ilegal. Essa revitalização do piso térreo não só aumenta a funcionalidade do espaço, mas também promove a interação entre os moradores, que oferece comodidades que facilitam a vida

cotidiana e incentivam a socialização. O piso -1, actualmente encontra-se inacessível, mas propõe-se que seja ativo, de modo a servir de estacionamento e ser um espaço coberto para diversas atividades que venham a surgir.

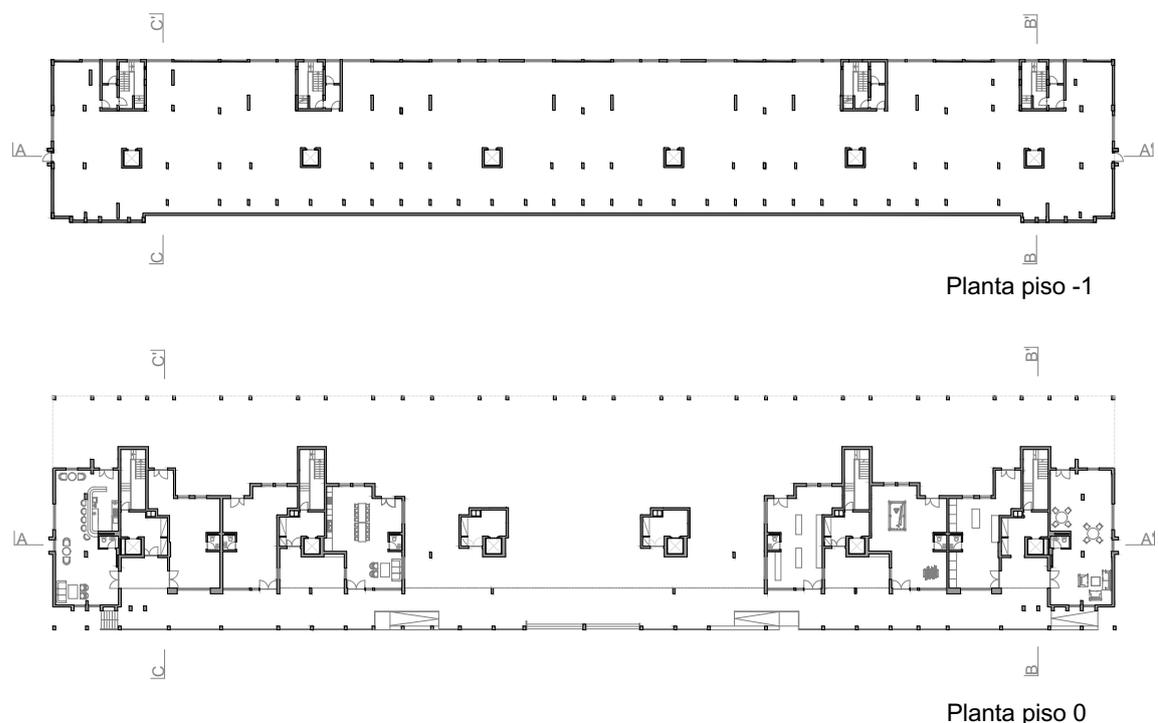
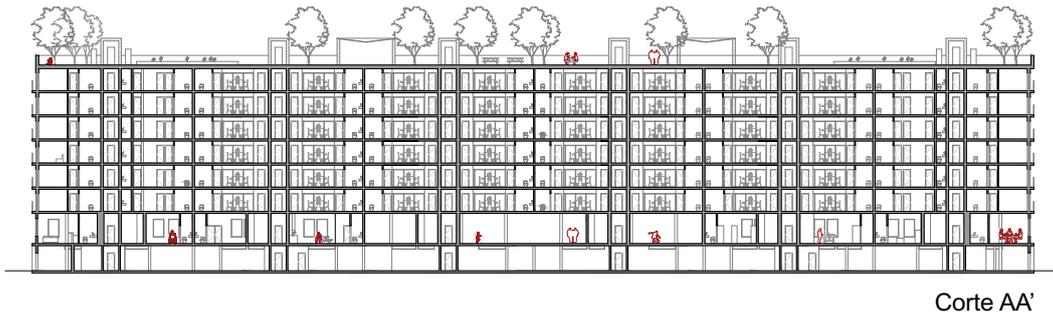


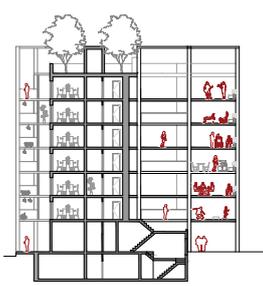
Figura 104. Planta do piso -1 e 0.

O projeto propõe uma intervenção cuidadosa e funcional na fachada, com foco na iluminação, ventilação e integração arquitetónica. A substituição dos vãos existentes (de 1,20x0,90m) por novas aberturas de 1,20x2m, 2,40x2m e 3,60x2m visa otimizar o aproveitamento da luz natural e da ventilação, ao respeitar a orientação solar nascente-poente. Dessa forma, a proposta possibilita uma maior entrada de luz, essencial para o conforto dos espaços interiores, além de permitir a circulação de ar, favorecendo o clima interno.

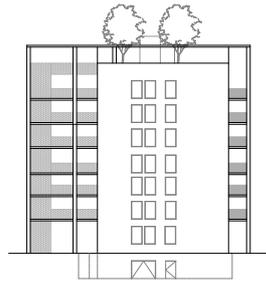
A estratégia de manter o ritmo dos vãos, mas ampliá-los, procura atingir uma transformação discreta e respeitosa da fachada, que preserva a identidade do edifício enquanto lhe confere uma nova função estética e funcional. A inclusão de uma sequência de pilares, repetida tanto no alçado posterior quanto no principal, contribui para criar espaços de varanda. Esses espaços semipúblicos, que funcionam como "jardins de inverno", trazem benefícios adicionais, como extensão das áreas sociais e uma relação com o exterior mais próxima.



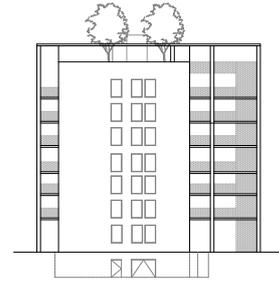
Corte AA'



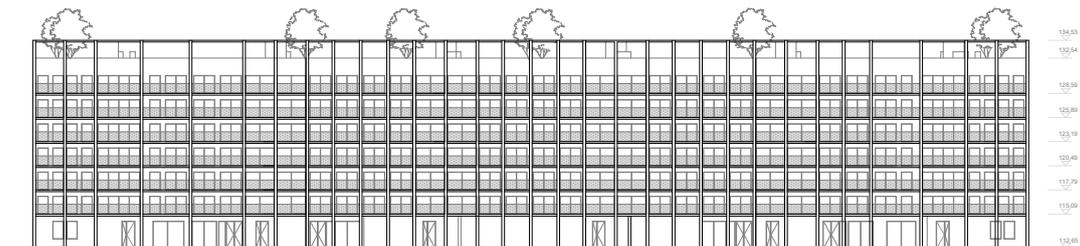
Corte BB'



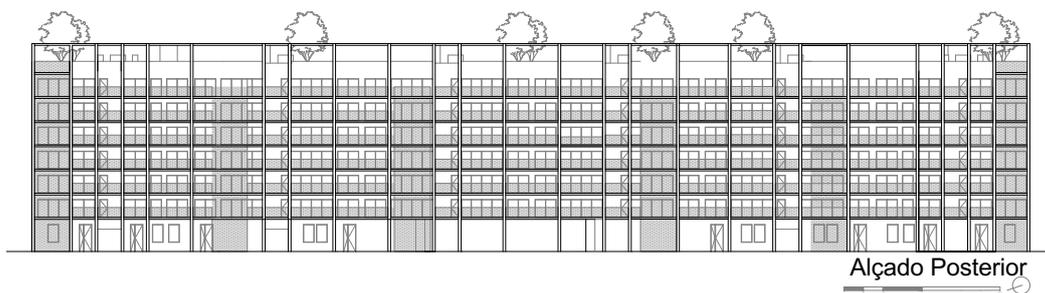
Alçado Lateral Esquerdo



Alçado Lateral Direito



Alçado Principal



Alçado Posterior

Figura 105. Cortes e Alçados propostos.

Os pilares propostos, inspirados nos projetos de Querkraft Architets, criam um ritmo visual na fachada, conferindo unidade ao conjunto e que facilita a articulação dos novos elementos com a estrutura original, enquanto criam uma repetição harmoniosa nas plantas dos pavimentos. Essa disposição dos pilares pode, ainda, fornecer uma

estrutura mais robusta para as varandas, o que reforça a estabilidade e integridade do edifício, enquanto valoriza os espaços de convivência e oferece aos moradores um ambiente de transição para o exterior.

A estrutura dos add-ons é feita em Cross-Laminated Timber (CLT), que consiste em camadas de tábuas de madeira coladas. O CLT destaca-se como uma alternativa sustentável aos materiais tradicionais, como concreto e aço, devido à sua menor emissão de carbono e baixa necessidade de manutenção. Além de ser leve, o CLT apresenta alta resistência à flexão e compressão, permitindo a construção de grandes vãos e espaços internos flexíveis.

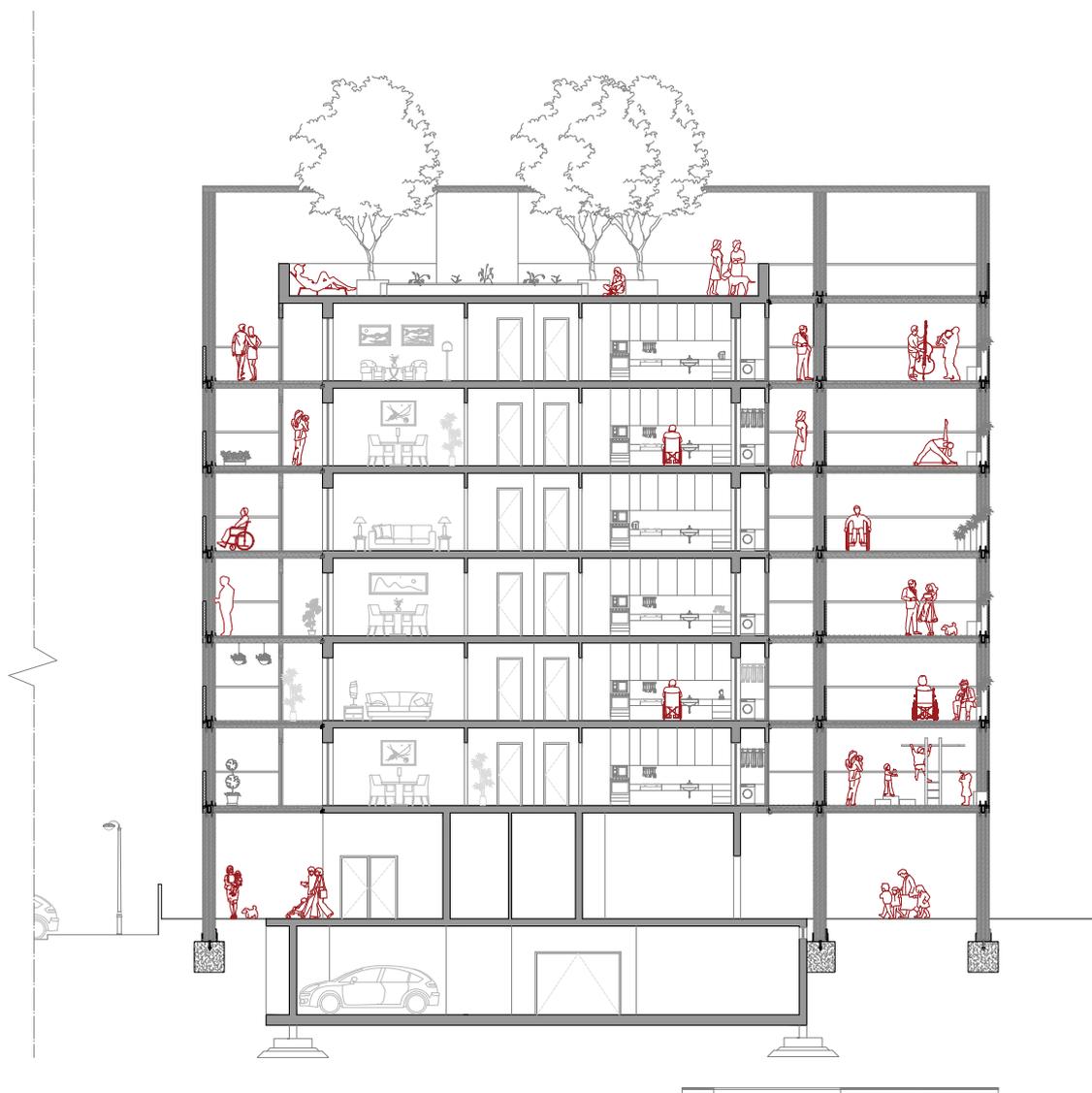


Figura 106. Corte CC'

Os componentes em CLT podem ser pré-fabricados, o que agiliza a montagem no local da obra e reduz desperdícios. Para garantir segurança e estética nas varandas, é utilizada uma rede hexagonal de arame galvanizado, que representa uma solução econômica, que equilibra o custo elevado do CLT e transmite uma ideia de transparência, ao criar uma ligação do interior para o exterior.

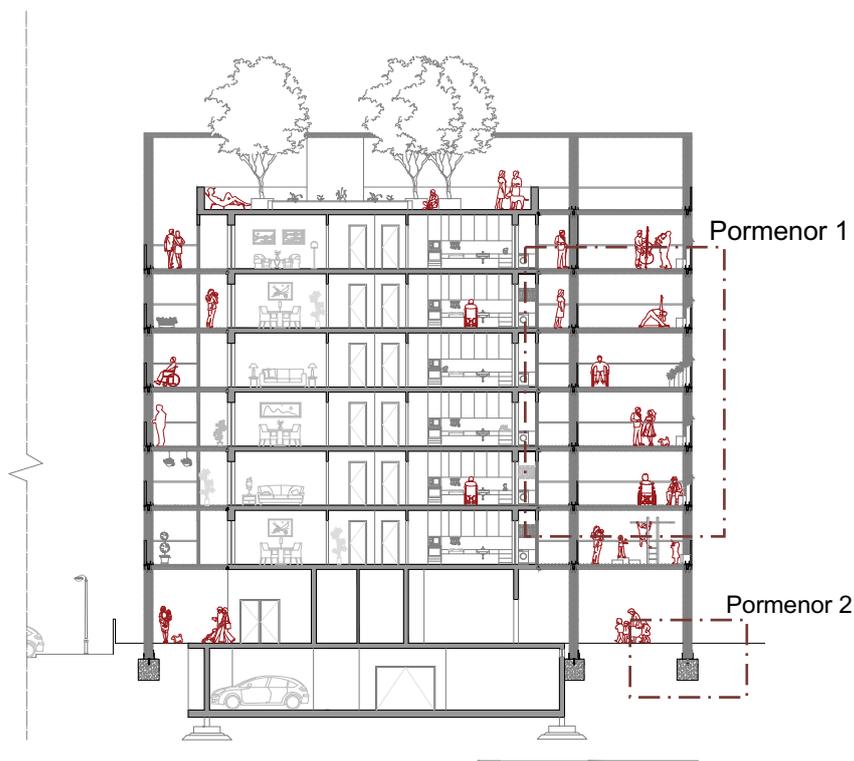


Figura 107. Indicação de Pormenor Construtivo.

A proposta de uma estrutura de "add-ons" (ou extensões) traz uma dimensão social significativa ao projeto, ao criar não apenas áreas privadas adicionais, mas também espaços comuns que promovem a interação e convivência entre os moradores. Esses espaços têm o potencial de combater a segregação espacial dentro do edifício, favorecendo um ambiente de integração comunitária, que é quase inexistente no território.

Esses "add-ons" funcionam como extensões da área habitacional que, além de enriquecerem as áreas de estar privadas, oferecem pontos de encontro compartilhados. Eles podem atuar como espaços multifuncionais — como jardins de inverno, varandas ampliadas ou até mesmo salas de convívio — que incentivam o contato entre vizinhos e fortalecem o senso de comunidade. Com essa configuração, o projeto aborda

questões de isolamento e cria oportunidades para um uso mais coletivo e dinâmico do edifício.

A distribuição cuidadosa desses espaços comuns, vinculados à estrutura dos pilares e à repetição dos vãos, tem como intenção de gerar uma continuidade visual e espacial que reforça a coesão do edifício como um todo.

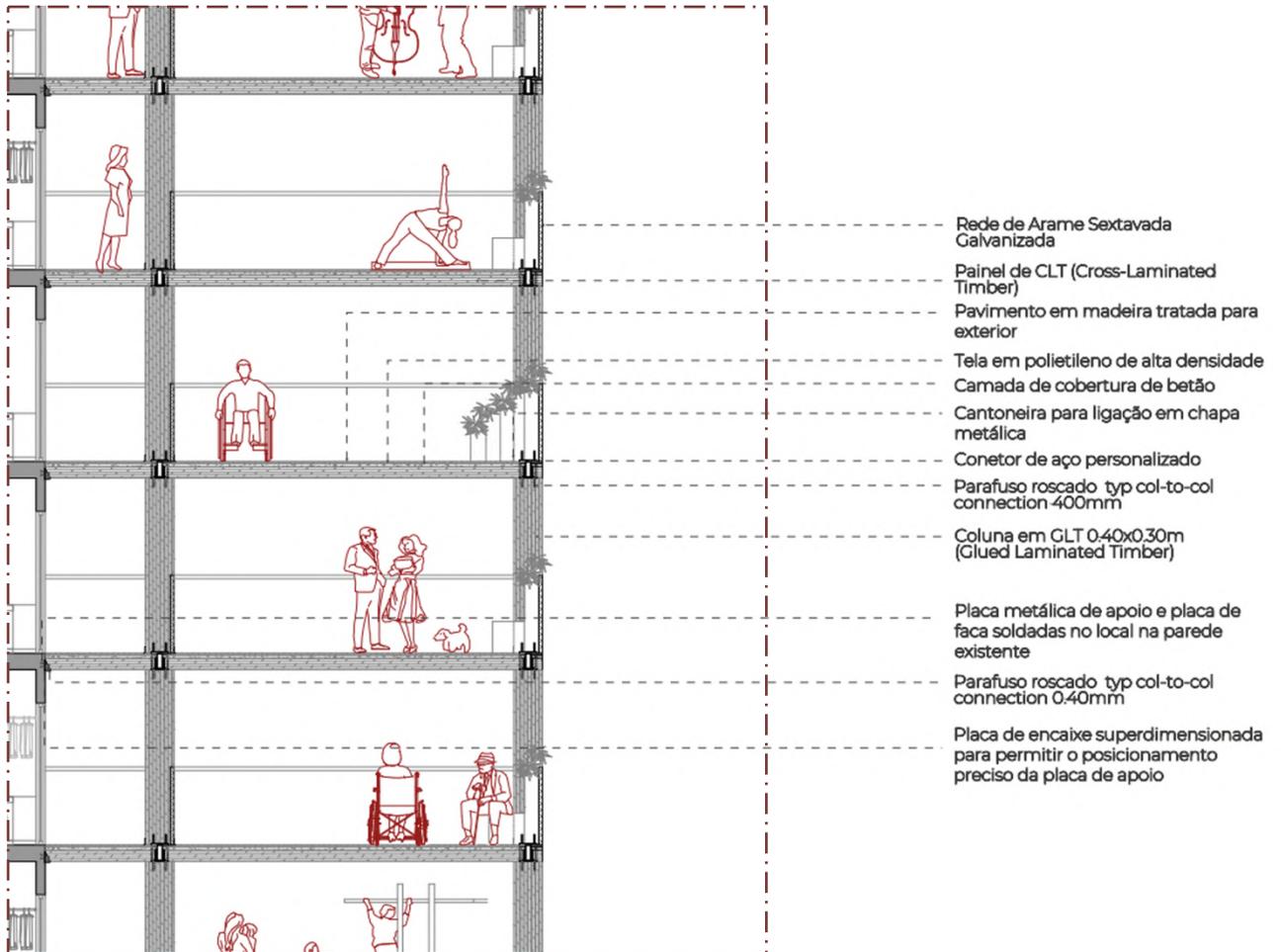


Figura 108. Pormenor 1. Escala 1:50.

Pormenor 2

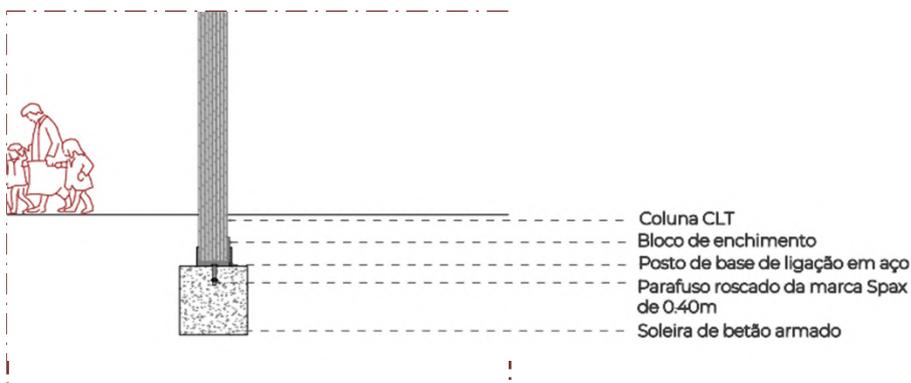


Figura 109. Pormenor 2. Escala 1:50.

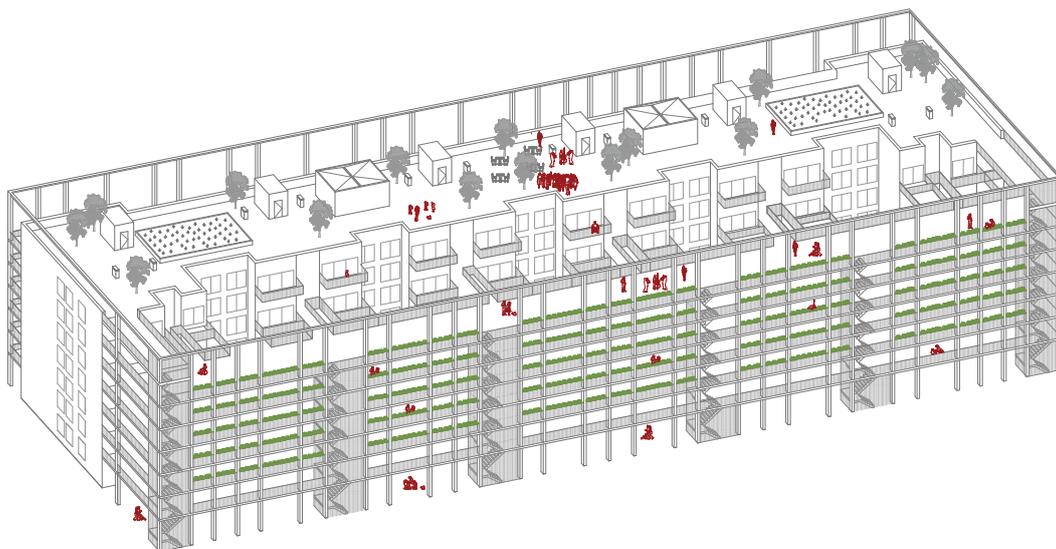


Figura 110. Axonometria da proposta.

Considerações Finais

As considerações finais do projeto “Além de Paredes” sublinham a relevância de uma abordagem holística e inclusiva na habitação, especialmente em contextos sociais desafiadores. Este projeto transcende a simples oferta de espaço físico; ele visa promover uma verdadeira qualidade de vida e fortalecer a conexão comunitária entre os moradores. Em bairros onde a coesão social é escassa e os índices de criminalidade são elevados, é essencial criar um ambiente que favoreça a interação e a solidariedade. Ao integrar as habitações ao espaço exterior, o projeto promove a interação social, permitindo que os moradores conheçam-se, construam relações de confiança e desenvolvam um forte senso de pertencimento.

A realidade de muitos bairros sociais é marcada por uma falta de coesão social, onde o medo e a insegurança predominam. A presença do crime e da violência afeta não apenas a qualidade de vida dos residentes, mas também perpetua um ciclo de exclusão e desconfiança. Nesses contextos, a habitação de caráter social não pode ser pensada apenas como uma solução para o teto; é necessário considerar a qualidade de vida dos moradores como um aspeto essencial e urgente. A proposta de “Além de Paredes” visa ampliar não apenas o interior das habitações, mas também o exterior, criando áreas comuns e espaços de convivência que estimulam o diálogo e a colaboração entre os moradores. Essa ampliação cria um ambiente onde o privado e o comunitário se entrelaçam, permitindo que os residentes compartilhem interesses comuns e fortaleçam seus laços sociais.

A proposta tenta alertar e promover a coesão social por meio do Design Inclusivo, destacando a importância da implementação das leis de acessibilidade em Portugal, especialmente em edifícios de caráter social construídos antes da promulgação do Decreto-Lei 163/2006, existindo uma grande necessidade de reabilitação dos mesmos. Uma das limitações deste estudo decorre da falta de informações disponíveis sobre o número de habitantes com mobilidade reduzida residentes na Avenida Glicínia Quartin, o que comprometeu a generalização dos resultados. Além disso, a escolha de um único processo participativo com crianças, aliado às conversas e reuniões mensais com os residentes no Centro Comunitário, pode não ter sido suficiente para capturar a complexidade dos modos de vida dos habitantes da área de estudo.

Trinta anos após a implementação dos PER Ameixoeira, ainda é visível que enfrenta os mesmos desafios de segregação social e uma alarmante falta de um verdadeiro senso de comunidade, continuando a ser um bairro problemático, onde a insegurança e a criminalidade são uma realidade cotidiana. A ausência de espaços seguros e

acessíveis contribui para o isolamento social, dificultando a construção de redes de apoio mútuo. Assim, a solução proposta pelo projeto “Além de Paredes” procura ativamente combater essas problemáticas, criando um ambiente mais coeso e solidário. Como consequência, propõe-se a criação de um guia de boas práticas para a elaboração de um Corredor Social em habitações multifamiliares de caráter social, no qual são explorados os temas defendidos, oferecendo uma visão sobre sua importância e apresentando soluções para as questões levantadas.

Ao incentivar a convivência e a participação ativa dos moradores na construção de um ambiente seguro e acolhedor, o projeto torna-se um catalisador para mudanças sociais significativas. Ele promove a criação de um futuro mais justo e integrado, onde a habitação não é apenas um abrigo, mas um espaço que potencializa a vida comunitária e promove a segurança e o bem-estar de todos. Portanto, “Além de Paredes” apresenta-se como uma resposta não apenas às necessidades habitacionais, mas como uma proposta que tenta transformar a realidade social, contribuindo para a redução da criminalidade e para a construção de um senso de comunidade forte e resiliente.

Apesar das limitações identificadas, este estudo forneceu insights valiosos sobre as dinâmicas sociais e espaciais da Avenida Glicínia Quartin, destacando a importância de abordagens inclusivas e diversificadas na compreensão dos modos de vida dos residentes. Esses achados reforçam a necessidade de estudos futuros que ampliem a coleta de dados e explorem metodologias participativas mais abrangentes, de forma a capturar melhor as múltiplas dimensões da vivência local. Assim, o presente trabalho contribui como ponto de partida para reflexões e práticas voltadas ao fortalecimento da convivência comunitária e à promoção de soluções mais adequadas às necessidades dos habitantes.

Referências Bibliográficas

Afonso, M. J. M. (2014). *O corpo feminino na ilustração científica: Uma reflexão visual em torno de convenções e padrões de representação* (Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa).

Antunes, J. J. (2011). *Projecto de requalificação urbana dos bairros de génese ilegal das Galinheiras e dos Fetais: Dentro do tema das novas centralidades* [Master's thesis, Universidade de Lisboa]. Repositório Institucional da Universidade de Lisboa.

CABE, (2006). *The principles of inclusive design*. Published by the Commission for Architecture and the Built Environment, London.

Cachado, R. Á. (2013). O programa especial de realojamento: Ambiente histórico, político e social. *Análise Social*, 206(1), xviii. <https://doi.org/10.15847/as0093>

Câmara Municipal de Lisboa, Direção Municipal de Urbanismo. (2017). *Vol. I: Operação de Reabilitação Urbana Sistemática de Santa Clara - Programa Estratégico de Reabilitação Urbana Santa Clara I ARU - ORU Sistemática de Santa Clara*. Lisboa, Portugal: Câmara Municipal de Lisboa.

Câmara Municipal de Lisboa, Direção Municipal de Urbanismo. (2017). *Vol. II: Alteração aos limites da Área de Reabilitação Urbana de Santa Clara - Santa Clara I ARU - ORU Sistemática de Santa Clara*. Lisboa, Portugal: Câmara Municipal de Lisboa.

Câmara Municipal de Lisboa. (2018). *Relatório Diagnóstico da Área de Reabilitação Urbana de Santa Clara. Vol. III: Deliberação n.º 374/AML/2016, de 15 de novembro de 2016. Diário da República, 2.ª série, n.º 236, 12 de dezembro de 2016*.

Câmara Municipal de Lisboa. (2023). *Carta municipal de habitação de Lisboa 2023 – 2032: Consulta pública aprovada em RC 11 outubro 2023 - versão consolidada*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Câmara Municipal de Lisboa. (2013). *Programas de realojamento PER e PIMP: Relatório de finalização* (Elaborado por I. D. M. Costa & M. J. Subtil). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Cambiaghi, S. (2019). *Desenho Universal: Métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas*. (3ª edição Revista). Senac.

Camões Godinho, M. C. A. (2012). *Projecto Urbano - Vale da Ameixoeira: Cidade, um território alargado* (Resumo alargado da dissertação de Mestrado). Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa.

Coelho, A. B. (2007). *Habitação humanizada* (Nº TPI 46). LNEC.

Colaço, M. R. (2010). *Comunidades reconstruídas: Sentido de comunidade e apoio social percebido no pós-realojamento* [Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório Institucional da Universidade de Lisboa.

Colaço, J. (2021). *Common space: The city as commons* (R. Silva, Gráfico). EAN 9789899071117.

Cortella, M. (2019). *Meritocracia e equidade* [Entrevista]. Pânico. Gravado a 16 de outubro de 2019.

Davi, L. M. (2009). *Alison e Peter Smithson: uma arquitetura da realidade* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura). Porto Alegre.

Damásio, António R. (2008) *O Sentimento de Si. O Corpo, a Emoção e a Neurobiologia da Consciência*, trad. P.E.A, Mem Martins, publicações Europa-América.

European Union Agency for Fundamental Rights. (2020). *Roma and travellers in six countries*. Publications Office of the European Union. <https://doi.org/10.2811/59861>

Filho, J., & Silva, S. (2003). *Arquitextos: Antropometria. Sobre o homem como parte integrante dos fatores ambientais*. Vitruvius.

Foster, S. R., & Iaione, C. (2022). *Co-cities: Innovative transitions toward just and self-sustaining communities*. The MIT Press.

Gomes, C. D., Almeida, B. (2013). *O que é inovação em Arquitetura? João Luís Carrilho da Graça, em 'Entre a Arte e a Ciência'*. (27 de abril de 2016) – Conversa moderada por Sofia Marçal, p. 114. / Filipa Roseta – 'Castelos na areia', p. 18. / Helena Roseta em 'Conversas da Rua da Alegria: Homenagem a Nuno Teotónio Pereira' (31 de março de 2016) – Conversa moderada por Filipa Roseta, p. 89 e 90. / Gonçalo Bryne, em 'Conversas da Rua da Alegria: Homenagem a Nuno Teotónio Pereira' (31 de março de 2016) – Conversa moderada por Filipa Roseta, p. 90.

Goldsmith, S. (1997). *Designing for the disabled: The new paradigm* (1st ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780080572802>

Goldsmith, S. (2000). *Universal design: A manual of practical guidance for architects*. Architectural Press.

Gouveia, P. (2012). *Design universal: 1 definição + 7 princípios. Acessibilidade Portugal*. [Consultado em 10 de janeiro de 2016]. Disponível em <http://acessibilidade-portugal.blogspot.pt/2012/09/design-universal-1-ideia-7-principios.html>

Hahn, J. (2014). Cities are key to the sustainable development of the European Union. In OECD Regional Outlook 2014: Regions and Cities: Where Policies and People Meet (Cap. 9). OECD.

Holmes-Seidle, J. (1996). *Barrier-free design* (1st ed.). Routledge.

Lacaton, A. (2024). *Lacaton & Vassal: Free Space, Transformation, Habiter*. Verlag der Buchhandlung Walther König.

Lefebvre, H. (1996). *The right to the city* (D. O. T. & E. K. (Trans.)). Verso. (Original work published 1968 as *Le Droit à la ville*)

Lidwell, W., Holden, K., & Butler, J. (2003). *Universal principles of design*. Rockport Publishers.

Lourenço, M. R. (2011). *Projecto Urbano - Ameixoeira: Um núcleo histórico enquadrado nas áreas de expansão recente* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa.

Magano, O. (2022). Ciganos portugueses, percursos de vida e afirmação identitária. *Sociológico*, 1(1), 49-58. <https://doi.org/10.4000/sociologico.11313>

Marques, C. A., & Rasteiro, D. M. S. (2018). *Aprender a planear a cidade inclusiva*. Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 18(1), 141-154. <https://doi.org/10.34626/2289642>

Mace, R. L., Hardie, G. J., & Place, J. P. (1996). *Accessible environments: Toward universal design*. The Center for Universal Design, NC State University.

Mace, R. L., Mueller, J. L., & Story, M. F. (1998). *The universal design file: Designing for people of all ages and abilities*. The Center for Universal Design, NC State University.

Morais, I., Duarte, G., Vieira, B., & Madruga, M. (1997). *Caracterização do programa especial de realojamento na área metropolitana de Lisboa. Área Metropolitana de Lisboa*.

Mostafavi, M., Lacaton, A., & Vassal, J.-P. (2017). *Lacaton & Vassal: Espacio libre, transformación, habitar*. Barcelona, España: Editorial Gustavo Gili.

MVRDV, HUB, & Bridges Fund Management. (2022). *Co-living Design Study*. S. van Manen, K. Brown, & D. Phillips (Eds.). MVRDVHUBBridges Fund Management.

Nações Unidas. (2015). Meta 11 | *Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais*. [HTTPS://SDGS.UN.ORG/METAS/META11](https://sdgs.un.org/metabol/metas/meta11).

Nóbrega, B. F. do N. (2017). *As descontinuidades do território (des)urbanizado e o fenómeno da exclusão social na coroa norte da cidade de Lisboa* [Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitetura]. Repositório Institucional da Universidade de Lisboa.

Oliveira, M. de B. (2020). *Espaço diverso: Arquitetura para pessoas* (Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho). Escola de Arquitetura, Universidade do Minho.

ONU-Habitat. (2016). *A nova agenda urbana: Habitat III*.

Pereira, A. (2020). *Acessibilidade e Inclusão: A Habitação como Direito Fundamental*. Editora.

Portas, N. (2007). *Arquitetura e habitação: Uma relação necessária*. Edições 70.

Roberts, P., & Sykes, H. (2000). *Urban regeneration: A handbook*. Sage Publications Ltd.

Rose, J., & Maguire, R. (2022). *Restorative cities: Urban design for mental health and wellbeing*. Bloomsbury Publishing.

Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência. (2007). *Guia de acessibilidade e mobilidade para todos* (ISBN 978-989-8051-04-2). Inova.

Simões, J. F., Braz, M., Gouveia, P. H., Bispo, R., & Lorena, M. J. (2009). *Uma casa para a vida: Aplicação do design inclusivo à habitação*. Instituto Nacional para a Reabilitação.

Sorkin, M. (2018). *O que sobe: Os direitos e os erros da cidade*. Brooklyn, NY.

Stavrides, S. (2021). *Espaço comum – A cidade como obra coletiva* (J. Colaço, Trad.). 1ª edição. Orfeu Negro.

Távora, F. (1947). *O problema da casa portuguesa*. Editorial Organizações.

Teles, P. (2006). *Acessibilidade e mobilidade para todos: Apontamentos para uma melhor interpretação do DL 163/2006 de 8 de agosto*. Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

Tengler, H. (Coord.), Londe Medeiros, G., Penna, A. L., Almeida Lima, R., & Tavares, J. de J. R. (2022). *Perspetivas do desenvolvimento dos jovens residentes na Freguesia de Santa Clara em Lisboa, pós-pandemia Covid-19*. Oficina Global. ISBN.

The Center for Universal Design. (1996). *Accessible environments: Toward universal design*. NC State University.

The Center for Universal Design. (1997). *The principles of universal design, version 2.0*. North Carolina State University.

Lupton, Ellen, Carpatier, Thomas e Lambert, Tiffany (2014) *Beautiful Users* | Cooper Hewitt Smithsonian Design Museum, Princeton Architectural Press

Tribuna, M. (2021). *A lei da habitação para pessoas com deficiência é “um luxo”? arquitetos discordam: “as pessoas não são incapazes, o meio é que é”*. Expresso Sociedade, <https://expresso.pt/sociedade/2021-10-28-A-lei-da-habitacao-para-pessoas-com-deficiencia-e-um-luxo--Arquitetos-discordam-as-pessoas-nao-sao-incapazes-o-meio-e-que-e-57cd4d35>

Zhang, L., & Zhao, S. X. (2009). *City branding e o efeito olímpico: Um estudo de caso de Beiorg/metast/meta11*.

<https://cdnys.org/blog/advocacy/ronald-mace-and-his-impact-on-universal-design/>

https://www.portaldahabitacao.pt/documents/20126/58203/af_IHRU_Habitacao_Social.pdf/599a85af-53b2-d4cf-9235-1cb40f108706?t=1549647743553

https://www.portaldahabitacao.pt/documents/20126/58203/af_IHRU_Habitacao_Social.pdf/599a85af-53b2-d4cf-9235-1cb40f108706?t=1549647743553

[HTTPS://WWW.UDINSTITUTE.ORG](https://www.udinstitute.org)

<https://www.buildingsocialecology.org/patterns/barrier-free-design/>

<https://eco.sapo.pt/2024/10/25/camara-de-lisboa-devera-investir-900-milhoes-de-euros-em-habitacao-nos-proximos-dez-anos/>

https://www.portaldahabitacao.pt/documents/20126/58203/Relatorio_Final_Necessidades_Realojamento.pdf/d67e9ed8-93aa-d65a-eb36-b586389b2295?t=1550355947650

<http://www.technopolitics.info>

https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/hlth_silc_12/default/table?lang=en

<https://iddguide.wordpress.com/2020/02/18/universal-design/>

<https://socks-studio.com/2012/05/16/thomas-carpentiers-lhomme-mesures-de-toutes-choses/>

<https://www.worldbank.org/en/topic/inclusive-cities>

<https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/moedas-diz-que-entre-2010-e-2020-apesas-se-construiram-17-habitacoes-municipais-por-ano-em-lisboa-tem-raza/>

Conversa com arquiteto Miguel Ganhão, Gebalis (2023)

Anexos

Anexo A | Entrevista com Arquiteta Manuela Oliveira

1- Qual o papel do design for all/desenho universal na adaptação da habitação coletiva às diversas limitações das pessoas, especificamente motoras, visuais, emocional e cerebral?

O papel do design for all / desenho universal é muito importante nas habitações coletivas. Estas habitações, aquando a fase de projeto e construção, não são exclusivamente desenhadas para o cliente que as vai utilizar. Logo à partida, quando os utilizadores adquirirem a habitação, terão de fazer adaptações destas em função da sua rotina, das suas necessidades e das suas capacidades, acrescentando um custo adicional ao valor da habitação, bem como a soluções, muitas das vezes, pouco adequadas e mais caras.

Se na fase projetual for considerado o design for all / desenho universal, poderemos estar a colmatar à partida várias necessidades, a facilitar a adaptação, bem como a reduzir custos.

2- Como os processos participativos, envolvimento das pessoas e/ou comunidades, podem ajudar o arquiteto no co-desenho de soluções inclusivas?

Os processos participativos ajudam o arquiteto no entendimento das reais necessidades das pessoas. As pessoas, sendo elas diversas, têm necessidades específicas a serem supridas, que apenas elas conseguem explicar. A lei das acessibilidades, bem como o entendimento das necessidades das pessoas com deficiência, ainda é um campo por desenvolver e a evoluir. Ainda temos poucos técnicos formados e com conhecimento para conseguir colmatar as necessidades específicas das pessoas. A partir do processo participativo, o arquiteto passa a estar mais atento, sensibilizado e com ferramentas para poder projetar para todos e interligar todas as valências do projeto.

3- Poderia facultar alguns exemplos nacionais e internacionais de intervenções pensadas de forma universal, - se possível em habitação social coletiva?

Ainda são poucos e quase inexistentes os exemplos de intervenções pensadas de forma universal para habitações sociais coletivas. As acessibilidades estão interligadas à construção horizontal, a áreas maiores e custos acrescidos, o que é o pensamento dissonante com habitações de custo controlado, onde as construções são em altura, com áreas as mais pequenas possíveis e os custos, o mais reduzido possível. Por consequência, para quem é promotor destas habitações, as questões de acessibilidade

e design universal, são deixadas de parte, existindo assim poucos ou nenhuns exemplos de referência.

CONSENTIMENTO INFORMADO

O presente estudo surge no âmbito de um projeto de investigação a decorrer no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, no Mestrado Integrado de Arquitetura.

O estudo tem por objetivo a fundamentação de conceitos e problemáticas na área da habitação em contexto de PER – Programa Especial de Realojamento.

A sua participação no estudo, que será muito valorizada, irá contribuir para o avanço do conhecimento neste domínio da ciência, consiste numa breve entrevista de 30 min com foco em 3 perguntas que servirão de base inicial para a exploração do tema, a mesma será transcrita e publicada no estudo, com direito à revisão e aprovação.

O ISCTE é responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais, recolhidos e tratados exclusivamente para as finalidades do estudo, tendo como base legal o seu consentimento no art. 6º, nº1, alínea a) do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

O estudo é realizado por Renata Pereira, rffpa@iscte-iul.pt, que poderá contactar caso pretenda esclarecer uma dúvida, partilhar algum comentário ou exercer os seus direitos relativos ao tratamento dos seus dados pessoais. Poderá utilizar o contacto indicado para solicitar o acesso, a retificação, o apagamento ou a limitação do tratamento dos seus dados pessoais.

A participação no estudo é totalmente voluntária: pode escolher livremente participar ou não participar. Se tiver escolhido participar, pode interromper a participação e retirar o consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais em qualquer momento, sem ter de prestar qualquer justificação. A retirada de consentimento não afeta a legalidade dos tratamentos anteriormente efetuados com base no consentimento prestado.

Não existem riscos significativos expectáveis à participação no estudo.

O Iscte não divulga ou partilha com terceiros a informação relativa aos seus dados pessoais.

O Iscte tem um Encarregado de Proteção de Dados, contactável através do email dpo@iscte-iul.pt. Caso considere necessário tem ainda o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo competente – Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Declaro ter compreendido os objetivos de quanto me foi proposto e explicado pela investigadora, ter-me sido dada a oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o presente estudo e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora. Aceito participar no estudo e consinto que os meus dados pessoais sejam utilizados de acordo com as informações que me foram disponibilizadas.

Sim Não

V.U. de formalização (local) 15/04/2024 (data)

Nome: Amadeu de Brito Oliveira

Assinatura: Amadeu Oliveira

Anexo B | Consentimientos Informativos

CONSENTIMENTO INFORMADO

O presente estudo surge no âmbito de um projeto de investigação a decorrer no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, no Mestrado Integrado de Arquitetura.

O estudo tem por objetivo a fundamentação de conceitos e problemáticas na área de desenho e utilização das habitações multifamiliares em contexto de bairros sociais.

A sua participação no estudo, que será muito valorizada, irá contribuir para o avanço do conhecimento neste domínio da ciência, e consiste numa visita às habitações presentes na Avenida Glicínia Quartin, na Ameixoeira/Galinheiras com foco em fotografar o interior das habitações que servirão de base para a exploração do tema, com recurso a captação de imagem e audiovisual que será parcialmente transcrito e publicado no estudo, com direito à revisão e aprovação.

O ISCTE é responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais, recolhidos e tratados exclusivamente para as finalidades do estudo, tendo como base legal o seu consentimento no art. 6º, nº1, alínea a) do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

O estudo é realizado por Renata Pereira, rffpa@iscte-iul.pt, que poderá contactar caso pretenda esclarecer uma dúvida, partilhar algum comentário ou exercer os seus direitos relativos ao tratamento dos seus dados pessoais. Poderá utilizar o contacto indicado para solicitar o acesso, a retificação, o apagamento ou a limitação do tratamento dos seus dados pessoais.

A participação no estudo é totalmente voluntária: pode escolher livremente participar ou não participar. Se tiver escolhido participar, pode interromper a participação e retirar o consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais em qualquer momento, sem ter de prestar qualquer justificação. A retirada de consentimento não afeta a legalidade dos tratamentos anteriormente efetuados com base no consentimento prestado.

Não existem riscos significativos expectáveis à participação no estudo.

O Iscte não divulga ou partilha com terceiros a informação relativa aos seus dados pessoais. O Iscte tem um Encarregado de Proteção de Dados, contactável através do email dpo@iscte-iul.pt. Caso considere necessário tem ainda o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo competente – Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Declaro ter compreendido os objetivos de quanto me foi proposto e explicado pela investigadora, ter-me sido dada a oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o presente estudo e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora. Aceito participar no estudo e consinto que os meus dados pessoais sejam utilizados de acordo com as informações que me foram disponibilizadas.

Sim Não

Lisboa (local) 3/10/2024 (data)

Nome: Inês Dória

Assinatura: Inês Dória

CONSENTIMENTO INFORMADO

O presente estudo surge no âmbito de um projeto de investigação a decorrer no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, no Mestrado Integrado de Arquitetura.

O estudo tem por objetivo a fundamentação de conceitos e problemáticas na área de desenho e utilização das habitações multifamiliares em contexto de bairros sociais.

A sua participação no estudo, que será muito valorizada, irá contribuir para o avanço do conhecimento neste domínio da ciência, e consiste numa visita às habitações presentes na Avenida Glicínia Quartin, na Ameixoeira/Galinheiras com foco em fotografar o interior das habitações que servirão de base para a exploração do tema, com recurso a captação de imagem e audiovisual que será parcialmente transcrito e publicado no estudo, com direito à revisão e aprovação.

O ISCTE é responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais, recolhidos e tratados exclusivamente para as finalidades do estudo, tendo como base legal o seu consentimento no art. 6º, nº1, alínea a) do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

O estudo é realizado por Renata Pereira, rffpa@iscte-iul.pt, que poderá contactar caso pretenda esclarecer uma dúvida, partilhar algum comentário ou exercer os seus direitos relativos ao tratamento dos seus dados pessoais. Poderá utilizar o contacto indicado para solicitar o acesso, a retificação, o apagamento ou a limitação do tratamento dos seus dados pessoais.

A participação no estudo é totalmente voluntária: pode escolher livremente participar ou não participar. Se tiver escolhido participar, pode interromper a participação e retirar o consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais em qualquer momento, sem ter de prestar qualquer justificação. A retirada de consentimento não afeta a legalidade dos tratamentos anteriormente efetuados com base no consentimento prestado.

Não existem riscos significativos expectáveis à participação no estudo.

O Iscte não divulga ou partilha com terceiros a informação relativa aos seus dados pessoais. O Iscte tem um Encarregado de Proteção de Dados, contactável através do email dpo@iscte-iul.pt. Caso considere necessário tem ainda o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo competente – Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Declaro ter compreendido os objetivos de quanto me foi proposto e explicado pela investigadora, ter-me sido dada a oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o presente estudo e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora. Aceito participar no estudo e consinto que os meus dados pessoais sejam utilizados de acordo com as informações que me foram disponibilizadas.

Sim Não

Lisboa (local) 1 / 10 / 2024 (data)

Nome: SEK SAR

Assinatura: SEK SAR

CONSENTIMENTO INFORMADO

O presente estudo surge no âmbito de um projeto de investigação a decorrer no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, no Mestrado Integrado de Arquitetura.

O estudo tem por objetivo a fundamentação de conceitos e problemáticas na área de desenho e utilização das habitações multifamiliares em contexto de bairros sociais.

A sua participação no estudo, que será muito valorizada, irá contribuir para o avanço do conhecimento neste domínio da ciência, e consiste numa visita às habitações presentes na Avenida Glicínia Quartin, na Ameixoeira/Galinheiras com foco em fotografar o interior das habitações que servirão de base para a exploração do tema, com recurso a captação de imagem e audiovisual que será parcialmente transcrito e publicado no estudo, com direito à revisão e aprovação.

O ISCTE é responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais, recolhidos e tratados exclusivamente para as finalidades do estudo, tendo como base legal o seu consentimento no art. 6º, nº1, alínea a) do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

O estudo é realizado por Renata Pereira, rffpa@iscte-iul.pt, que poderá contactar caso pretenda esclarecer uma dúvida, partilhar algum comentário ou exercer os seus direitos relativos ao tratamento dos seus dados pessoais. Poderá utilizar o contacto indicado para solicitar o acesso, a retificação, o apagamento ou a limitação do tratamento dos seus dados pessoais.

A participação no estudo é totalmente voluntária: pode escolher livremente participar ou não participar. Se tiver escolhido participar, pode interromper a participação e retirar o consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais em qualquer momento, sem ter de prestar qualquer justificação. A retirada de consentimento não afeta a legalidade dos tratamentos anteriormente efetuados com base no consentimento prestado.

Não existem riscos significativos expectáveis à participação no estudo.

O Iscte não divulga ou partilha com terceiros a informação relativa aos seus dados pessoais. O Iscte tem um Encarregado de Proteção de Dados, contactável através do email dpo@iscte-iul.pt. Caso considere necessário tem ainda o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo competente – Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Declaro ter compreendido os objetivos de quanto me foi proposto e explicado pela investigadora, ter-me sido dada a oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o presente estudo e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora. Aceito participar no estudo e consinto que os meus dados pessoais sejam utilizados de acordo com as informações que me foram disponibilizadas.

Sim Não

Lisboa (local) 1/10/2024 (data)

Nome: Branca Cedoso

Assinatura: BRANCA

CONSENTIMENTO INFORMADO

O presente estudo surge no âmbito de um projeto de investigação a decorrer no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, no Mestrado Integrado de Arquitetura.

O estudo tem por objetivo a fundamentação de conceitos e problemáticas na área de desenho e utilização das habitações multifamiliares em contexto de bairros sociais.

A sua participação no estudo, que será muito valorizada, irá contribuir para o avanço do conhecimento neste domínio da ciência, e consiste numa visita às habitações presentes na Avenida Glicínia Quartin, na Ameixoeira/Galinheiras com foco em fotografar o interior das habitações que servirão de base para a exploração do tema, com recurso a captação de imagem e audiovisual que será parcialmente transcrito e publicado no estudo, com direito à revisão e aprovação.

O ISCTE é responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais, recolhidos e tratados exclusivamente para as finalidades do estudo, tendo como base legal o seu consentimento no art. 6º, nº1, alínea a) do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

O estudo é realizado por Renata Pereira, rffpa@iscte-iul.pt, que poderá contactar caso pretenda esclarecer uma dúvida, partilhar algum comentário ou exercer os seus direitos relativos ao tratamento dos seus dados pessoais. Poderá utilizar o contacto indicado para solicitar o acesso, a retificação, o apagamento ou a limitação do tratamento dos seus dados pessoais.

A participação no estudo é totalmente voluntária: pode escolher livremente participar ou não participar. Se tiver escolhido participar, pode interromper a participação e retirar o consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais em qualquer momento, sem ter de prestar qualquer justificação. A retirada de consentimento não afeta a legalidade dos tratamentos anteriormente efetuados com base no consentimento prestado.

Não existem riscos significativos expectáveis à participação no estudo.

O Iscte não divulga ou partilha com terceiros a informação relativa aos seus dados pessoais. O Iscte tem um Encarregado de Proteção de Dados, contactável através do email dpo@iscte-iul.pt. Caso considere necessário tem ainda o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo competente – Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Declaro ter compreendido os objetivos de quanto me foi proposto e explicado pela investigadora, ter-me sido dada a oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o presente estudo e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora. Aceito participar no estudo e consinto que os meus dados pessoais sejam utilizados de acordo com as informações que me foram disponibilizadas.

Sim Não

Nome: Helio da Costa Ribeiro D'Alva Teixeira (local) Lisboa (data) 1/10/2024
Assinatura: [assinatura]

Anexo C | Elementos de trabalho Individual

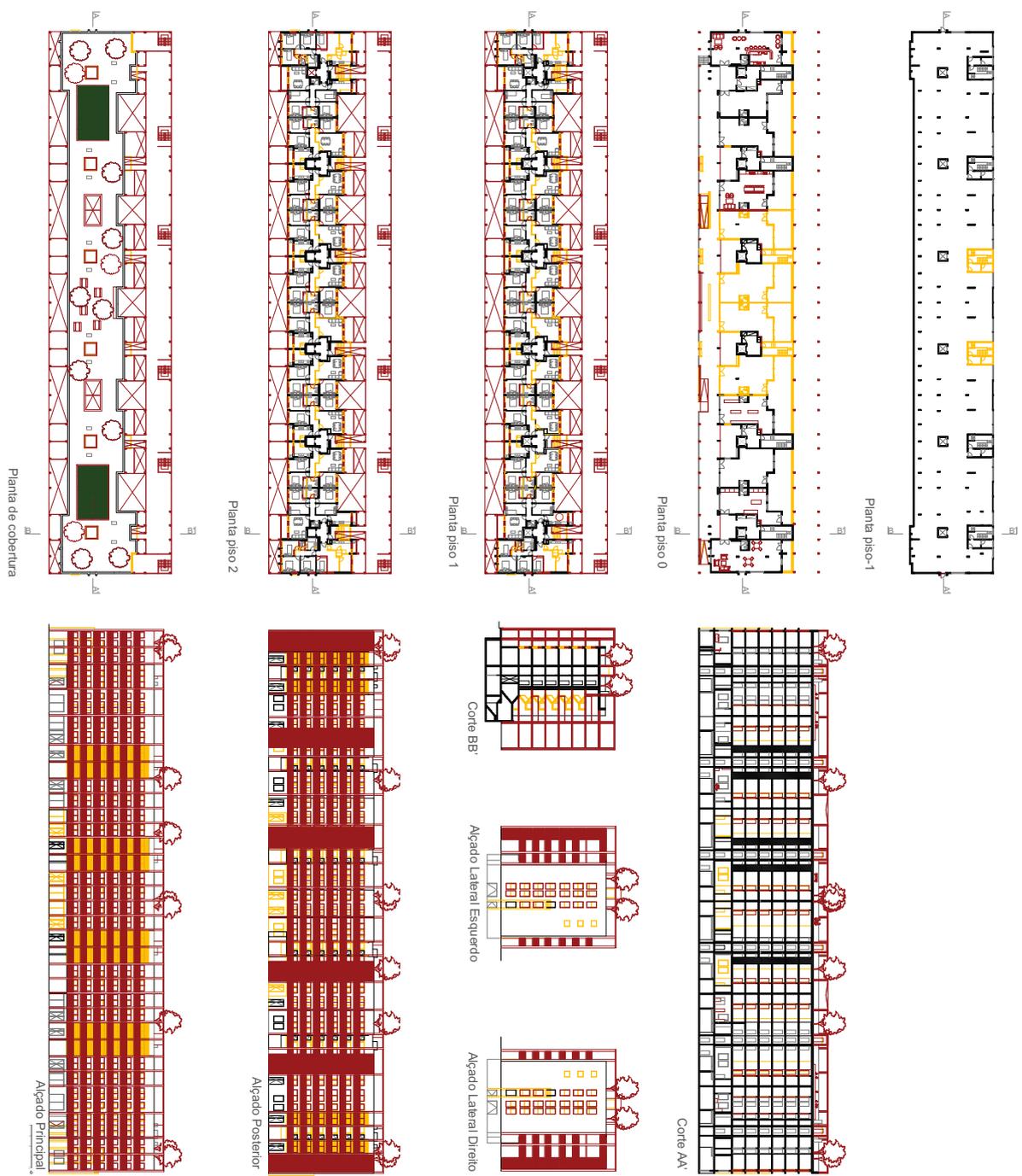


Figura 111. Desenhos técnicos de Amarelos e Vermelhos.

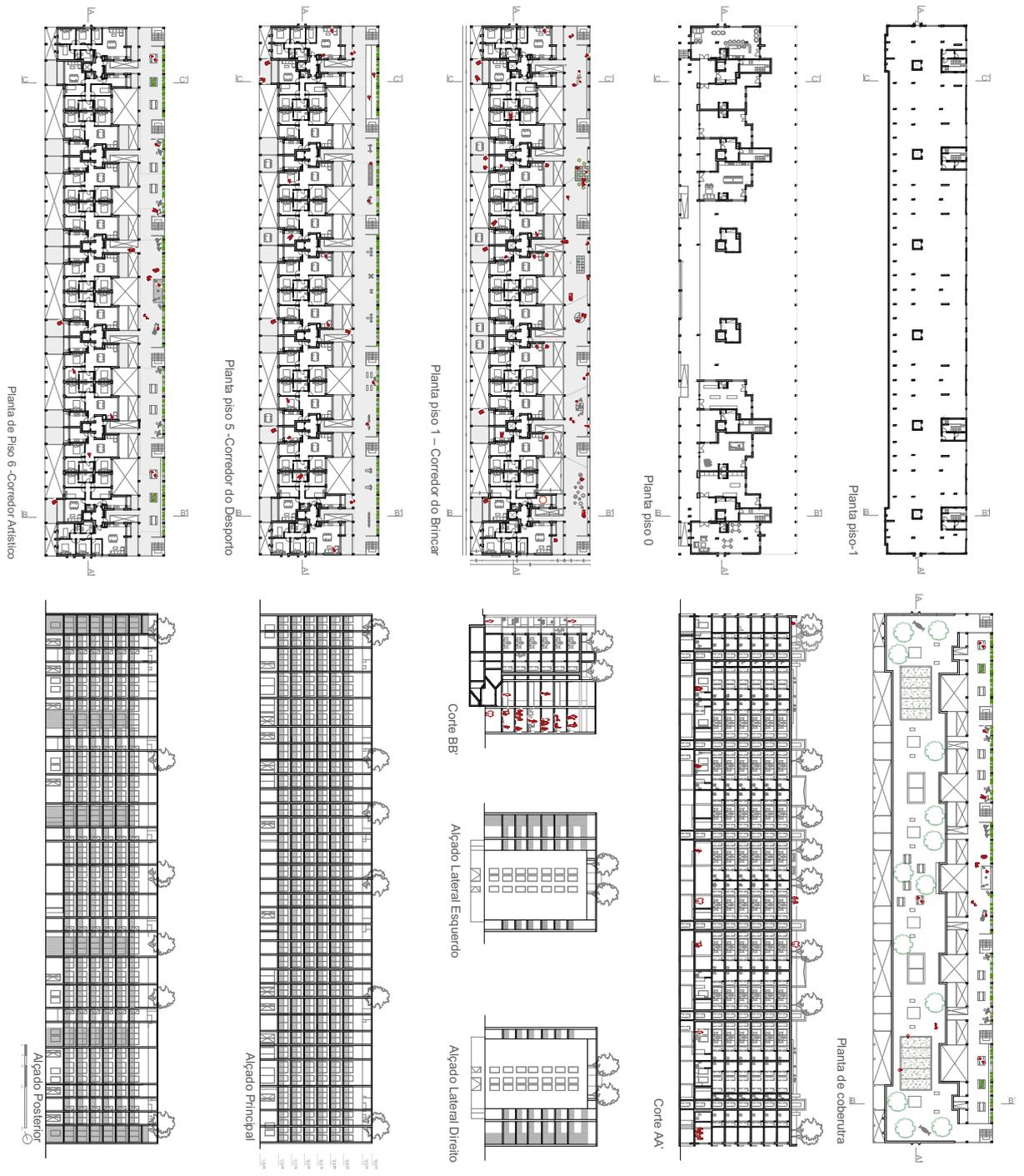


Figura 112. Desenhos técnicos finais.



Figura 113. Pormenor construtivo.

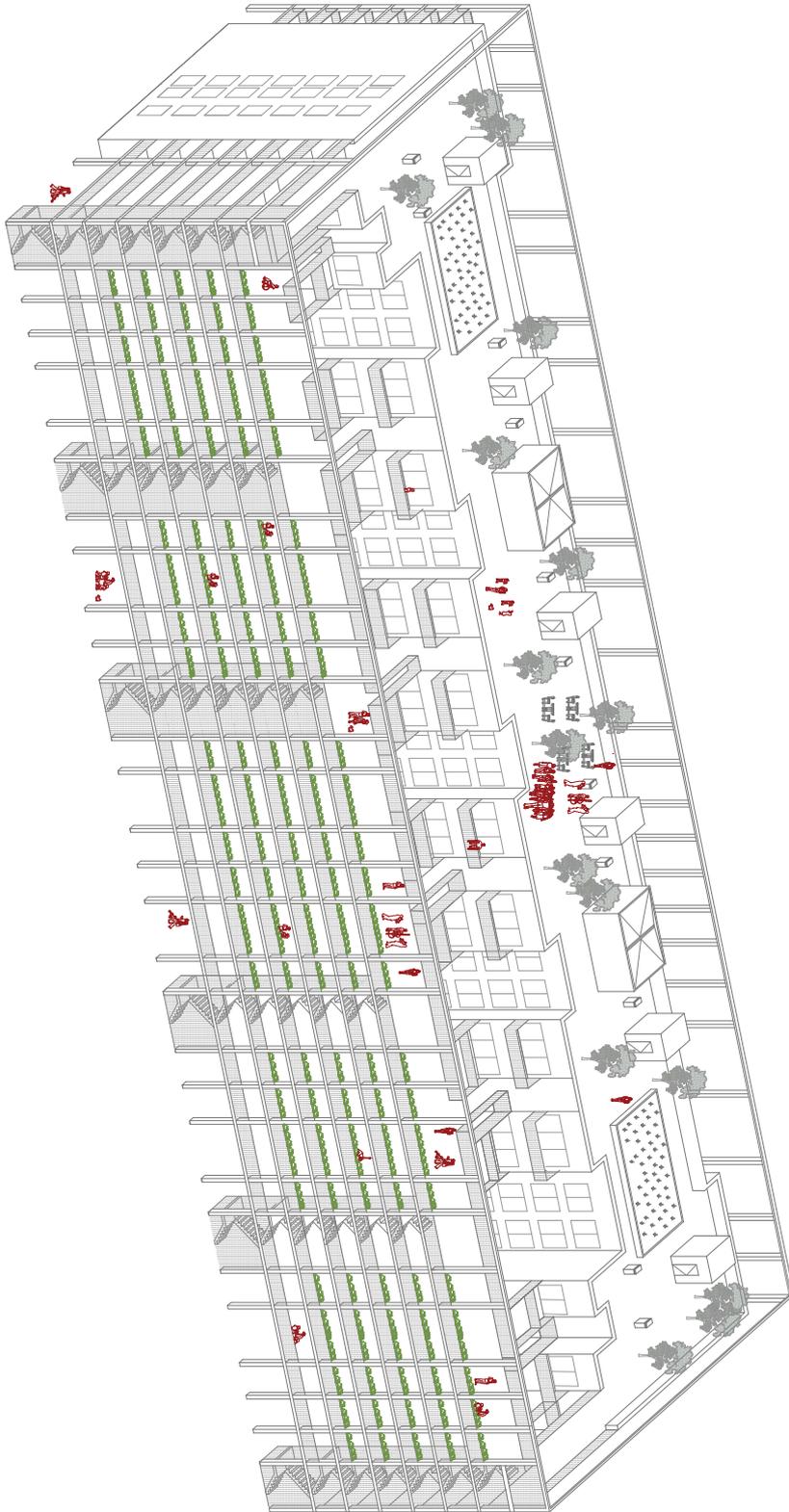


Figura 114. Perspetiva da proposta.

Anexo D | Guia de boas práticas de Corredor Social na habitação

LabTur 2.0 - Laboratório de Ensaio de Metodologias de Intervenção na Cidade Existente, ISCTE-IUL

Além de paredes: Promover a equidade e a participação plena na vida urbana no PER Ameixoeira

Renata Filipa Furtado Pereira

GUIA DE BOAS PRÁTICAS
de
CORREDOR
SOCIAL
NA HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR

O presente guia documenta o processo de reabilitação de habitação multifamiliar social no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER), desenvolvido como parte do Projeto Final de Arquitetura (PFA) no **LabTur 2.0 – Laboratório de Ensaio de Metodologias de Intervenção da Cidade Existente**, no Mestrado Integrado em Arquitetura, Departamento de Arquitetura e Urbanismo do ISCTE-IUL, durante o ano letivo de 2023/2024.

Este guia está alinhado com diretrizes internacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Nova Agenda Urbana e a New European Bauhaus, visando fortalecer o espírito de comunidade, combater a segregação espacial e promover a economia local e a qualidade de vida dos moradores.

O leitor encontrará uma explicação sobre o propósito e a relevância deste guia, incluindo definições conceituais, descrição detalhada dos corredores sociais desenvolvidos, ferramentas e materiais empregados. Também serão apresentados exemplos de aplicação no território, especificamente na área de intervenção do PFA, no Lote 5, 6, 7 e 8, Avenida Glúcinia Quartin na Ameixoeira.

Este guia busca contribuir para a construção e reabilitação de habitações sociais multifamiliares, orientadas por princípios fundamentais para a criação de espaços de corredor e pela importância de soluções flexíveis e sustentáveis. Ao estabelecer conceitos-chave para a reabilitação habitacional com foco na afetividade e no bem-estar, o trabalho pretende inspirar novas iniciativas em outras localidades, promovendo cidades mais inclusivas, saudáveis, justas e equitativas por meio desta proposta de intervenção.

Índice

<i>O que é o guia?</i>	3
<i>Porquê o guia?</i>	4
<i>Quais os conceitos?</i>	5
<i>O que é um corredor social?</i>	7
<i>Como projetar um corredor social?</i>	11
<i>Implementação de “add-nos”</i>	14
<i>Método construtivo do Corredor Social</i>	19
<i>Referências Bibliográficas</i>	22

O que é o guia?

O Guia de boas práticas do Corredor Social na habitação multifamiliar surge como resultado do Projeto Final de Arquitetura (PFA) intitulado Além de paredes: Promover a equidade e a participação plena na vida urbana no PER Ameixoeira, inserido no LabTur 2.0 – Laboratório de Ensaio de Metodologias de Intervenção da Cidade Existente, no Mestrado Integrado em Arquitetura, Departamento de Arquitetura e Urbanismo do ISCTE-IUL, durante o ano letivo de 2023/2024.

O projeto desenvolvido tem como objetivo orientar e regenerar a habitação social situada na Avenida Glicínia Quartin, com potencial para aplicação em outros projetos de contexto similar.

Intitulado de *Corredor Social*, este projeto utiliza um conjunto de gramáticas arquitetónicas específicas e novas abordagens para os usos de corredores de passagem, integrando uma perspetiva holística e participativa. As diretrizes propostas visam tanto a reabilitação de espaços já construídos quanto a conceção de novas habitações multifamiliares, sugerindo formas sustentáveis de arquitetura que respondam às necessidades de uma comunidade em constante evolução.

O projeto promove a participação ativa da população, destacando a importância de processos participativos que incluam os cidadãos como protagonistas no levantamento de suas necessidades e aspirações. Por meio da interação direta com a comunidade, procura-se compreender melhor suas expectativas e, assim, fomentar a apropriação dos espaços de acordo com demandas reais e contextualizadas.

Com a aplicação de módulos de corredores e gramáticas de espaços adaptáveis, o *Corredor Social* almeja criar ambientes que promovam a interação social, a inclusão e a coesão comunitária, transformando os corredores de passagem em elementos vitais para a vida coletiva e o bem-estar urbano.

Porquê o guia?

O Guia de Boas Práticas do Corredor Social na Habitação Multifamiliar procura fomentar um ambiente de comunidade e resiliência dentro dos edifícios, onde a participação ativa dos moradores é fundamental. O guia parte da premissa de que, ao designar uma habitação, muitas vezes são negligenciados aspetos importantes, como as formas individuais de habitar e as necessidades específicas de cada morador. Isso resulta na entrega de uma casa padrão, sem que haja um processo participativo para compreender o perfil e as expectativas dos residentes.

O guia propõe práticas sustentáveis e de baixo custo para implementar soluções que respeitem tanto as necessidades dos moradores quanto a identidade local do espaço habitacional. A introdução de elementos pré-fabricados, como estruturas em CLT (Cross-Laminated Timber) ou outras tecnologias construtivas sustentáveis, que permitam uma adaptação rápida e eficiente na criação dos corredores sociais, oferecendo diversas possibilidades de uso e permitindo que a habitação estenda-se para além das quatro paredes.

O conceito explorado consiste numa tentativa de ampliação da visão tradicional da habitação ao incluir os espaços comuns que a circundam, promovendo uma abordagem mais inclusiva e flexível. A partir dessa conceção, os corredores sociais tornam-se áreas dinâmicas que podem ser adaptadas para atender a diferentes usos, necessidades e momentos da vida em comunidade. Assim, a habitação é entendida como um conjunto integrado de ambientes, onde os espaços compartilhados agregam valor e promovem uma vivência mais coletiva, fortalecendo o senso de pertencimento e coesão social.

A proposta do guia pretende construir uma visão holística e inovadora sobre a habitação social. Através de intervenções acessíveis e de baixo custo, ambicionar melhorar substancialmente a qualidade de vida dos moradores, ao criar espaços de convivência que respondam às suas necessidades específicas. Dessa forma, o guia não apenas facilita o acesso a habitações de qualidade, mas também promove a coesão e o fortalecimento das comunidades, que transformem os ambientes de habitação em locais onde o bem-estar coletivo é priorizado.

Quais os conceitos?

Cidade Inclusiva

“O lugar onde qualquer pessoa, independentemente de situação económica, sexo, idade, raça ou religião, tem possibilidades de participar de forma produtiva e positivamente nas oportunidades que a cidade tem para oferecer.” (NAÇÕES UNIDAS, 2000).

Uma cidade inclusiva (ODS 11) é projetada para garantir igualdade de acesso a oportunidades, recursos e serviços para todos os cidadãos, independentemente de suas diferenças. Ela elimina barreiras físicas, sociais e econômicas, promovendo equidade e participação ativa de pessoas com deficiência, idosos, crianças, minorias e pessoas de baixa renda. Isso inclui infraestrutura acessível, transporte público eficiente, serviços de qualidade (como educação e saúde), e participação social na tomada de decisões. Além disso, incentiva a inclusão econômica com geração de empregos e apoio ao empreendedorismo, valorizando a diversidade cultural e social para uma sociedade justa e coesa.

Contexto Cultural

O contexto cultural e social de cada projeto, é importante dado que garante que os designs ressoem com a comunidade local e reflitam sua identidade. Essa abordagem ajuda a criar um senso de pertencimento e de apropriação entre os moradores.

Mais do que uma casa

Este conceito encapsula a ideia de que os edifícios residenciais devem servir a propósitos mais amplos além de simplesmente fornecer abrigo. Essa filosofia promove a integração de diversas funções dentro dos projetos habitacionais, aumentando a interação comunitária e contribuindo para a vida urbana. A integração comunitária é um dos principais, onde a criação de ambientes promova a interação comunitária atendendo ao contexto cultural, onde há a reflexão d, onde haja um misto de unidades comerciais, escritórios, instalações culturais nos edifícios residenciais, priorizando a importância de equilibrar as áreas de habitação privada com os espaços comuns públicos. Esse equilíbrio incentiva a interação social entre os residentes, ao mesmo tempo em que oferece a eles um espaço pessoal.

Corredor Social

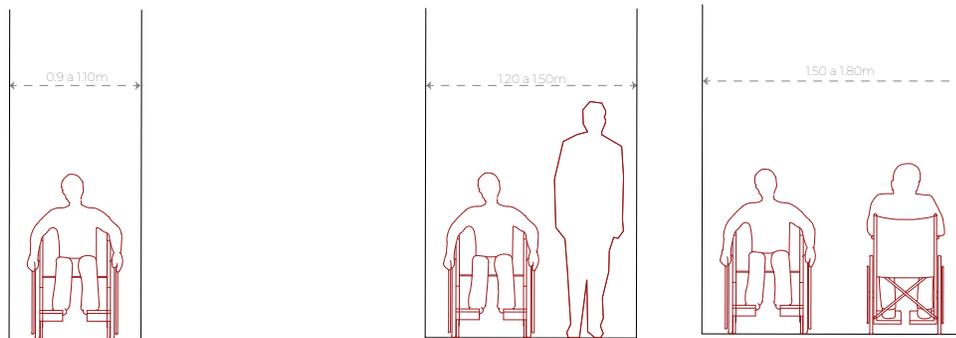
“Os corredores são as "ruas" do edifício. Eles são frequentemente vistos como não muito importantes, como um espaço vazio, mas podem ser funcionais também. Os corredores são considerados uma extensão da casa particular.” Co-living - Design study into co-living as a typology of shared living, MVRDV.

Um corredor de acesso às residências não precisa ser um lugar escuro, apertado e impessoal, que induza o morador a apressar-se para chegar ao seu apartamento. Pelo contrário, o corredor pode ganhar um papel mais significativo, oferecendo uma sensação de amplitude e criando ambientes mais convidativos, com dimensões espaçosas e dinâmicas. Esse novo uso dos corredores contribui para revitalizar o edifício, promovendo o convívio e ajudando a evitar que os moradores se sintam isolados ou solitários.

O que é um corredor social?

A definição de um corredor restringe um espaço de circulação que conecta diferentes áreas. É um espaço de circulação que pode existir tanto em habitação quanto em espaço público, desempenhando papéis importantes em cada contexto.

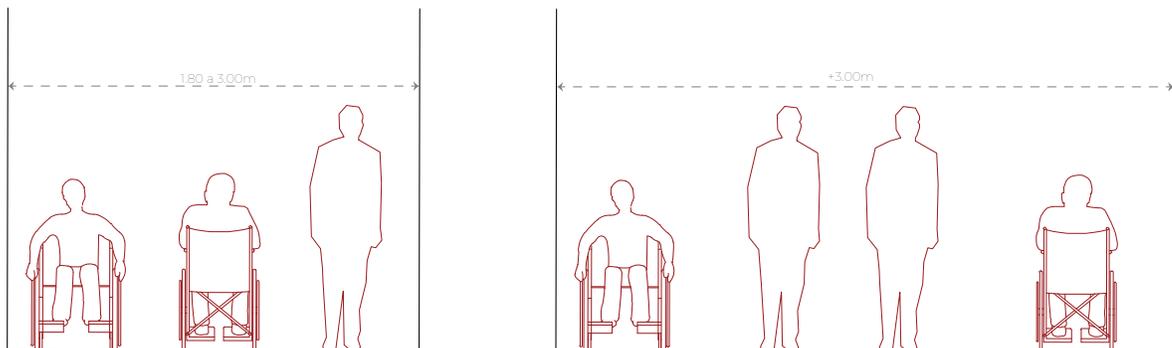
Dentro de uma unidade residencial, como quartos, salas e banheiros. Além de servir como um meio de acesso, o corredor pode funcionar como uma extensão dos espaços habitacionais, oferecendo oportunidades para a criação de áreas de convívio ou armazenamento. Em projetos de habitação, os corredores são projetados para facilitar a movimentação, otimizar o uso do espaço e promover a interação entre os moradores.



1. Corredor de habitação.

2. Corredor de espaço público.

Figura 1. Esquema representativo de corredores e acessibilidades em habitações e espaços públicos.



3. Corredor em “galeria” até 3.00m.

4. Corredor em “galeria” com mais de 3.00m.

Figura 2. Esquema representativo de corredores e acessibilidades. Desenhado pela autora.

No espaço público é uma via ou área destinada à circulação de pessoas e, muitas vezes, veículos, que conecta diferentes pontos de um espaço urbano. Esses corredores podem incluir passagens, ruas ou espaços de convivência, e desempenham um papel fundamental na mobilidade urbana. Além de facilitar o deslocamento, os corredores públicos podem integrar elementos como áreas verdes, bancos, e serviços, promovendo a interação social e contribuindo para a qualidade de vida na cidade.

O corredor de acesso às residências, tradicionalmente visto como um lugar funcional e impessoal, pode ser transformado em um espaço social que estimule o encontro e o uso coletivo, que vai além de sua função prática de circulação. Assim, os corredores são desenvolvidos de acordo com os três pilares da sustentabilidade: Social, Econômico e Ambiental.

Em vez de ser um local escuro e apertado, o corredor pode ser ampliado e dinamizado, criando uma atmosfera mais acolhedora. Este novo uso dos corredores não apenas revitaliza o edifício, mas também promove a interação e a inclusão social em áreas urbanas, através da criação de espaços públicos multifuncionais que incentivam a convivência e a coesão comunitária. Esta abordagem ajuda a evitar o isolamento dos moradores e incentiva o convívio social (MVRDV, 2024).

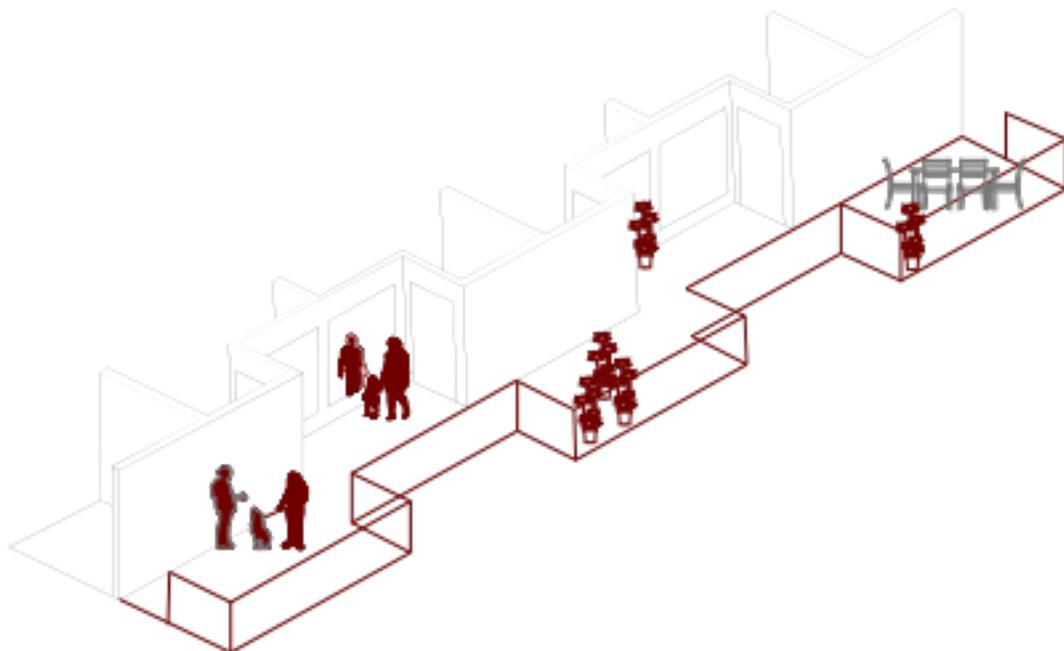


Figura 3. Esquema de corredor social, MVRDV, 2024. (redesenhado pela autora).

Ao colocar o corredor de acesso às habitações no exterior, fornece a cada unidade uma porta da frente para um jardim, sendo um espaço ampliado para acomodar novas ou áreas externas comuns. Os espaços comuns são dispersos pelos diversos andares acompanhados por terraços expansivos, acompanhados por escadas externas que tornam as escadas internas desnecessárias, criando um exterior do edifício, vibrante, trazendo a “tipologia de dentro para fora”.

Esse modelo de corredor externo também contribui para uma estética mais aberta e moderna do edifício, onde a fachada se torna viva, com múltiplas camadas de interação. A arquitetura, em vez de enclausurar, abre-se para o entorno, conectando os moradores tanto entre si quanto com o ambiente ao redor. O edifício, assim, deixa de ser apenas um conjunto de unidades isoladas para se tornar um espaço onde a vida coletiva é cultivada e a individualidade é respeitada, com áreas que convidam ao relaxamento, ao convívio e ao uso comum (Figura 20).

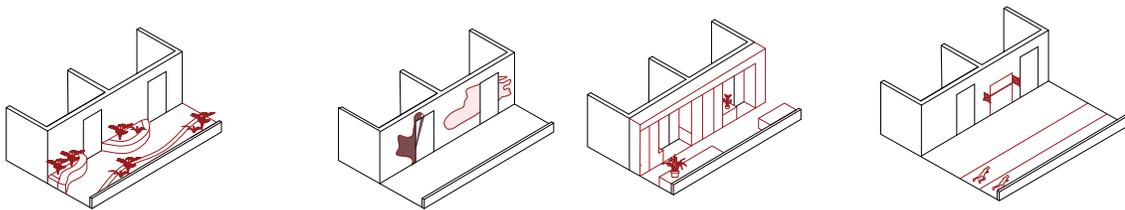


Figura 4. Exemplos de utilização do corredor propostos por MVRDV, 2024. (redesenhado pela autora).

Com esta abordagem, o corredor deixa de ser um mero local de passagem e torna-se parte integrante da experiência de habitar, transformando a relação com o ambiente em que os habitantes vivem. Esta concepção não apenas melhora a qualidade de vida dos residentes, mas também introduz uma nova forma de projetar edifícios que prioriza o bem-estar coletivo, o contato com a natureza e a criação de espaços que incentivam a interação social de forma natural e espontânea.

O MVRDV (2024) divide a comunidade em quatro níveis (MVRDV, 2024): (1) o primeiro é a habitação privada; (2) a comunidade do "andar" — composta pelos vizinhos diretos próximos à habitação; (3) a comunidade do edifício — que abrange todas as habitações e áreas coletivas; e (4) a interação com a vizinhança, frequentemente localizada no térreo, onde os espaços comuns se abrem para a envolvente. Cada nível de comunidade possui o seu próprio tipo de espaço coletivo, variando de íntimo a aberto (Figura 5).

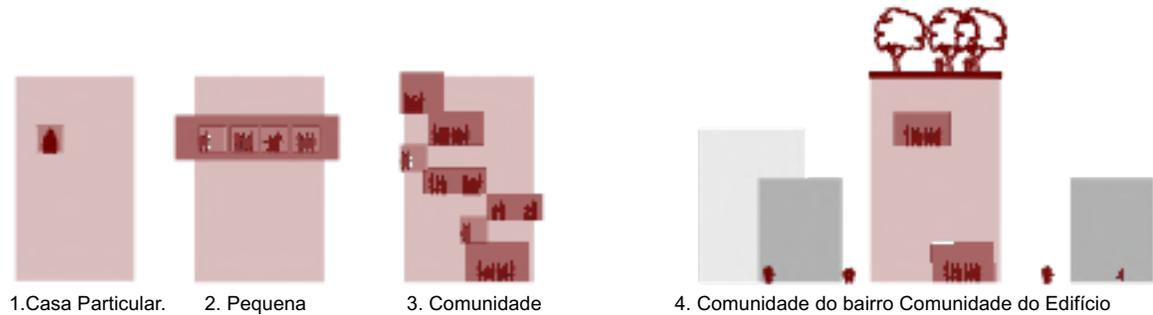


Figura 5. Esquema da comunidade de MVRDV, 2024. Redesenhado pela autora.

Como projetar um corredor social?

A configuração da habitação ideal, caracterizada por jardins frontais e traseiros e amplo espaço livre, é frequentemente inviável nas áreas urbanas. Contudo, as habitações que incorporam um ou mais corredores sociais podem replicar aspectos dessa configuração ideal, proporcionando uma sensação de espaço e acolhimento em áreas reduzidas.

As unidades residenciais devem atender às necessidades fundamentais de espaço para alimentação, descanso e lazer, mas também é desejável que ofereçam áreas dedicadas a atividades específicas, como ioga, artesanato, entretenimento ou cultivo de plantas. A inclusão de espaços flexíveis nas habitações permite a criação de ambientes generosos, adaptando-se às diversas necessidades dos moradores e incentivando a permanência na comunidade.

Este guia apresenta uma variedade de layouts espaciais para habitações coletivas, abrangendo desde disposições convencionais que atendem às necessidades fundamentais até soluções personalizadas que permitem aos moradores adaptar seus lares de acordo com seus estilos de vida. Essas abordagens favorecem a criação de ambientes residenciais únicos e funcionais, enriquecendo a experiência habitacional.

Um exemplo prático utilizado para ilustrar essas estratégias é o prédio de habitação social do Programa Especial de Realojamento (PER). O estudo desse edifício demonstra como diferentes configurações espaciais podem ser implementadas para maximizar a funcionalidade e a flexibilidade, proporcionando aos moradores a capacidade de moldar seus espaços no corredor de acordo com suas necessidades e preferências individuais.

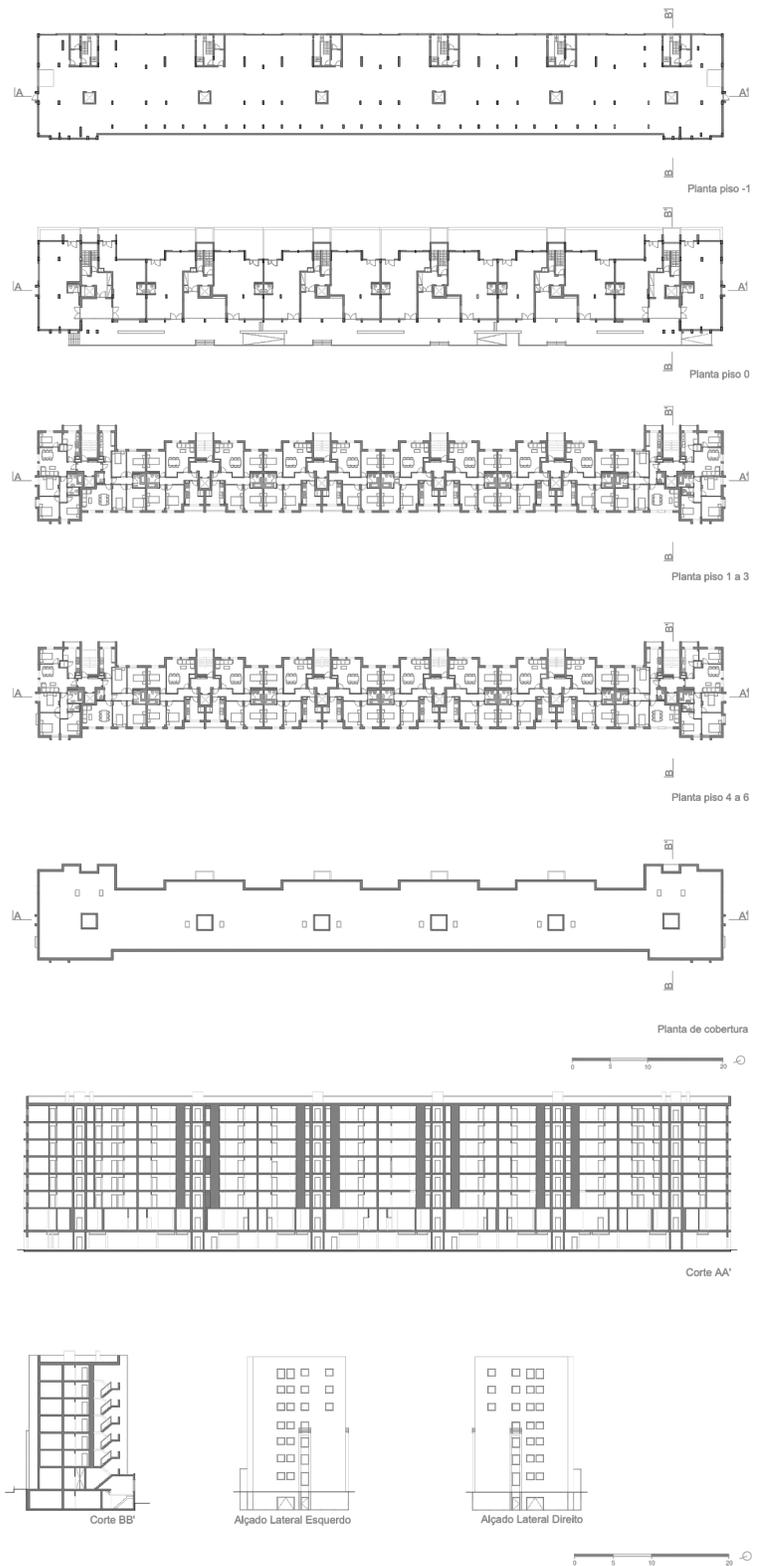
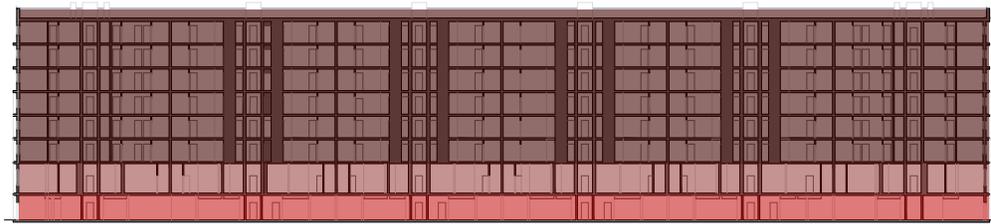


Figura 6. Desenhos técnicos do edifício de estudo. Elaboração da autora.

Configuração do edifício:



Corte AA'

- Piso 1 ao 6: Habitação
- Piso 0: Lojas
- Piso -1: Garagem

Após analisar todo o edifício através dos desenhos técnicos e de visitas ao local e ao interior das habitações, Realizou-se um levantamento do mesmo.

T4: 82,20 m² de área útil,

T4: têm 82,10 m².

T3: dispõem de 74,60 m².

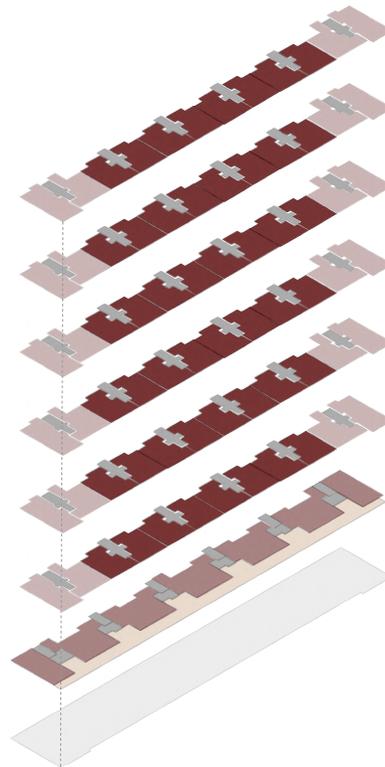


Figura 7. Esquema de tipologias

- Piso -1 Garagens
- Circulação
- Acesso vertical
- Lojas
- Apartamentos de Tipologia T3
- Apartamentos de tipologia T4

Implementação de “add-nos”

Dessa forma, estabelece-se uma estrutura em “add-ons” ao redor do edifício, cuja função é sustentar os corredores sociais. Esta configuração não apenas suporta a circulação dos moradores, mas também define áreas comuns que promovem a interação social e a coesão comunitária. A estrutura integrada contribui para a funcionalidade do espaço, permitindo que os corredores funcionem como elementos de conexão, ampliando a vivência coletiva e facilitando o acesso aos diferentes ambientes do edifício.

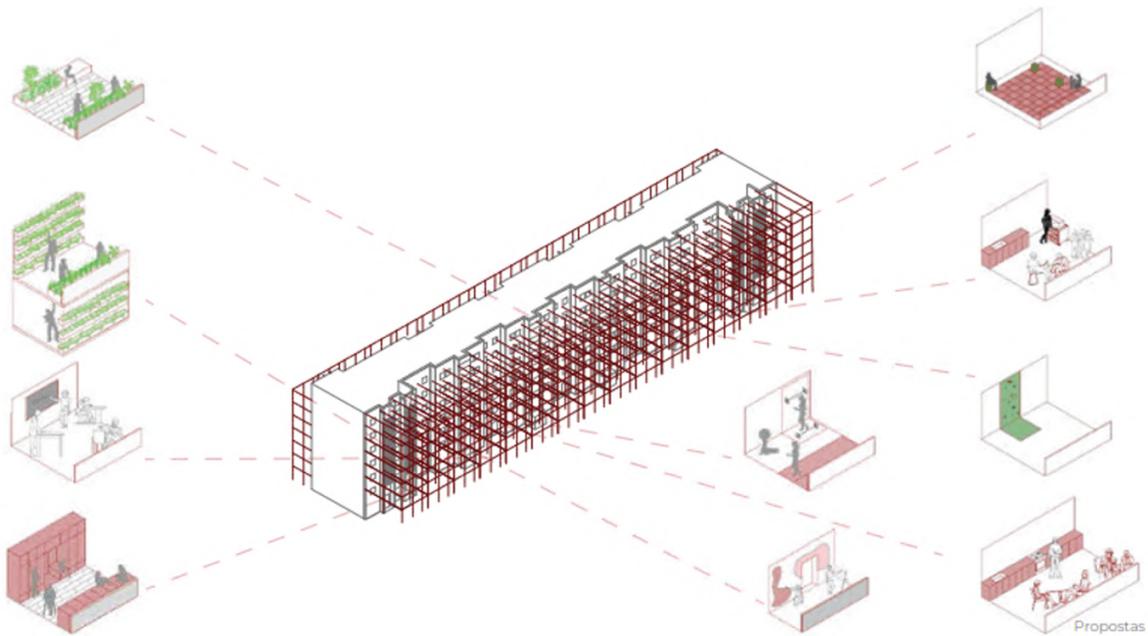


Figura 8. Propostas de atividades para os corredores.

Deste modo, os corredores podem ter diversas funções: um espaço para arrumos, um espaço de exposição ou mesmo um espaço para cowork. Deste modo, as propostas para cada corredor são desenvolvidas de acordo com o uso do espaço dos moradores, após analisar os modos de habitar das habitações e do espaço público.

Com base em pesquisas e observações, a comunidade cigana faz amplo uso do espaço público, apropriando-se dele de maneira significativa

A intenção é utilizar a gramática desenvolvida através desses costumes e atividades e transportar para os corredores sociáveis, promovendo uma maior integração e convivência entre os diferentes moradores.

Com base nas informações coletadas, focando nos modos de vida dos habitantes do Programa Especial de Realojamento (PER), foi desenvolvido o projeto. Este processo envolveu a análise das necessidades e preferências dos moradores, tentando compreender como eles utilizam os espaços e quais atividades são fundamentais para o seu cotidiano.

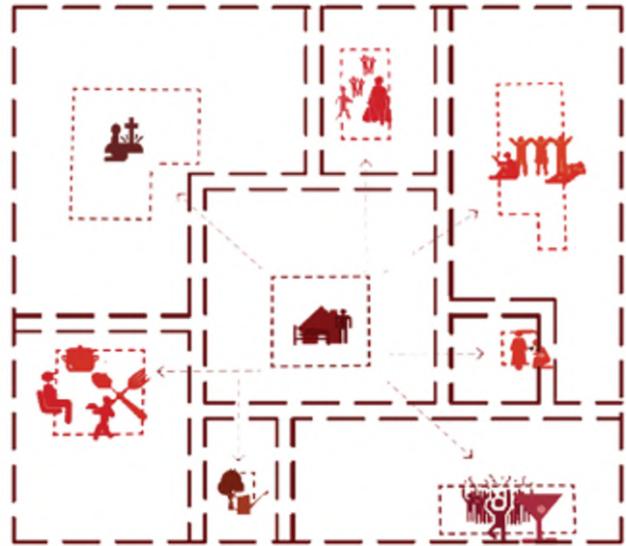


Figura 9. Tipologia de dentro para fora, *More than a home*, MVRDV (2024), adaptado aos modos de vida da etnia cigana residente na Av. Glicinia Quarti

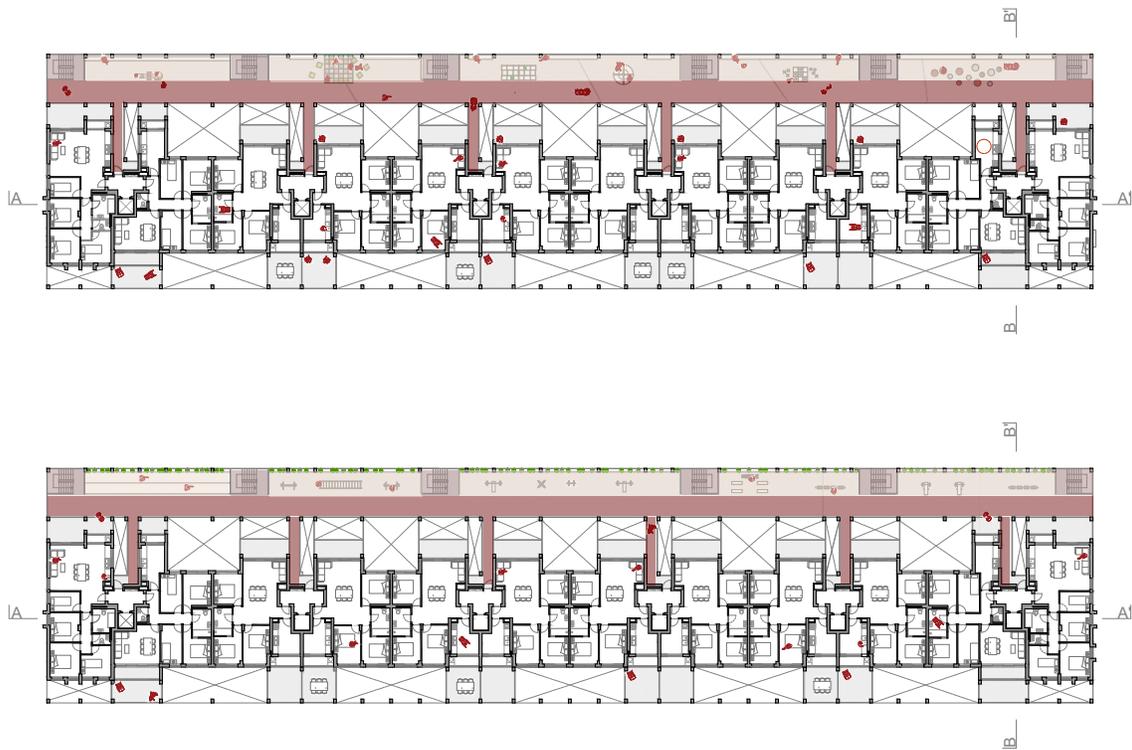
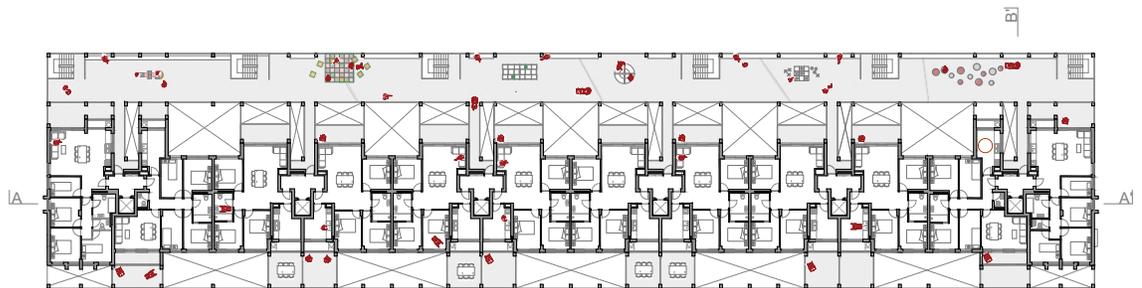


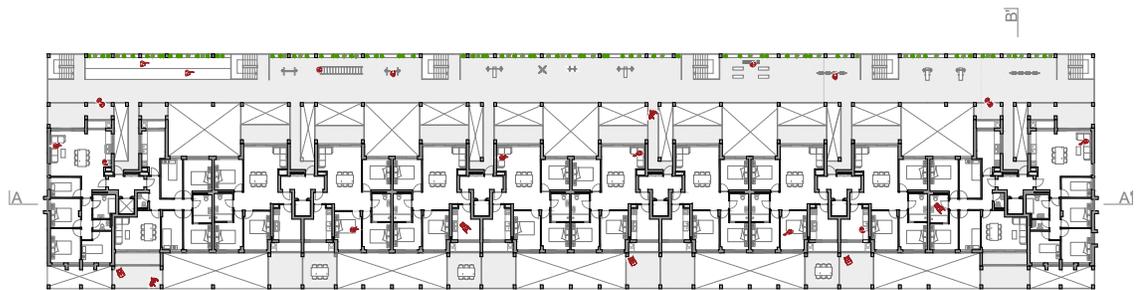
Figura 10. Esquema de organização do corredor social

- Acesso Vertical
- Atividades
- Corredor de passagem

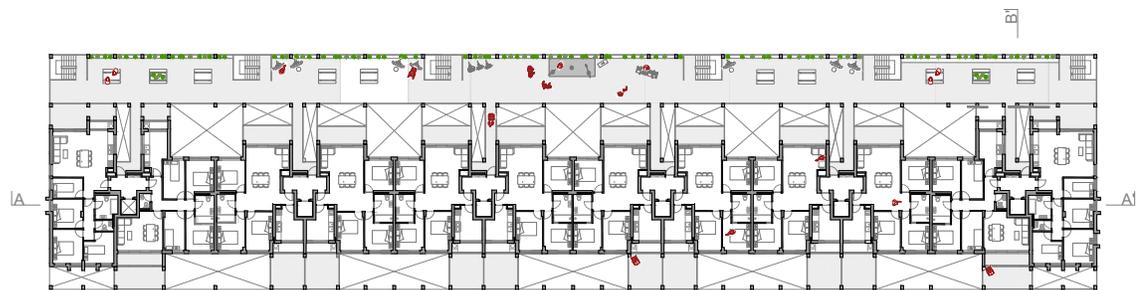
Dessa forma, cada corredor será projetado para cumprir uma função específica, criando ambientes distintos que atendem a diferentes necessidades dos moradores. Essa diversificação permite que os corredores não apenas sirvam como vias de circulação, mas também como espaços multifuncionais que podem abrigar atividades diversas, como socialização, trabalho, lazer ou atividades recreativas, sendo que, quando possível, as coberturas também devem assumir funções similares.



Piso 1 – Corredor do Brincar



Piso 5 – Corredor do Desporto



Piso 6 – Corredor Artístico

Figura 11. Proposta de Corredores Sociáveis.

Ao atribuir funções específicas a cada corredor, tenta-se maximizar a utilização dos espaços disponíveis, promovendo uma experiência habitacional mais rica e dinâmica. Esta abordagem transforma o edifício em um espaço mais do que habitacional: ele transforma o ambiente, que promove o convívio e a troca entre os moradores, estimulando a criação de uma comunidade engajada e coesa. Os espaços comuns adaptáveis são projetados para acomodar as preferências e estilos de vida dos residentes, possibilitando que cada área seja utilizada de formas variadas e flexíveis — seja como espaço de lazer, convívio ou até áreas de trabalho colaborativo, dependendo das necessidades dos moradores.

O cuidado com o piso térreo reforça ainda mais essa visão comunitária. Como ponto de entrada, ele desempenha um papel importante na primeira impressão do edifício e na recepção dos residentes e visitantes. Um piso térreo amplo e convidativo pode não apenas facilitar o fluxo de entrada e saída, mas também servir como um espaço de acolhimento e convivência, com áreas de espera, jardins internos ou até mesmo pequenas galerias de arte ou espaços de exposição que refletem a identidade do edifício e dos seus moradores. Esse planejamento torna o térreo um ambiente que conecta o interior do edifício com o seu entorno, promovendo um diálogo fluido entre o público e o privado e incentivando a interação entre a comunidade e o espaço urbano ao redor.

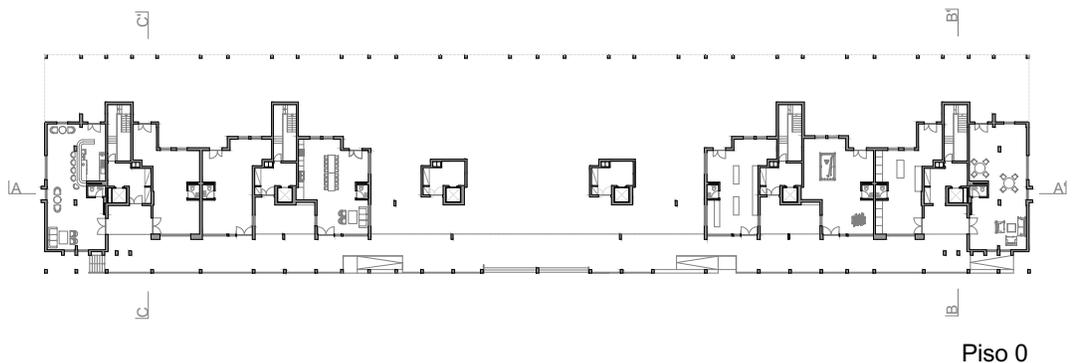
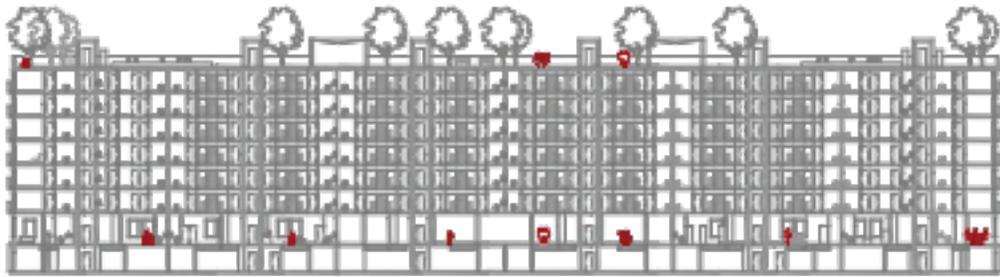
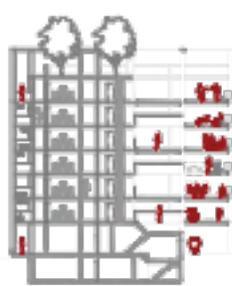


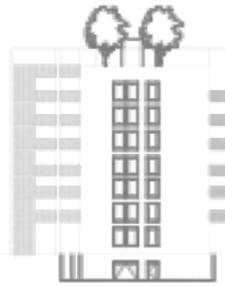
Figura 12. Planta de piso 0.



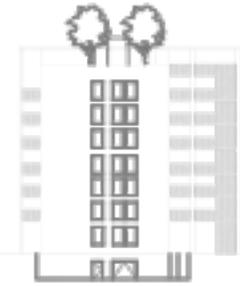
Corte AA'



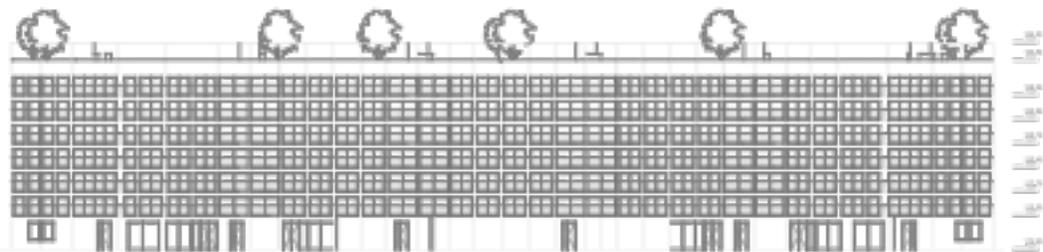
Corte BB'



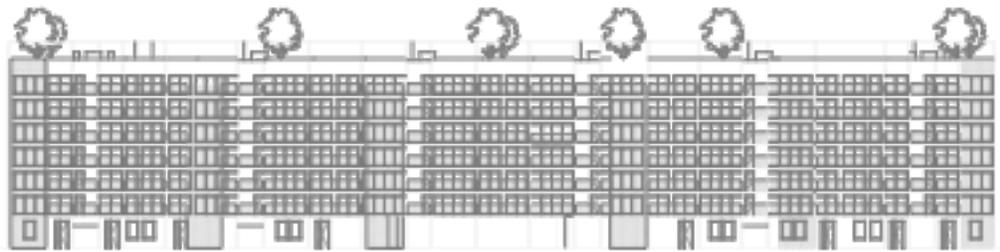
Alçado Lateral Esquerdo



Alçado Lateral Direito



Alçado Principal



Alçado Posterior

Figura 13. Cortes e Alçados propostos.

Método construtivo do Corredor Social

A estrutura dos add-ons é feita em Cross-Laminated Timber (CLT), que consiste em camadas de tábuas de madeira coladas. O CLT se destaca como uma alternativa sustentável aos materiais tradicionais, como concreto e aço, devido à sua menor emissão de carbono e baixa necessidade de manutenção. Além de ser leve, o CLT apresenta alta resistência à flexão e compressão, permitindo a construção de grandes vãos e espaços internos flexíveis.

Os componentes em CLT podem ser pré-fabricados, o que agiliza a montagem no local da obra e reduz desperdícios. Para garantir segurança e estética nas varandas, é utilizada uma rede hexagonal de arame galvanizado, que representa uma solução econômica, equilibrando o custo mais elevado do CLT e transmite uma ideia de transparência, criando uma ligação do interior para o exterior.

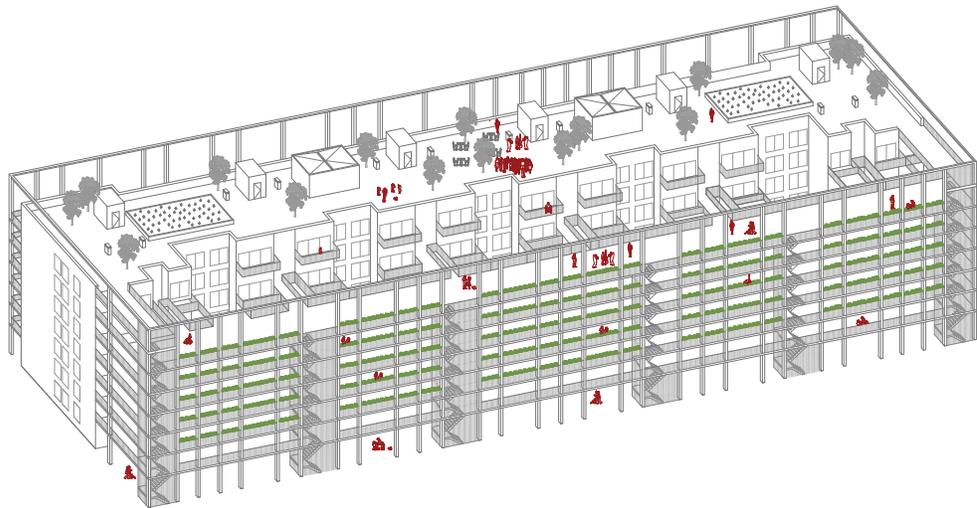


Figura 14. Axonometria da proposta com "add-ons".



Figura 15. Indicação de Pormenor Construtivo.

Pormenor 1

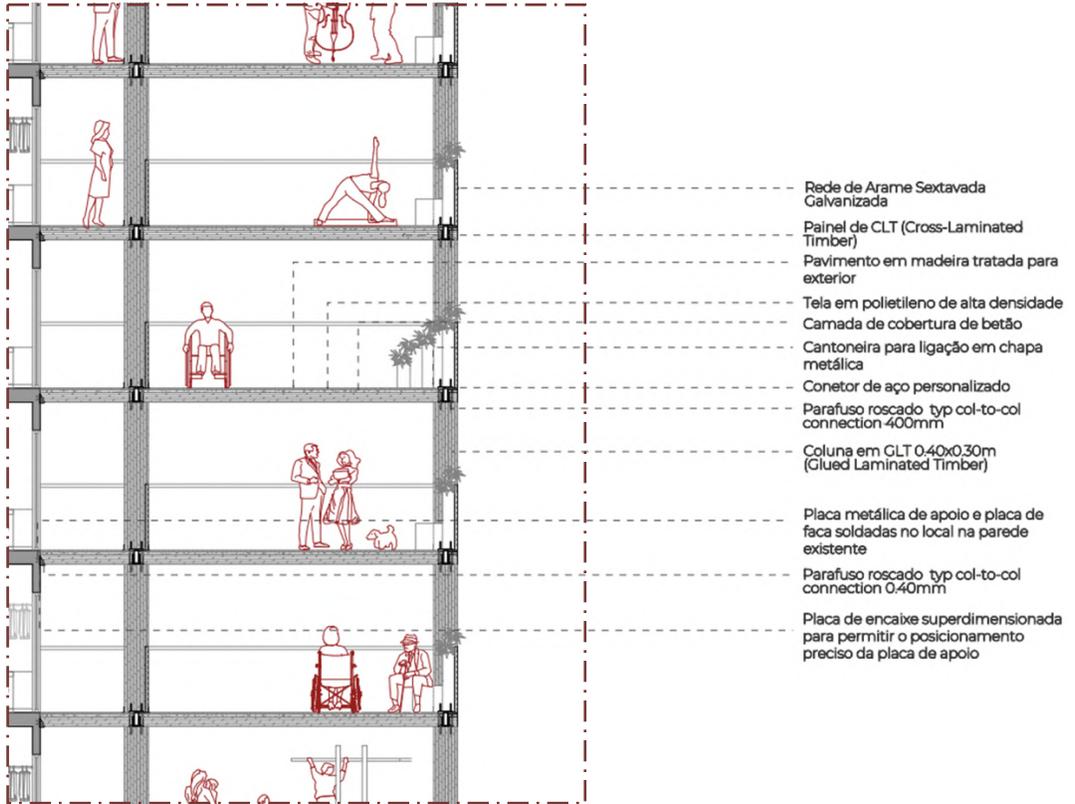


Figura 16. Pormenor construtivo 1.

Pormenor 2

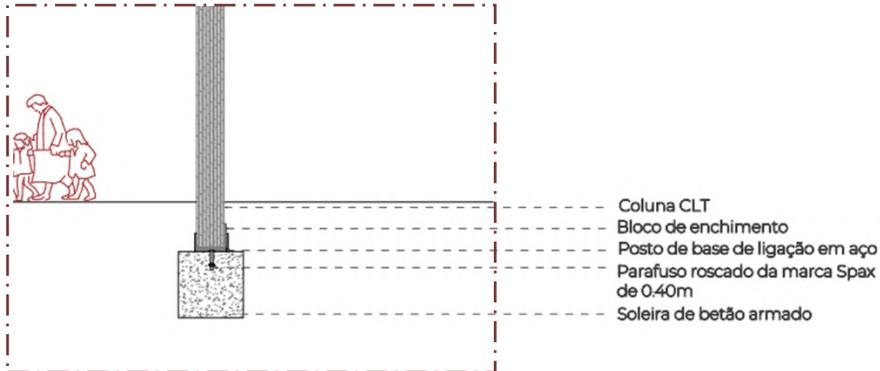


Figura 17. Pormenor 2.

Referências Bibliográficas

- Cambiaghi, S. (2019). *Desenho Universal: Métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas*. (3a edição Revista). Senac.
- Coelho, A. B. (2007). *Habitação humanizada* (Nº TPI 46). LNEC.
- Colaço, M. R. (2010). *Comunidades reconstruídas: Sentido de comunidade e apoio social percebido no pós-realojamento* [Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório Institucional da Universidade de Lisboa.
- Colaço, J. (2021). *Common space: The city as commons* (R. Silva, Gráfico). EAN 9789899071117.
- Foster, S. R., & Iaione, C. (2022). *Co-cities: Innovative transitions toward just and self-sustaining communities*. The MIT Press.
- Goldsmith, S. (1997). *Designing for the disabled: The new paradigm* (1st ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780080572802>
- Lacaton, A. (2024). *Lacaton & Vassal: Free Space, Transformation, Habiter*. Verlag der Buchhandlung Walther König.
- Mace, R. L., Hardie, G. J., & Place, J. P. (1996). *Accessible environments: Toward universal design*. The Center for Universal Design, NC State University.
- Mace, R. L., Mueller, J. L., & Story, M. F. (1998). *The universal design file: Designing for people of all ages and abilities*. The Center for Universal Design, NC State University.
- Mostafavi, M., Lacaton, A., & Vassal, J.-P. (2017). *Lacaton & Vassal: Espacio libre, transformación, habiter*. Barcelona, España: Editorial Gustavo Gili.
- Nações Unidas. (2015). Meta 11 | *Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais*. [HTTPS://SDGS.UN.ORG/METAS/META11](https://SDGS.UN.ORG/METAS/META11).
- Oliveira, M. de B. (2020). *Espaço diverso: Arquitetura para pessoas* (Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho). Escola de Arquitetura, Universidade do Minho.
- ONU-Habitat. (2016). *A nova agenda urbana: Habitat III*.
- Pereira, A. (2020). *Acessibilidade e Inclusão: A Habitação como Direito Fundamental*. Editora.
- Stavrides, S. (2021). *Espaço comum – A cidade como obra coletiva* (J. Colaço, Trad.). 1ª edição. Orfeu Negro.
- MVRDV, HUB, & Bridges Fund Management. (2022). *Co-living Design Study*. S. van Manen, K. Brown, & D. Phillips (Eds.). MVRDVHUBBridges Fund Management.

iscte INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Lab

TUR ARQ - EI
2023/2024

Laboratório de Ensaio de Metodologias de
Intervenção na Cidade Existente

**Além de paredes: Promover a equidade e a
participação plena na vida urbana no PER Ameixoeira**

Renata Filipa Furtado Pereira

outubro de 2024

Lisboa